

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

140

ANGOLA:
ASSINADA A PAZ

RASIL

PENA DE MORTE

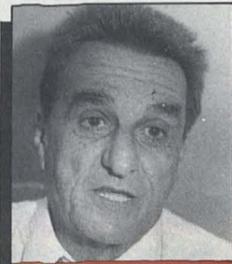
O DEBATE
ESTÁ NAS RUAS

PÁG. 10

A FAVOR



DEP. AMARAL NETO



DEP. SIVUCA



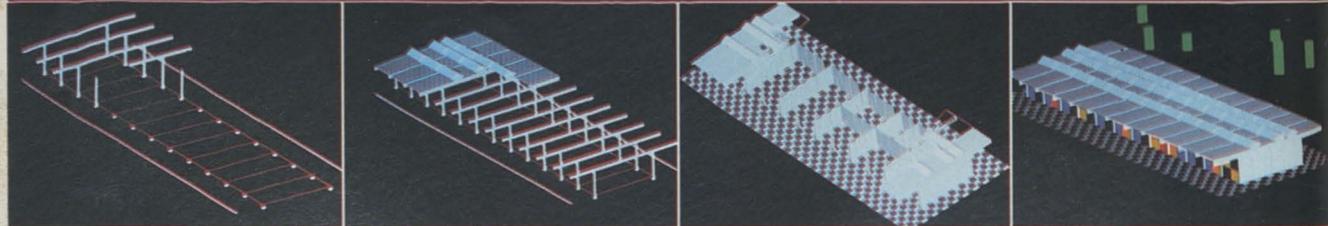
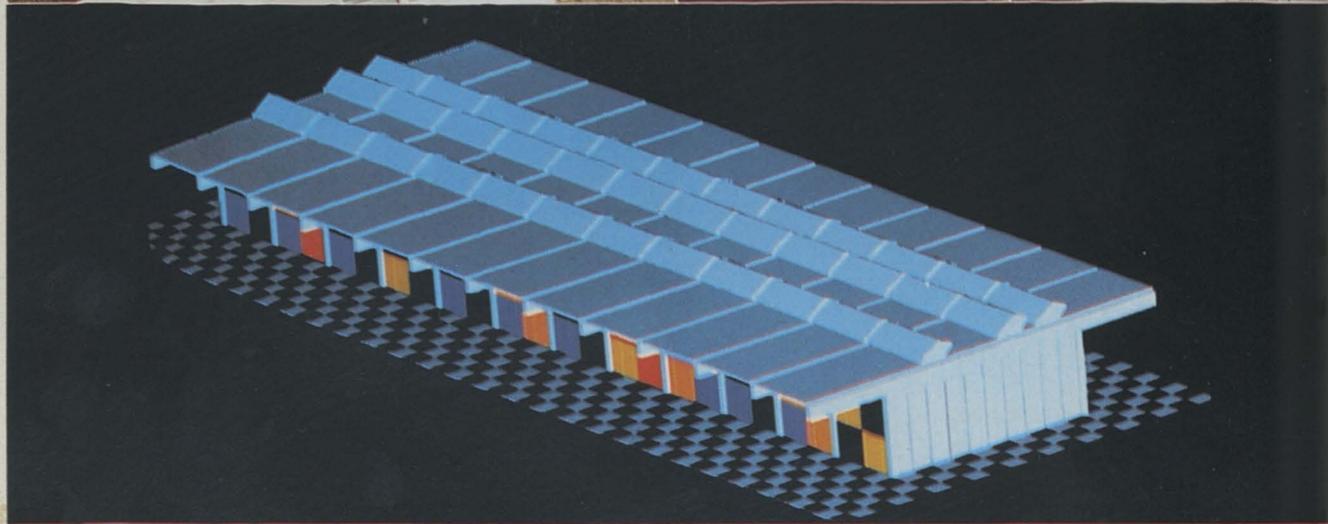
DOM HÉLDER

CONTRA



DALMO DALLARI

Riocop, uma empresa sem concorrentes. E sem concorrência.



A Riocop é um exemplo concreto de empresa estatal bem administrada. Criada há pouco mais de 5 anos, para coordenar a construção em massa de escolas (CIEPs) no Estado do Rio de Janeiro, hoje ocupa um lugar de destaque no setor de construção civil.

A base desse sucesso é o pioneirismo no trabalho com pré-moldados de argamassa

armada. Uma tecnologia que permite a construção, em tempo recorde, de escolas, centros de saúde, pontes, passarelas e uma série de outras obras em benefício da população. Tudo isso com um custo muito mais baixo em relação aos praticados pelas construtoras que lidam com o método convencional de concreto armado.

Grande parte desses projetos

têm sido executados junto a diversas prefeituras, autarquias e órgãos públicos de vários estados, em função, principalmente, da condição de estatal da Riocop. Isso permite a contratação de serviços sem licitações públicas.

A eliminação dos entraves burocráticos, aliada à qualidade do trabalho desenvolvido pela Riocop, tem permitido a essas

instituições o cumprimento de suas obrigações junto a suas comunidades.

Agora, sua administração também pode usufruir dessas vantagens e apresentar, em pouco tempo, benefícios de alto nível à sua população.

Contrate, sem concorrência, os serviços de quem é líder na tecnologia de argamassa armada no País.

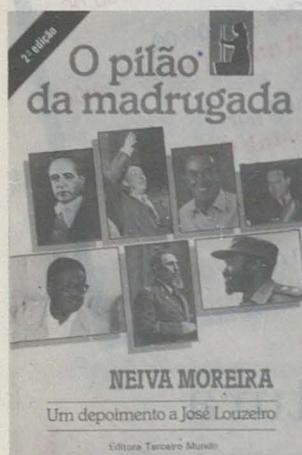
RIOCOP

COMPANHIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

FÁBRICA DE EQUIPAMENTOS URBANOS E PRÉ-MOLDADOS
BR 101 - Km 1 - Rodovia Rio-Santos - Santa Cruz - Rio de Janeiro
CEP: 23560 - Tel.: (021) 395-4550 - FAX: (021) 395-3965

CADERNO POSTAL

Peça por cupom
ou disque
(021) 252-7440



O PILÃO DA MADRUGADA

Neiva Moreira
(Depoimento a José Louzeiro) – 2ª Edição

Os repórteres são os narradores do cotidiano e do futuro. Nos salões iluminados das conferências de chefes de Estado, nas vielas das guerrilhas, nas catástrofes e no **front** das guerras declaradas, lá estão eles, testemunhas da História.

Este livro é a reportagem com um desses repórteres: Neiva Moreira. Aqui, na mais longa entrevista que já concedeu, Neiva dá o testemunho do que viu e participou, fala da sua inquietação, do inconformismo diante das injustiças, do fascínio pela informação e, por que não dizer, pelo perigo.

Neste depoimento, ele narra episódios marcantes e, com visão política e linguagem de repórter, permite ao leitor conhecer e avaliar fatos não apenas desconhecidos

mas, sobretudo, tergiversados na "história oficial".

464 p.
José Louzeiro
E-208 Cr\$2.300,00



ALBÂNIA

O mosteiro Vermelho
Edouard Bailby

Trancada dentro das suas fronteiras, adversária declarada das orientações ideológicas do Partido Comunista soviético, depois da morte de Stálin em 1953, a Albânia não tem uma situação comparável ao resto do Leste europeu.

Em consequência da abertura democrática e de eleições muito disputadas, depois de 45 anos de autoritarismo e rigidez doutrinária.

Ainda hoje, no entanto, se conhece pouco desse pequeno país montanhoso e de economia quase pastoril, que viveu decênios sob um duro regime stalinista.

No seu livro "Albânia – mosteiro vermelho", o jornalista francês Edouard Bailby, autor de vários trabalhos de repercussão mundial, nos apresenta uma reportagem atraente, dinâmica e objetiva sobre o país e as singularidades da vida dos albaneses.

80 p.
E-224 Cr\$ 1.100,00

CUBA: IMPRESSÕES DE UM TURISTA

Dilma Bittencourt

O livro leva-nos à ilha de Fidel sem se perder em teses sociológicas. Com riquezas de detalhes e rara sensibilidade, a autora faz descrição fiel dos acontecimentos, sempre com a preocupação de abordar aspectos sociais da vida do povo cubano.

Leitura importante para a compreensão da luta de um país do Terceiro Mundo para erradicar a fome, a miséria, a violência urbana e rural, o lenocínio, o desemprego, o tráfico de tóxicos e o analfabetismo. O livro é uma homenagem ao povo cubano que mostrou ao mundo a possibilidade de se estabelecer uma sociedade mais humana e mais justa. 95 pág.

E-228 Cr\$ 1.980,00



CANUDOS: A Guerra Social Edmundo Moniz

É a primeira história geral sobre o movimento sertanejo, na Bahia, que mobilizou o país inteiro e teve o seu ponto culminante do final do século XIX.

Edmundo Moniz ocupou-se das origens do movimento, de seu aspecto econômico e social, do seu sentido utópico, das expedições militares, mostrando o que ele significava na vida estadual e nacional. 307 pág.

E-170 Cr\$ 3.000,00

CHE - PARRA Latino América Piedade Carvalho

"Ler este livro de Piedade Carvalho é mergulhar fundo numa sinfonia brilhante, onde cada instrumento aparece com a nitidez de uma estrela, iluminando nossa consciência e nosso coração, acordando no mais escuro compartimento de nosso ser a nossa quase mo-



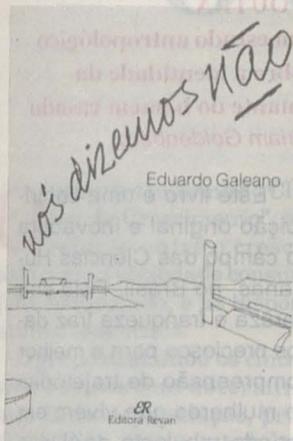
ribunda esperança.

Uma catarsis psico-histórico-musical-revolucionária. E de novo a vontade de recolocar na vitrola os discos de Parra, e de novo a vontade de repor na parede o poster de Che." Sérgio Ricardo – 100 p.

E-223 Cr\$ 1.300,00

NÓS DIZEMOS NÃO

Eduardo Galeano



A esquerda acabou? E a história, também acabou? Ainda é possível falar em socialismo? Cuba merece, nos dias de hoje, algum interesse, algum respeito? As ideologias acabaram? Quem ensina impunidade aos jovens latino-americanos? Pode existir dignidade na miséria? O que está acontecendo com o mundo?

Essas — e muitas outras — perguntas povoam as preocupações deste nosso intenso cotidiano. A história atropela o calendário e muita gente corre o risco de perder rumo. Sonhos e esperanças parecem prestes a serem triturados num turbilhão de novidades nem sempre claras. E é nestes momentos de assombro e dúvidas que escritores como Eduardo Galeano tornam-se vozes fundamentais. Nos textos reunidos neste livro o autor mostra-se um analista de olhar certo, acendendo chamadas e apagando equívocos.

88p.

E-226 Cr\$ 1.740,00

ECOLOGIA: alternativa para o futuro

Walter e Dorothy Schwarz

Como é possível nos libertarmos da agressão que nos ameaça com a guerra nuclear? do industrialismo que impõe a noção de cada vez mais e do cada vez maior — e assim esgota os recursos do mundo e destrói o meio ambiente?

Como é possível nos libertarmos da dependência em relação a patrões, serviços de saúde, autoridades em educação, governos?

Como é possível abrir caminhos e chegar a uma economia que valorize mais a qualidade que a quantidade? a uma tecnologia adequada às pessoas, e não



imposta por governos e empresas multinacionais? Como ter vidas mais simples e mais ricas, que se harmonizem com a natureza e com o Terceiro Mundo? Como viver em comunidades que se encarreguem elas próprias da saúde, da educação, do meio ambiente e da cultura?

196 p.

E-227 Cr\$ 3.168,00

A BATALHA DOS TRILHOS Bases Para Uma Política Nacional De Transporte

Francisco Cunha Jr.

Este livro bate numa velha tecla. Aprende-se nos bancos escolares que o Brasil tem que substituir a



rodovia pela ferrovia e hidrovía, meios de transportes mais econômicos. Isto todo mundo sabe, mas nada é feito para solucionar o problema.

O que não se aprende na escola, e o próprio autor desconhecia, é que as economias possíveis superam 3% do PIB. O desperdício não envolve apenas a diferença no custo do transporte de produtos essenciais, mas também vários subsídios ao transporte rodoviário, além do investimento em novas fontes energéticas para suprir um consumo dispensável.

A eliminação desse desperdício é fundamental para uma nação que tem que crescer por seus próprios meios, pois sabe que nada deve esperar da comunidade internacional. Francisco Cunha Jr. é engenheiro de aeronáutica, formado pelo ITA em 1961, ano em que ini-

ciou carreira profissional sempre voltada à implantação de sistemas viários. 94 p. E-211 Cr\$ 1.000,00

A ESQUERDA E O GOLPE DE 64

Dênis de Moraes

O autor reexamina criticamente o papel das forças de esquerda no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart. Uma das atrações do livro são as entrevistas inéditas com líderes das principais correntes de esquerda do período 1960-1964 com

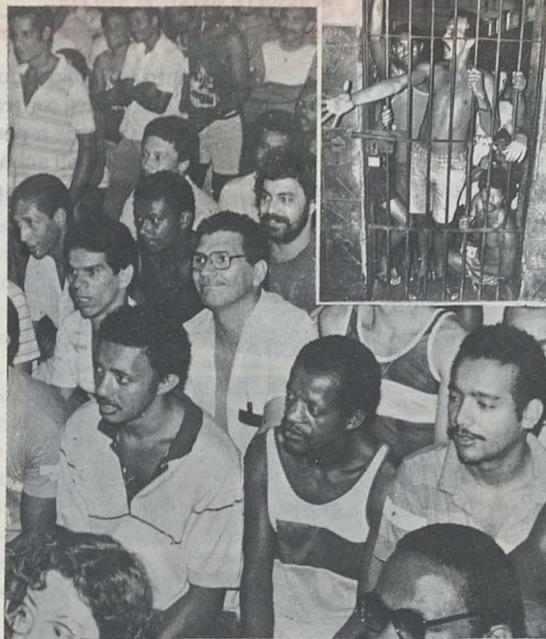


revelações a respeito de fatos até hoje controvertidos.

Entre os depoimentos polêmicos, estão os de Leonel Brizola, Almino Afonso, Waldir Pires, Darcy Ribeiro, Luiz Carlos Prestes, Sérgio Magalhães, Francisco Julião, Gregório Bezerra, Herbert de Souza (Betinho), Hércules Corrêa, Celso Furtado e Neiva Moreira, além de oficiais nacionalistas que se alinhavam com Jango, como o general Néson Werneck Sodré, o capitão Eduardo Chuahy e os brigadeiros Francisco Teixeira e Rui Moreira Lima. 379 p.

E-202 Cr\$ 3.480,00

2 BRASIL	
Panorama Nacional	1
8 CARTAS	
10 MATÉRIA DE CAPA	
Pena de morte: solução ou barbárie?	10
18 POLÍTICA	
Eco-92 dá Linha Vermelha ao Rio	18
A questão sindical	19
20 ECONOMIA	
Privatização: primeiro, a mais lucrativa	20
Vigésimo do valor permite controle da Usiminas	21
Cone Sul debate integração	22
23 EDUCAÇÃO	
Começando do começo	23
Nova educação consolida espaço	24
26 CULTURA	
"A guerra dos meninos"	26
15 anos de artes no Parque	28
30 SAÚDE	
A medicina escolar	30
31 ENSAIO	
O desastre por vir	31
36 AMÉRICA LATINA	
El Salvador: A guerra pode terminar	36
Guatemala: O caminho para o acordo	38
Uruguai: Em busca da transparência	39
42 ÁFRICA	
Angola: Enfim, a paz	42
Saara: Plebiscito em breve	45
46 ÁSIA	
Bangladesh: Uma vaga lembrança	46
Filipinas: O fantasma da fome	47
48 MINORIAS	
Mulher: A Tripla subordinação das índias	48
49 MEIO AMBIENTE	
Os riscos da biotecnologia	49
Petróleo ameaça ecologia	50
51 IDÉIAS	
Racismo: O cerco contra os imigrantes	51
54 PANORAMA INTERNACIONAL	56
60 PÁGINA ABERTA	
As perdas subjacentes	60



Haveria alguma vantagem social com a pena de morte para autores de delitos graves? A polêmica sobre a pena de morte retorna, defendida por vezes que se dizem mais preocupadas com os direitos humanos das vítimas do que com os direitos humanos dos criminosos

10



O presidente angolano José Eduardo dos Santos (à esquerda) e o líder da Unita, Jonas Savimbi (à direita), cumprimentam-se diante do primeiro-ministro português Cavaco Silva: a paz está perto

42



Menores de rua se iniciam no crime. Vivem "A guerra dos meninos", uma realidade que do livro passou ao cinema e permite uma reflexão sobre o destino de mais de dez milhões de crianças brasileiras

26

A caminho do milhão

A Petrobrás está cada vez mais confiante nas águas profundas da Bacia de Campos e espera chegar ao milhão diário de barris de petróleo até 1995. Isto nos colocaria a auto-suficiência petrolífera ao alcance da mão, certamente antes do ano 2.000.

O otimismo da estatal decorre do fato de ter alcançado a produção diária de 706.974 barris, no início de junho, um novo recorde. "Com dedicação e muito trabalho, desenvolvemos novas tecnologias, sempre de olho no futuro. Vamos continuar mergulhando, cada vez mais fundo, em busca de nossa próxima meta: 1 milhão de barris, antes de 1995", anunciou a Petrobrás.

É uma verdadeira glória para um país que fundou sua companhia de petróleo apenas 37 anos atrás, sob uma atroz campanha negativa, pois se dizia, com fartos laudos de renomados técnicos estrangeiros, que por aqui não dava petróleo. Em sua Carta-Testamento, Getúlio Vargas não se esqueceu de denunciar as pressões internas e externas contra seu governo, como decorrentes de sua decisão de criar a Petrobrás.

Mesmo depois de firmada, a companhia não pôde resistir às pressões que obrigaram ao rompi-



mento velado do monopólio estatal, em 1977, com a criação dos chamados contratos de risco, que autorizaram empresas internacionais a pesquisar óleo no país. Enquanto a Petrobrás continuou achando novas jazidas, mesmo nas condições mais adversas, como no alto mar da costa do Rio de Janeiro,

as empresas internacionais não conseguiram encontrar uma gota de petróleo. O que significou mais um ponto a favor do monopólio estatal nessa área estratégica.

Outros ataques contra a Petrobrás e as tentativas de obrigarem o Brasil a sofrer dependência crescente no abastecimento de combustíveis não desapareceram, porém. Desde o bombardeio contra o Proálcool (e sua má gerência) até expedientes para estrangular a Petrobrás continuam sendo tentados. Cita-se, por exemplo, um empréstimo oferecido ao Brasil em 1985, quando a exploração na Bacia de Campos mal se firmava. O Banco Mundial condicionava o empréstimo a que a Petrobrás cancelasse seu projeto de exploração de petróleo em águas profundas. Diziam os técnicos do Banco Mundial, com fartos números, que era melhor o Brasil comprar óleo no exterior, porque as cotações internacionais estavam baixas.

Hoje, a Petrobrás detém a dianteira mundial em tecnologia de exploração de óleo em águas profundas, de onde o Brasil arrancará, em breve, sua auto-suficiência petrolífera.

Ainda recessão

O estilo *soft*, introduzido na economia com a mudança da equipe econômica, não abalará a saúde da recessão, que deverá continuar forte. O aviso partiu do secretário especial de Política Econômica, Roberto Macedo, que não vê possibilidade de sucesso na domesticação da inflação, a não ser através da rigidez monetária e fiscal. Segundo ele, o governo admite novo aperto monetário, se a inflação crescer. Esta preocupação parece, contudo, afastada no momento, uma vez que os indicadores iniciais referentes ao mês de maio foram tranquilizadores, apontando para índices inflacionários ainda na faixa abaixo dos 10% neste mês de

junho, e, com alguma sorte, também para julho.

A posição oficial, porém, é de cautela, segundo Macedo, e não se deve esperar que a mudança da equipe econômica signifique uma marcha à ré, em relação a tudo o que foi feito até agora. Não se deve, por isso, esperar qualquer retomada especial de investimentos públicos. Quanto aos investimentos privados, o descongelamento de preços é um caminho que será trilhado, na velocidade que permitir o entendimento com os setores empresariais. Nessa linha, pode-se entender o acordo com a indústria automobilística, que aumentou seus produtos numa faixa entre 6,5% e 9,5%, na primeira semana do mês, ganhando ainda, como ajuda especial, uma renúncia fiscal por parte do governo: a redução do Imposto sobre

Produtos Industrializados- IPI em 10%, durante 30 dias. Tal redução, que não será repassada aos compradores de carros, significa um ganho real entre 16% e 19% para as montadoras, segundo os cálculos do presidente da Anfavea, Jacy Mendonça.

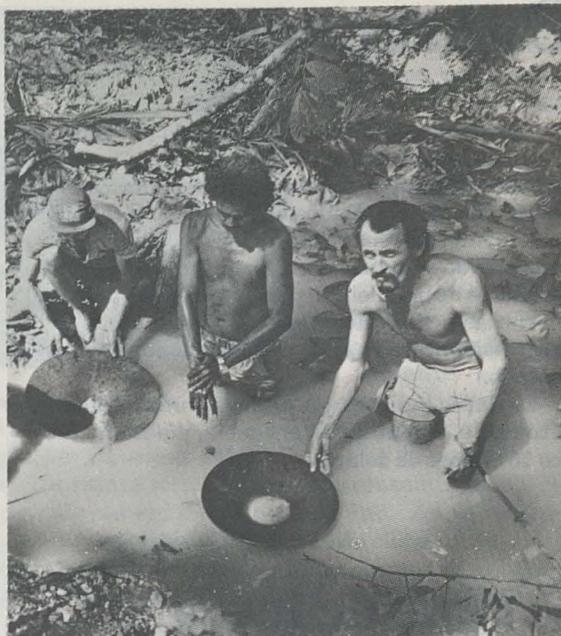
Esse discreto aumento da dosagem de gás para o setor produtivo incluiu, logo depois, reajustes variáveis, até perto de 10%, para artigos de alimentação, higiene e limpeza. O preço congelado da carne já produzira, na primeira semana de junho, greve de açougueiros do Rio de Janeiro, inconformados com a cobrança de ágio pelos fornecedores. O descongelamento controlado surge assim como um dos caminhos, pelos quais a nova equipe pretende administrar a recessão, sem perder de vista a manutenção da inflação a níveis baixos.

Ouro na pauta

Mais de 200 anos depois de moldar todo um ciclo econômico do país, o ouro volta com destaque à pauta de exportações do Brasil. Segundo Emilio Garófalo, chefe do Departamento de Operações Internacionais do Banco Central, o metal rendeu ao Brasil 1,8 bilhão de dólares no ano passado, ocupando a terceira posição na pauta de exportações, logo após a soja (2,5 bilhões de dólares) e o minério de ferro (2,4 bilhões).

Os valores registrados pelas vendas externas de ouro, em 1990, correspondem a 151 toneladas, o que supera em muito a produção anual do metal precioso, calculada em torno de 90 toneladas. A explicação de Garófalo é a de que as novas regras para o setor estimularam a legalização de ouro possuído clandestinamente, além de se ter registrado uma venda maciça do metal entesourado no ano anterior, 1989, quando os agentes econômicos procuraram se prevenir contra surpresas na eleição presidencial. Isto permitiu disponibilidades para exportação acima da produção anual do metal.

Neste ano, segundo Garófalo, o Brasil está vendendo ouro à proporção de sete a oito toneladas mensais, que é a quantidade que os garimpos e minas registram.



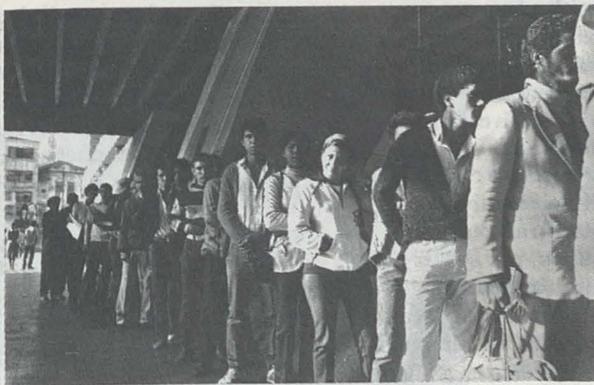
Desemprego e recessão

As expectativas em torno do novo estilo *soft* do governo Collor, a partir da posse do novo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, continuam sem adivinhar a direção exata que seguirá o país. Mas, é sensível um certo desafogo, pois já se começa a acreditar que o governo pretenda mesmo não aprofundar o poço em que colocou a economia nacional. De uma recessão *hard* se poderia evoluir para uma recessão *soft*, em que o índice de miserabilidade, que salta aos olhos nos grandes centros e suas periferias, pudesse apresentar ao menos alguma reversão.

Números divulgados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-Fiesp, no final de maio, registraram um estancamento das demissões no período referente à primeira semana daquele mês. As contratações superaram em pouco mais de 1.100 as demissões, pela primeira vez nos últimos 14 meses. As semanas de junho serão decisivas para esclarecer se o empresariado começa a tomar confiança para realizar investimentos, o que significará a abertura

de novos ou o preenchimento de postos de trabalhos que estão vagos no momento.

A dimensão dos efeitos da recessão, produzida pela primeira fase da política econômica do governo Collor, é expressa, de forma violenta, por 1,12 milhão de desempregados, somente em S. Paulo, nesse espaço de tempo inferior a ano e meio. Estes números certamente não mostram toda a signifi-



cação do problema, pois aos despedidos da indústria, do comércio e dos serviços deve-se somar a quantidade de mão-obra que chega, pela primeira vez, ao mercado de trabalho, isto é, os jovens de ambos os sexos que, a cada ano, procuram sua primeira colocação na produção. E estes, em âmbito nacional, com predominância natural nos grandes centros, formam um grupo anual de

mais de 1,5 milhão de pessoas.

Os dados do IBGE sobre emprego, referentes a abril e divulgados em 31 de maio, revelam que continuou diminuindo a proporção de empregados com carteira de trabalho assinada: era de 58,59% em abril/90 e baixou a 53,92% em abril último. Isto explica o aumento dos trabalhadores sem carteira assinada (18,35%, em abril/90, e 20,94%, em abril/91) e o crescimento do número dos que se lançaram a atividades por conta própria, onde se esconde o chamado mercado informal (17,83% em abril/90, e 19,62% em abril/91).

Quanto ao rendimento médio mensal, os dados do IBGE chegam apenas a março, quando a queda da renda dos trabalhadores foi estimada em 12%, apenas naquele mês. Apesar disso, foi um número a ser comemorado, uma vez que ficou significativamente abaixo

das perdas registradas em janeiro (33%) e fevereiro (35%). Perdeu mais, em março, quem tinha carteira assinada (-16%), seguindo-se os patrões (-11%) e empregados sem carteira assinada (-7%). Só melhorou renda (2%) quem trabalhava por conta própria.

O drama social e econômico decorrente dessa situação é visível nas ruas e no fraco movimento do comércio.

Dinheiro do medo

A perda de confiança no sucesso do plano de estabilização econômica, ao longo do ano passado, tornou o Brasil um destaque latino-americano na evasão de capitais. Dados de estudo do Fundo Monetário Internacional-FMI registram, já no terceiro trimestre do ano passado, a existência de 17 bilhões de dólares de brasileiros (pessoas físicas e jurídicas) em contas no exterior. O estudo demonstrou uma progressão nessa fuga de capitais, ao longo do ano passado.

Os dados indicam que a evasão brasileira já superou a da Argentina e Venezuela, ambas na faixa dos 16 bilhões de dólares.

Crime de terra

Omês de junho começou, no dia primeiro, com uma vítima por questão de terras: desconhecidos sequestraram e executaram João Félix de Aquino, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Iguaçu e primeiro-secretário da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro- Fetag/RJ.

A execução seguiu o figurino dos crimes do esquadra-da-morte nas periferias dos grandes centros, particularmente da Baixada Fluminense, da qual Nova Iguaçu é o principal centro, com 1,5 milhão de habitantes e problemas de terras tanto na zona rural, quanto na zona urbana, onde se multiplicam loteamentos e interesses de especuladores de terra. Os matadores estavam encapuzados e assassinaram João Félix a tiros de escopeta calibre 12, a arma preferida dos jagunços do asfalto.

As investigações poderão esclarecer o caso, ainda envolto em mistérios nos primeiros dias após o crime. Sabia-se que o sindicalista rural começara a andar armado nos últimos tempos, por sentir-se ameaçado de morte, mas não surgira ainda nenhuma informação sobre a autoria e causa das ameaças. Um dos diretores do sindicato, Pedro de Oliveira, admite a possibilidade de o crime ter sido encomendado por traficantes de tóxicos, que estariam atribuindo ao sindicato a intensificação da ação policial contra vendedores de droga em atuação em Vila Cláudia e Xangrilá, dois mutirões rurais que se transformaram em mutirões urbanos.

A polícia conta com a pista preciosa do Volkswagen azul, ano 73, de placa FQ-7401, pertencente ao sindicato e usado por João Félix, no qual fugiram os assassinos. O delegado Luís Carlos Pinheiro espera encontrar no automóvel impressões digitais que levem aos matadores.

Aguentando o tranco?

A indústria brasileira está aguentando o tranco da política recessiva e neoliberal do governo Collor. A conclusão otimista é do próprio presidente da Confederação Nacional da Indústria-CNI, o senador sergipano Albano Franco. Em seu artigo no "Jornal do Brasil", de 2/6/91, ele afirma que o sucateamento temido não está se registrando, baseado em dados da consulta empresarial "Abertura Comercial e Estratégia Tecnológica: A visão de líderes industriais brasileiros". Disse Albano Franco, que "segundo os mais expressivos industriais deste país, a abertura comercial, até o momento, não foi destrutiva. Ao contrário, consideram que o ritmo está adequado: nem muito rápido, nem muito lento". Pedem, contudo, estabilidade macroeconômica, que lhes permita realizar investimentos necessários, e taxa de câmbio realista, que dê maiores condições de competição aos produtos brasileiros. Des-



Albano Franco

sa forma, "os empresários se sentem em condições de inovar e, com isso, passar a competir firmemente com os produtos estrangeiros nos mercados interno e externo".

Além daquelas providências gerenciais do governo, para criar as condições de tranquilidade para a retomada de investimentos, o líder industrial põe nas costas governamentais outras responsabilidades: melhorar os transportes e os serviços portuários, além de liberalizar um pouco mais a importação de produtos de informática mais desenvolvidos. "Removidos esses entraves, os empresários da indústria brasileira sentem-se confiantes em enfrentar mercados mais competitivos. A grande maioria tem noção clara do que fazer".

Nessa visão, faltaria ao governo adotar algumas providências de ordem administrativa, financeira e educacional, para que o país passasse a dispor das condições de enfrentar a diferença tecnológica que marca a vantagem do Primeiro Mundo: "Todos querem a modernização e reconhecem a abertura comercial como uma etapa inevitável. Aceitam e desejam a internacionalização da economia. Reivindicam, porém, acesso aos meios para remover deficiências, ou seja, uma boa estrutura de transportes e portos, a redução de restrições à importação de bens com maior conteúdo tecnológico e uma boa educação e pesquisa. Estas, porém, são as obrigações que cabem, fundamentalmente, ao poder público".

Esse otimismo industrial cai bem no período *soft*. Seria mais interessante, contudo, que o mundo empresarial se sentisse mais envolvido com os desafios nacionais da educação e da pesquisa tecnológica, que foram os caminhos pelos quais os países hoje desenvolvidos integraram suas populações aos benefícios do desenvolvimento e consolidaram sua dianteira mundial.

A obra do século



A décima-oitava e última turbina da hidrelétrica de Itaipu começou a funcionar, no dia 6 de maio, completando a usina que começa a ser chamada de obra do século, por suas dimensões. Maior hidrelétrica do mundo, produz mais de três vezes que a segunda, de Gran Coulle, na divisa dos Estados Unidos com o Canadá. Fruto do entendimento entre o Brasil e o Paraguai para o aproveitamento do Rio Paraná, na divisa entre os dois países, a usina custou 18 bilhões de dólares, preço a ser amortizado em 33 anos de operação, com folga, pois o em-

preendimento rende, anualmente, 2,5 bilhões de dólares, com a venda de seus 12,6 mil megawatts de energia, que representam uma produção máxima anual de 79 milhões de megawatts/hora.

Obra de infra-estrutura que não evitou polêmicas – de custo a efeitos ambientais – Itaipu garante agora o abastecimento energético do Sul, Sudeste e parte do Centro-Oeste. Se não existisse, o Brasil poderia substituí-la, por exemplo, por 20 usinas atômicas, do tipo da de Angra dos Reis, ou por usinas termelétricas, que consumiriam 3,5 bilhões de dólares em petróleo, por ano. As vantagens comparativas, inclusive ambientais, são claras. A distribuição da energia de Itaipu não está completa, porém, pois falta a instalação da quinta e última linha de transmissão, que ainda consumirá 500 milhões de dólares este ano.

O Reino de Macedo

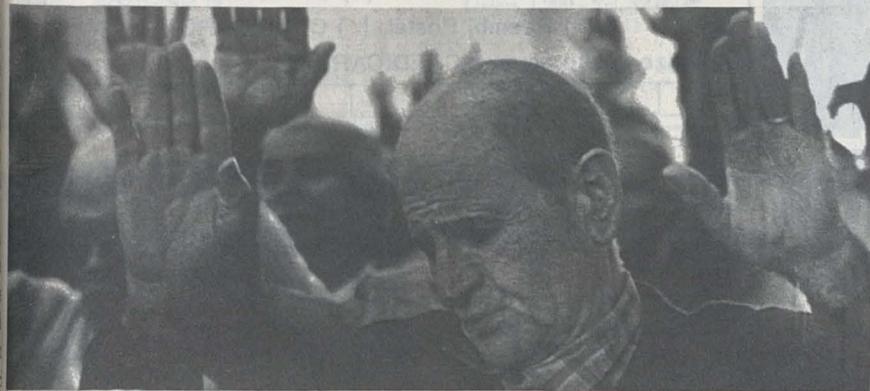
O Brasil já tem o seu "Homem dos 6 Milhões de Dólares". Trata-se do pastor Edir Macedo, que colheu, em janeiro de 1990, uma renda total de 6 milhões de dólares, em doações dos fiéis crentes de sua Igreja Universal do Rei-

com ética elástica e nenhum zelo religioso, pelo que se conclui das denúncias do pastor dissidente Carlos Magno de Miranda, que fez questão de apresentar provas contra Edir Macedo à Polícia Federal. As acusações de Carlos Magno

oficialmente reduzido). A Universal de Macedo teria também um caixa dois, executado através da subsidiária Igreja Católica Carismática do Brasil, também criada por Macedo.

Pelo que se desenha das entrevistas do pastor Carlos Magno e de sua mulher Sandreli (Edir Macedo teria tentado forçá-la a separar-se do marido, quando se consumou a dissidência), os incontinentes e mercantes pastores eletrônicos norte-americanos ainda têm algumas coisas a aprender, em matéria de truques e espertezas. Isto, aliás, não será difícil, pois Macedo já se estabeleceu nos Estados Unidos, onde fica a maior parte do tempo.

As curas milagrosas, o marketing agressivo, o endeusamento do dinheiro como meio de participação do culto, sua explosiva ramificação pelo país – tudo isso já chamava a atenção há algum tempo. As preocupações aumentaram com o delineamento empresarial da ação de Edir Macedo no *ramo da fé*. As denúncias do pastor Carlos Magno apontam para a existência de um monumental esquema de exploração da ingenuidade e religiosidade do povo mais simples, principalmente nas periferias dos grandes centros.



no de Deus. A polêmica em torno de Edir Macedo recorda, com intensidade crescente, as figuras escandalosas dos chamados pastores eletrônicos norte-americanos, com os quais, entre outras coisas, ele se identifica pela propriedade de um canal de televisão, Record, adquirido por 45 milhões de dólares.

A Universal do Reino de Deus tornou-se uma máquina de fazer dinheiro,

contra Macedo vão de conduta depravada (preferência por filmes pornôs e mesmo prática sexual em local público) até envolvimento com traficante de entorpecente (teria recebido um milhão de dólares de traficante colombiano, para completar o dinheiro necessário à compra da TV Record) e burla contra o Imposto de Renda (a transação em torno da emissora teria tido seu preço

Leia O Rio de Janeiro vai sediar em junho de 1992 a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, uma reunião planetária de debate sobre as questões ecológicas. A revista **Ecologia e Desenvolvimento** se propõe a contribuir para a análise desse encontro histórico e acompanhar os seus desdobramentos. A ecologia já é, hoje, um tema dominante. Acompanhe o seu tempo.

e Assine



Gratis

Dê uma assinatura de presente a um amigo e ganhe 1 livro de brinde.

PEDIDO DE ASSINATURA

SEMESTRAL
Cr\$ 4.500,00

ANUAL
Cr\$ 9.000,00

NOME:
 ENDEREÇO:
 BAIRRO:
 CIDADE: CEP:
 ESTADO: TEL.:
 PROFISSÃO:
 Pagto. por: () Ch. Nominal () V. Postal - Ag. Lapa
 () Reemb. Postal () CREDICARD
 Autorizo débito no meu CREDICARD N°

Data: / /

Comprador

PEDIDO DE ASSINATURA

SEMESTRAL
Cr\$ 4.500,00

ANUAL
Cr\$ 9.000,00

PRESENTE
 NOME:
 ENDEREÇO:
 BAIRRO:
 CIDADE: CEP:
 ESTADO: TEL.:
 PROFISSÃO:

Editora Terceiro Mundo Ltda. Rua da Glória, 122, 1º andar - Glória - 20241 Rio de Janeiro - RJ
 Telefone: (021) 252-7440 - Telex (021)33054 CTMB-BR

Publicação com informação e análise das realidades e aspirações dos países emergentes

EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA.

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretores: Beatriz Bissio, José Maria Rabêlo, Henrique Menezes

Rua da Glória, 122 Grupos 105/106 - 20241 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (021)242-1957/222-1370 - Assinaturas: Tel.: (021)252-7440

Telex: (021) 33054 CTMB-BR - Geonet: Terceiro-Mundo - Alternex: Caderno

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Diretor: Neiva Moreira

Diretor Adjunto: Pablo Piacentini

Editores: Beatriz Bissio

Subeditores: Cláudia Guimarães,

Procópio Mineiro

Consultores Especiais: Darcy Ribeiro (Brasil),

Henry Pease García (Peru), Eduardo Galeano

(Uruguai) e Juan Somavía (Chile)

REDAÇÃO: Aldo Gamboa (Brasil), Roberto Bardini (México), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)

SUCURSAIS: Paulo Cannabrava Filho (São Paulo), Clóvis Scna e Memélia Moreira (Brasília), José Carlos Gondim (Amazônia), Antônio de Pádua Gurgel (Vitória), Angela Carrato (Belo Horizonte).

REVISÃO: Clén Márcia Soares, Júlio Cesar da Rocha. **DEPTO. DE ARTE:** Tell Vilhena (editor), Carlos Gomes (capa e projeto gráfico), Sílvia H. Pompeu. **FOTOS:** France Press, André Louzeiro, Hélio Santos. **CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO:** Maria Helena Falcão (diretora), Andrea M. da Costa Santos, Isabel Falcão, Roberto de Oliveira, Juliana Iooty de Paiva Dias.

BANCO DE DADOS: Macário Costa
ADMINISTRAÇÃO: Henrique Menezes.
CIRCULAÇÃO E ASSINATURAS: Mauro Mendes

AGORA TAMBÉM NAS LIVRARIAS

Livraria Página Ltda
Rua das Marrecas 36 loja A
Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 240-8017

Livraria e Papelaria Saraiva
Rua Sete de Setembro 73
Rio de Janeiro - RJ

Livraria Francisco Lassue
C. Olavo Bilac, 28 S/Loja 201
Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 222-6298

Livraria Centro Cultural
Rua da Assembléia 10 - Subsolo 108
Tel.: 242-2140

Livraria Francisco Alves
Rua Sete de Setembro 177
Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 224-4278

Livraria Unitécnica
Rua Senador Dantas 45-B SI 402/406
Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 262-4698

Livraria Antiquário Walter Filho
Rua Sete de Setembro 207
Centro - Rio de Janeiro - RJ

Livraria Tecnológica Ltda
Av Almirante Barroso 65/502
Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: 220-1314

Livraria Galáxia
Rua México 31 Loja A
Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: 240-0276

Livraria Eldorado
Rua Conde de Bonfim 422 Loja K
Tijuca - RJ
Tel.: 284-3344

Livraria Crianção
Av. Nossa Senhora de Copacabana, 380 - B
Copacabana - RJ
Tel.: 235-3988

Livraria Eu e Você
Rua Constante Ramos 23 Loja B
Copacabana - RJ
Tel.: 236-2379

SUCURSAL DE LISBOA:

Diretor: Artur Baptista
Tricontinental Editora Ltda.
Calçada do Combro 10/1º andar
Lisboa, 1.200 - Tel.: 32-0650
Telex: 42720 CTM-TE-P

SUCURSAL DO RIO PRATA

Miguel del Corro 1461 - Tel.: 49-6192
Montevideú, Uruguai

SÓ PARA ASSINANTES

Renove sua Assinatura com até

25%

de desconto

Assinatura normal:

Cr\$ 9.000,00 - 1 ano

Cr\$ 16.300,00 - 2 anos

Escolha sua opção:

Renovação por 1 ano:

Cr\$ 8.600,00

Renovação por 2 anos:

Cr\$ 15.300,00

Pagamento por:

Cheque nominal, Vale Postal, Reembolso Postal ou Credicard.

Qualquer dúvida ligue

(021) 252-7440

Editora Terceiro Mundo

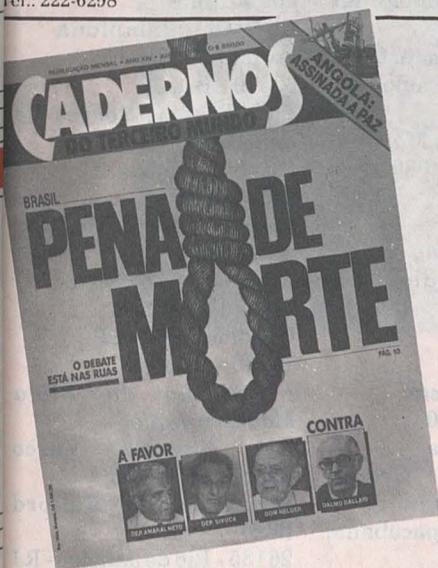
Rua da Glória 122

1º andar - Glória

20241 Rio de Janeiro - RJ

Telex: (021)33054

CTMB-BR



Leia e Assine

Tel.: (021)251-7440

Direitos humanos

Parabenizo **cadernos do terceiro mundo** pelas excelentes reportagens de natureza social. Esta é uma revista que defende os oprimidos de todo o mundo. O Movimento pelos Direitos Humanos está surgindo no Rio Grande do Norte, organizando-se para atuar contra as violações dos direitos humanos, e deseja entrar em contato com



entidades nacionais e internacionais ou pessoas que lutam por justiça social. A conquista da verdadeira democracia depende da organização da sociedade civil e da luta por nossos legítimos direitos.

José Hamilton Rodrigues
Rua Amambaí, 322
59080 - Neópolis
Natal - RN

Teologia da Libertação

Sou leitora assídua de vocês há mais de três anos. O que me faz escrever para vocês é a carta de João A. do Nascimento Jr., publicada na edição 131. Eu, como católica por nascimento e convicção, criada dentro de

uma estrutura religiosa, política e social "tradicional", ou seja, dentro dos "moldes" da minha terra natal, estou sofrendo o mesmo problema do João, só que de uma maneira invertida, pois nossa cidade não se adaptou às "imposições" iniciais do Vaticano. Ou seja: apenas jovens como eu engoliram a nova ideologia da Teologia da Libertação. As entidades religiosas daqui, as irmandades, não se adaptaram e se afastaram da Igreja do Povo. Eu me perguntei: por quê? Bem, aqui está a minha resposta: o que vem de fora não pode impor regras. Do contrário, a nossa cultura é absorvida, como a dos índios. A Teologia da Libertação é mais uma teologia, e Leonardo Boff é apenas mais um proleta, que, em momento algum, se autodenominou dono da verdade.

Fabiana de Fátima M. Agra
Picuí - Paraíba

Amizade

Venho apresentar a vocês mensagem de felicitações e de incentivo nos esforços da informação. Espero que se superem cada vez mais.

Augusto Evaristo
Namibe - Angola

História

Quero parabenizá-los pelas reportagens de **cadernos do terceiro mundo**, bem como pelo seu valor histórico e as possibilidades de acesso a várias informações. É um trabalho brilhante!

Maria das Graças G. Santos
Rio de Janeiro - RJ

INTERCÂMBIO

- **Julián Sánchez Carpani** Copacabana
Francisco Plá 3960 Rio de Janeiro
Código Postal - 12.300 22050 - Brasil
- **José Antônio Vieira da Cunha**
Praça do Trabalhador 01
Insp TCM
Iporá - Goiás
76200 - Brasil
- **Marco Antonio Martins Duarte**
Caixa Postal 94147 - Três
Rios - RJ
25800 - Brasil
- **Walmar Cavalcanti**
Rua Sergipe, 102 ap.5
Higienópolis - São
Paulo-SP
01243 - Brasil
- **Guilherme Fernandes Garcia**
Rua Matipó, 262 apt.102
Belo Horizonte - MG
30350 - Brasil
- **João de Deus**
P.O.Box 370
Sumbe - Angola
- **Orlando Oliveira**
Rua do Senado 311/603
20231 - Rio de
Janeiro-RJ/Brasil
- **Sílvia Rosseto**
Rua Comandante Costa,
1395
78000 Cuiabá - MT
- **Francisca Marilena C. Bezerra**
Av. Francisco Sá, 3572
apt.401/bl.P
Carlito Pamplona
Fortaleza-CE
60310 - Brasil
- **Clério José Borges De Sant'Anna**
Rua dos Pombos, 2.
Eurico Salles
29164 Carapina
Serra-ES
- **Jose Clóvis Zambito**
Caixa Postal 213
Candido Mota - SP
19880 - Brasil
- **Tertulino da Silva Monteiro Junior**
Av. Augusto Vasco
Aranha, 577 c/03
Areia Branca - Belford
Roxo
26135 - Rio de Janeiro - RJ
- **Fernando Hilário**
Av. Goiás, 768
ap.101/Centro
Goiânia-GO - Brasil
- **Maria Rejua Torres**
José Batlle Y Ordoñez
559/4
Ciudad de Canelones
90000 Uruguay
- **Ruben Eduardo Alfaro**
Cnd. Altair 2407 Casi
Cnd. Mendoza -
Montevideo
12400 Uruguay
- **Wilson Ferrer Acosta**
Apartado Postal/9
Cumanayagua,
57600 Cienfuegos - Cuba
- **Paulo Cesar Honorato**
Rua Senador Vergueiro
98/Cob.02
Flamengo - Rio de Janeiro
22230 - Brasil
- **Elisete do Nascimento**
Rua Boreal n.90/203
Caiçara - Belo
Horizonte-MG
30750 - Brasil
- **Flávio Roberto**
Caixa Postal 18262
20722 - Rio de Janeiro-RJ
- **Paulo J. Duarte**
R. George Eastman, 64
Morumbi - São Paulo
05690 - Brasil
- **Marcos Ribeiro Martins**
Caixa postal 114030
Maricá - RJ
24900 - Brasil
- **Eliete Martorano**
R. Cel. Ezequiel, 61,
IPSEP
Recife - PE
51040 - Brasil
- **Augusto Evaristo**
Caixa Postal 180
Namibe - Angola
- **Maria Das Graças Gomes Dos Santos**
Av. N.S. de Copacabana,
702 - B/5º andar

COISAS DE VALOR

Para o Mercantil, o seu bem-estar e a sua tranqüilidade são da maior importância. E, para facilitar sua vida, o Mercantil oferece todos os produtos e serviços de que você precisa. As melhores opções de aplicação, facilidades no crédito e assessoria financeira para pessoas físicas e jurídicas.

O Mercantil quer cuidar de tudo para você. E, por isso, oferece um atendimento especial. Personalizado. Porque tudo que tem valor para você também tem valor para o Mercantil.

MERCANTIL 

O Banco que dá valor a você.

PENA DE MORTE: Solução ou barbárie?

Apontada como um antídoto para a violência por uns, e vista como um ato de selvageria por outros, a pena de morte volta a ser debatida pela sociedade e o Congresso, que terá que decidir se submete a plebiscito a proposta de reintroduzi-la na Constituição

Claudia Guimarães

A imagem de um rapaz moreno, de terno escuro, tentando aparentar calma e serenidade num tribunal de justiça, dominou o noticiário das televisões no último mês. Também não era para menos: o jovem, Marcelo Soares, da pequena cidade mineira de Coronel Fabriciano, estava sendo julgado em Nova Jersey, Estados Unidos, pelas acusações de roubo, latrocínio e homicídio doloso.

Seu caso talvez tivesse passado despercebido, se não fosse pelo fato de que naquele estado norte-americano existe a pena de morte. Mesmo não correndo o perigo de ser condenado a morrer com uma injeção letal (punição prevista apenas para homicídios culposos), o julgamento de Marcelo reacendeu aqui no Brasil a discussão em torno da pena capital.

Alimentado pela crescente violência – fruto por sua vez de fatores tão complexos como a injustiça social, o desemprego, a falta de perspectivas – ela ganha maior espaço agora, devido a iniciativas parlamentares que pretendem, através de um plebiscito, reintroduzi-la na Constituição brasileira¹.

Mas, para que o plebiscito seja realizado, é necessária antes a aprovação

do Congresso, por uma maioria de três quintos. Em números, isso significa conseguir 302 votos na Câmara, em duas votações, com cinco dias de diferença, e depois 49 votos duas vezes no Senado.

A questão envolve aspectos políticos, sociais, econômicos, jurídicos e éticos. Ao julgar essa proposta, o Congresso terá que levar em conta muitos fatores: primeiro de tudo, a constitucionalidade de se submeter essa questão a um plebiscito; a experiência de outros países; antecedentes históricos; a posição das igrejas; as possíveis consequências de sua implantação em um país com as características do Brasil, etc.

A discussão é muito delicada, porque toca em arraigados sentimentos do ser humano, como o desejo de vingança. A proliferação de grupos de extermínio, inclusive de menores, e a indiferença – quando não aberta aprovação – da população diante de casos de linchamento mostram o perigo de se manipular esse sentimento nas sociedades modernas, onde as pessoas estão submetidas cotidianamente à violência.

Desde já, as opiniões se dividem. Fatores como a descrença na Justiça – onde os processos se arrastam por anos – e a falência dos métodos legais de repressão ao crime atuam como combustível da campanha pela sua reimplantação. Mas esbarram na con-

vicção de muitos segmentos da sociedade de que, além de ineficaz, ela seria aplicada principalmente contra os pobres e negros, a exemplo do que ocorre em outros países.

“Legítima defesa” – Adotada desde o Direito Romano, ao longo da história a pena capital tem sido aplicada em diversas épocas e latitudes, sob diferentes justificativas – morais, políticas, religiosas. Os métodos também têm variado: da condenação dos primeiros cristãos aos leões, passando pelas fogueiras da Inquisição para os hereges, pela guilhotina, na França, e o garrote vil, na Espanha, chegou-se à forca e ao fuzilamento. Hoje em dia, se recorre também à ca-deira elétrica, injeções letais e gás venenoso.

No Brasil, ela foi aplicada até a República, sobretudo para punir sublevações de caráter político. O castigo em geral era a forca e, em alguns casos, o posterior esquartejamento. Líderes de diferentes movimentos contra a Coroa – como Tiradentes (Inconfidência Mineira), Frei Caneca (Confederação do Equador), Felipe dos Santos (insurreição de Vila Rica) – tiveram esse fim.

Mas, se até 100 anos atrás, sua aplicação era vista como um castigo “normal” para determinados crimes, atualmente, a maior consciência sobre os direitos humanos obriga seus defensores a buscar novos argumentos que a justifiquem perante a sociedade.

No Brasil, o principal deles é que os altos níveis de criminalidade já estariam condenando, na prática, ino-centes pessoas à pena de morte. O cidadão comum, segundo esse raciocínio, está indefeso diante da violência e sujeito a morrer, por exemplo, ao resistir (ou não) a um assalto na rua, a um estupro ou sequestro.

Diante dessa situação, alegam, a sociedade teria o legítimo direito de se defender. Em outras palavras, a partir do momento em que um indivíduo se torne uma grave ameaça para o bem comum ou a vida dos outros homens, sua existência perderia o direito de ser respeitada.

“Se implantamos a pena capital, e o bandido não se detém ao cometer certos crimes, é porque ele não tem medo de morrer. E quem não tem medo da morte, não pode viver em sociedade”, defende o deputado estadual pelo PFL de São Paulo, Afanásio Jazadji. Na sua opinião, o principal objetivo da reintrodução da pena capital não é acabar com a criminalidade, mas aplacar a violência criminal. “Ela não seria aplicada no caso da dona-de-casa que furta uma lata de sardinha no supermercado para dar comida ao filho, nem para aquele que deu cheque sem fundo. Ela é para o bandido reconhecidamente impiedoso, que não tem mais salvação”, afirma.

A tese de “legítima defesa da sociedade” é contestada por entidades civis, para as quais não se pode comparar a reação de um indivíduo numa situação de perigo e a atitude do Estado, de decidir



Dalmo Dallari: “Imoral”

friamente quem deve morrer e quem deve viver. “A legítima defesa constitui-se numa reação frente a uma ameaça iminente, enquanto uma execução consiste em matar de forma planejada”, enfatiza a Anistia Internacional.

E prossegue: “Eventuais erros judiciais, possíveis em qualquer sistema, podem ser corrigidos, no caso do encarceramento do criminoso. Já a pena de morte não só tira a vida de delinquentes que poderiam ser reabilitados, como também de pessoas condenadas injustamente”.

“Antídoto” para a violência – Outro dos argumentos em defesa da pena capital mais invocado é que ela seria um “antídoto para a violência”, pois serviria para coibir futuros crimes.

Essa é a opinião de José Guilherme Gondim Ferreira, mais conhecido como Sivuca, delegado de polícia, eleito deputado estadual pelo PFL do Rio de Janeiro. “Acho que a pena de morte funcionará como um freio. Não acredito que ela resolva o problema da violência na sua totalidade, mas de qualquer forma irá castrar a virilidade dos marginais. À medida que eles saibam que a pena é mais rigorosa, procuram se abster de cometer determinados crimes”.

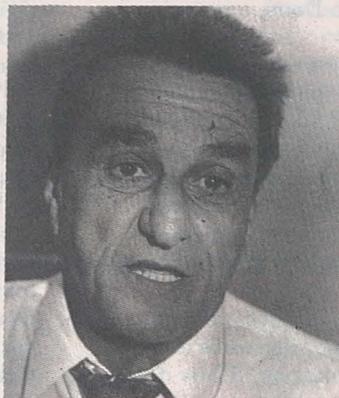
Esse poder de dissuasão, porém, é refutado por diversos estudos. O primeiro relatório importante sobre o tema, preparado pelas Nações Unidas e publicado em 1962, concluiu que “toda informação reunida parece indicar que (a supressão da pena capital) nunca foi seguida, na prática, por um notável aumento do delito que deixou de se castigar com a morte”.

Quase vinte anos depois, uma nova pesquisa sobre a relação pena de morte/taxa de homicídios – realizada em 1988 pelo Comitê da ONU sobre Prevenção do Delito e Luta contra a Delinquência – novamente concluiu: “Não foi possível demonstrar, cientificamente, que as execuções tenham um maior poder dissuasivo que a prisão perpétua. E não é provável que se obtenha tal demonstração”.

Além disso, diversos estudos apontam que, na maioria dos casos, os crimes são cometidos sob intensa pressão emocional, o que faz com que o indivíduo, naquele momento, não reflita sobre as consequências

futuras de seu ato. Na prática, assinalam, num momento de tensão (briga doméstica, assalto a banco, vingança pessoal, etc.) um número ínfimo de pessoas deixaria de puxar o gatilho, por exemplo, pelo medo de uma provável condenação à morte.

Essa também é a conclusão a que chegou o psiquiatra Sadataka Kogi, que durante três anos estudou os casos de 145 presos condenados no Japão por assassinato. Segundo ele, não encontrou nenhum que tivesse se lembrado, antes de cometer o delito, de que poderia ser penalizado com a morte.



Dep. Sivuca: “Um freio”

“Apesar de estar inteirado da pena capital – concluiu o psiquiatra – os presos tinham sido incapazes de pensar no futuro e frear-se diante da perspectiva da pena de morte”.

“Inconstitucional” – Para o jurista Dalmo Dallari, ex-presidente da Comissão Justiça e Paz, a pena capital “é imoral, injusta, inútil e inconstitucional. Em nenhum lugar do mundo, reduziu a criminalidade. Se fosse reintroduzida, teríamos no máximo dois ou três condenados por ano, não se afetando a quase totalidade dos crimes que ocorrem habitualmente”. Do ponto de vista jurídico, enfatiza, é inconstitucional, “porque nossa Carta inclui expressamente o direito à vida entre os direitos fundamentais”.

O advogado Marcelo Cerqueira, professor de Direito Constitucional, concorda plenamente com essa avaliação. Ele lembra que nas constitui-



Tiradentes (alto à esquerda), Frei Caneca e Felipe dos Santos (no centro, acorrentado): execuções de caráter político



ções rígidas – como a brasileira, norte-americana, francesa e espanhola – existe um núcleo essencial que não pode ser mudado por emenda constitucional. “São áreas intangíveis, absolutamente protegidas por reformas, ainda que por majorias extremamente qualificadas”. A mais importante delas, assinala, é a referente aos direitos humanos, “porque são eles que fundam a Constituição e não o contrário”.

Marcelo Cerqueira explica que a proibição da pena de morte (art. 5º, XLVII) compõe o Capítulo referente aos direitos fundamentais, não havendo nenhum mecanismo jurídico capaz de modificá-la. “Se fosse o caso de alterá-la, não seria por via de plebiscito, mas de referendo. Porque o plebiscito, na nossa Constituição, só pode ser exercido para criar ou desmembrar municípios, estados, territórios; ou para escolher entre forma e sistema de



D. HELDER CÂMARA

(arcebispo de Olinda e Recife)

“Todos nós estamos condenados à pena de morte. Nenhum de nós escapará dela. Mas ela está estabelecida por

quem a pode estabelecer: o nosso Deus, o próprio Criador.”

“O meu grande receio é que a pena de morte, caso seja adotada no Brasil, não funcione para todos aqueles que infringirem o que foi estabelecido, mas apenas para os pobres, sem condições de apresentarem sua defesa. A maior preocupação é que uma lei tão grave, tenha no seu conteúdo escapatórias para quem tem dinheiro, os ricos e poderosos e a consequência seja um massacre das camadas mais humildes da população.”

“Não vamos pregar mais mortes. Vamos procurar nessa vida, enquanto estamos nela e não somos chamados, viver como criaturas humanas, filhas do mesmo Pai.”

AMARAL NETO

(deputado federal)

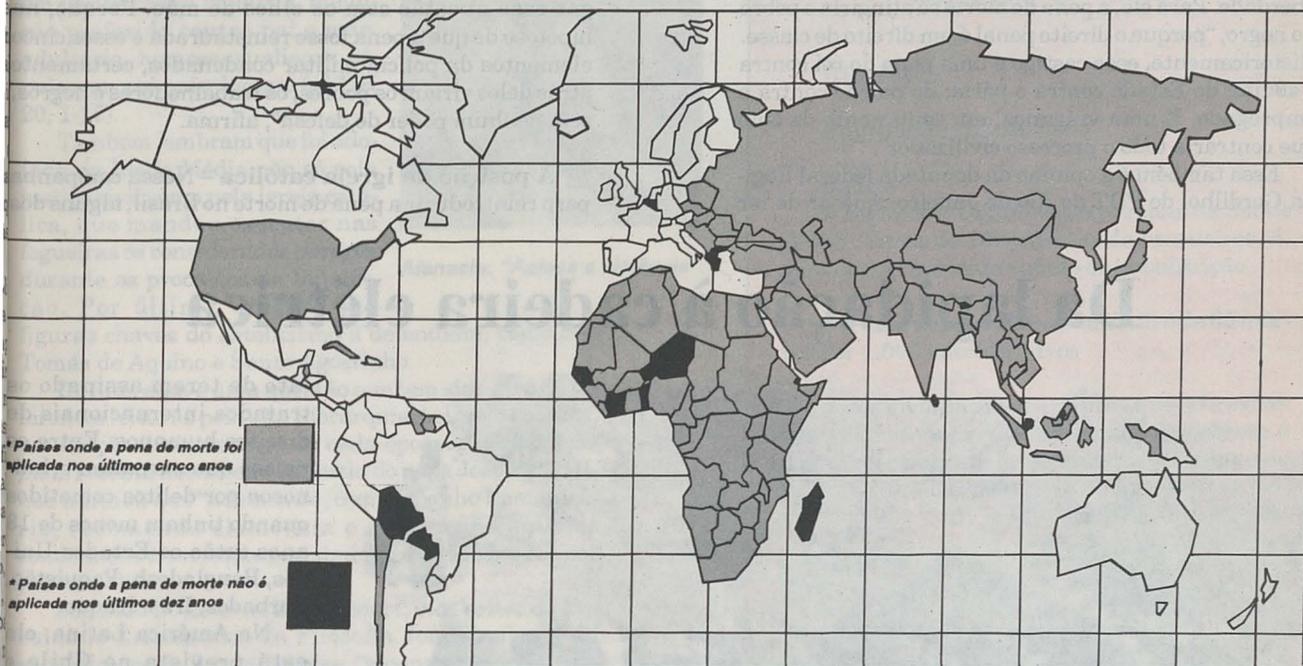
“A pena de morte é uma convicção minha. Aliás, para qualquer pessoa ela é uma convicção de foro íntimo. A posição da igreja, por exemplo, é de absoluta neutralidade: não aplaude, nem profbe. Cada um de seus membros toma a posição que quiser.”

“O povo vai ter um prazo de um ano e meio, depois do Congresso aprovar, se aprovar, a proposta de emenda à Constituição. Isso permitirá que as igrejas, os sindicatos, os partidos discutam o problema.”

“Pesquisas de opinião mostram que 83% da população apóiam a pena capital. Para se ter uma idéia do que isso representa, basta dizer que em 1984, quando começou a campanha pelas diretas-já, o maior índice de apoio obtido foi de 81%. Esse Congresso, por sua vez, foi eleito com uma média, máxima, de 56% dos eleitores. Como é que esses parlamentares podem então negar o que 86% da população querem?”



A pena capital no mundo



Países onde a pena de morte foi aplicada nos últimos cinco anos

Afganistão	Coreia do Norte	Guiana	Marrocos	Santa Lúcia
África do Sul	Coreia do Sul	Hungria	Maurício	Serra Leoa
Albânia	Cuba	Iêmen	Mauritânia	Síria
Angola	Chade	Iêmen do Sul	Mongólia	Somália
Antígua	Chile	Índia	Moçambique	Sudão
Arábia Saudita	China	Indonésia	Namíbia	Suriname
Argélia	Egito	Irã	Nepal	Suazilândia
Baamas	Emirados	Iraque	Nigéria	Tailândia
Bangladesh	Árabes Unidos	Iugoslávia	Omã	Tanzânia
Barbados	EUA	Jamaica	Paquistão	Tcheco e
Belize	Etiópia	Japão	Polónia	Eslováquia
Benin	Formosa	Jordânia	Qatar	Tonga
Birmânia	Gabão	Kuait	Quênia	Trinidad-Tobago
Botsuana	Gâmbia	Laos	Rep. Centro-	Tunísia
Bulgária	Gana	Lesoto	Africana	Turquia
Burkina Faso	Granada	Líbano	Rep. Dominicana	Uganda
Burundi	Guatemala	Libéria	Romênia	URSS
Camarões	Guiné	Líbia	Ruanda	Vietnã
Camboja	Guiné-Bissau	Malásia	São Cristóvão	Zaire
Cingapura	Guiné	Malauí	São Vicente e	Zâmbia
Congo	Equatorial	Mali	Granadinas	Zimbábue

Países onde a pena de morte não é aplicada há mais de dez anos

Andorra	Brunei	Ilhas Comores	Maldivas	Senegal
Anguila	Butão	Ilhas Caimán	Montserrat	Sri Lanka
Barém	Costa do Marfim	Ilhas Caicos	Nauru	Togo
Bélgica	Djibuti	Ilhas Virgens	Níger	
Bermudas	Grécia	Britânicas	Paraguai	
Bolívia	Hong Kong	Madagascar	Samoa Ocidental	

governo (presidencialismo, parlamentarismo, república ou monarquia)".

O advogado aponta que a tendência moderna é diminuir a chamada represália com a privação da liberdade. Para ele, a pena de morte só atingiria o pobre e o negro, "porque o direito penal é um direito de classe. Historicamente, esse castigo é uma pena do rei contra o súdito; do Estado contra o pária; do patrão contra o empregado. É uma vingança, um sentimento de ódio que contraria todo o processo civilizador".

Essa também é a opinião da deputada federal Regina Gordilho, do PDT do Rio de Janeiro. Apesar de ter

tido o filho Marcellus assassinado por cinco policiais militares em 17 de março de 1987, ela se opõe à pena capital, por considerar que não acaba com a violência, nem resolve os problemas da cidadania. "Não posso julgar essa questão com os olhos de mãe. Porque, na hipótese de que a pena fosse reinstaurada e esses cinco elementos da polícia militar condenados, certamente atrás deles viriam os pobres, os trabalhadores e negros, sem nenhum poder de defesa", afirma.

A posição da igreja católica – Nessa campanha para reintroduzir a pena de morte no Brasil, alguns dos

Da lapidação à cadeira elétrica



Mauritânia (1980): execução pública de um homem considerado culpado de assassinato

De acordo com o Direito Internacional, qualquer pena "cruel, degradante ou desumana está sempre proibida, inclusive em situações excepcionais, que ponham em perigo a vida de uma nação" (Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada por unanimidade pela Assembleia Geral da ONU, em dezembro de 1948).

Durante a última década, revelam as Nações Unidas, uma média de um país por ano tem abolido a pena de morte. Atualmente, 35 países não a utilizam em nenhum caso; 18 a mantêm para casos excepcionais,

como certos crimes praticados em tempos de guerra, e 27 países e territórios, na prática, não a aplicam mais. No total, 80 países (cerca de 40% da comunidade internacional) aboliram a pena de morte ou não a praticam mais.

O enforcamento e o fuzilamento são os métodos de execução mais amplamente utilizados hoje em dia. Só nos Estados Unidos a pena é aplicada mediante gás venenoso, injeção letal ou eletrochoque. De acordo com o Direito Islâmico, a decapitação está prevista em quatro países e a lapidação, em sete (no Irã, o Código Pe-

nal Islâmico diz textualmente: "No castigo de lapidação até a morte, as pedras não devem ser tão grandes a ponto de que a pessoa morra ao ser atingida por uma ou duas delas; tampouco devem ser tão pequenas que não sejam consideradas pedras").

Pelo menos 72 países contam atualmente com leis que estabelecem os 18 anos como idade mínima para ser aplicada a pena de morte, segundo a Anistia Internacional. Pode-se considerar que outros 12 países excluem a aplicação da pena de morte para menores, pelo

fato de terem assinado os tratados internacionais de direitos humanos. Entre os países que executam criminosos por delitos cometidos quando tinham menos de 18 anos estão os Estados Unidos, Bangladesh, Paquistão, Barbados, Irã e Iraque.

Na América Latina, ela está prevista no Chile e Cuba e acabou de ser incorporada à Constituição de El Salvador. Na África, em 1990, três nações a aboliram – Namíbia, Moçambique e São Tomé e Príncipe –, enquanto que Angola e Guiné-Bissau estudam sua eliminação. Ela está proibida em Cabo Verde e, segundo a Anistia Internacional, foi suspensa ou limitada a casos excepcionais em oito países, incluindo o Senegal, Togo e Costa do Marfim.

Nesse continente, um dos países mais criticados por essa organização internacional é a Nigéria, que só no ano passado teria executado mais de 120 pessoas.

Na Ásia, a pena capital é aplicada em diversos países, entre eles a China, Índia, Paquistão, Indonésia, Bangladesh e Malásia. Em abril, o governo de Papu-Nova Guiné restabeleceu a pena de morte para reprimir delitos como o assassinato, violação e roubo a mão armada.

seus expoentes têm procurado na Bíblia subsídios para justificá-la. Invocam a Lei de Moisés, no Antigo Testamento, que a aprovava em vários casos: idolatria, maldição proferida contra pai e mãe, adultério, homossexualismo, cópula com animais, incesto (cf. Lev 20, 1-18).

Também lembram que foi adotada na Idade Média não só pela justiça civil como pela igreja católica, que mandou executar nas fogueiras os considerados hereges durante os processos da Inquisição. Por último, alegam que figuras-chaves do catolicismo a defendiam, como São Tomás de Aquino e Santo Agostinho.

De fato, essa é uma questão que tem sido alvo de diferentes leituras pela alta hierarquia da igreja católica, em função dos costumes de cada época. A declaração mais recente nesse sentido partiu do papa João Paulo II, que afirmou que "a Santa Sé, com empenho humanitário, recomenda clemência e até perdão àqueles condenados à morte, especialmente os condenados por razões políticas".

Segundo D. Estevão Bettencourt, vice-reitor da Faculdade Eclesiástica de Filosofia João Paulo II, da arquidiocese do Rio de Janeiro, "a pena de morte é, em princípio ou em teoria, moralmente lícita. Todavia, a liceidade moral teórica não basta para que ela seja posta em prática; nem tudo que é academicamente permitido, deve necessariamente ser executado. Na prática, a pena de morte pode ser inoportuna e, por isso, indesejável".

Essa posição, porém, não é unânime na igreja. Entre os que publicamente discordam dela, está o padre espanhol Emílio Silva de Castro, catedrático da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que publicou o livro "Pena de morte, já". Segundo ele, a questão deve ser colocada nos seguintes termos: ou morrem os homicidas ou morrem os inocentes; para que não pereçam estes últimos, aqueles têm que ser drasticamente eliminados.

Padre Silva de Castro também aponta como um motivo, a princípio inquestionável, para a implantação da pena de morte no Brasil, as pesquisas de opinião que indicariam hoje um majoritário apoio por parte da sociedade. Essa, aliás, é a principal bandeira da campanha pela sua reimplantação dirigida pelo deputado federal Amaral Neto, do PDS do Rio de Janeiro, autor da proposta de emenda constitucional para se realizar um plebiscito sobre o tema. Segundo ele, as enquetes mostram um apoio da população maior do que teve a proposta de diretas-já, em feve-



Afanasio: "Aplaca a violência"



Marcelo Cerqueira: "Barbárie"

Um país sem direito à vida

BRASIL:

População: 150.367.800

Saúde :

* segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 100 milhões de brasileiros vivem em permanente estado de subnutrição

* a taxa de mortalidade infantil é de 65 mortes por 1.000 nascidos vivos

* das 48 milhões de crianças que sobrevivem, 25 milhões vivem em estado de pobreza e 13 milhões na miséria absoluta; sete milhões de menores estão em completo abandono



* de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 45% das casas não têm serviço de esgoto ou fossa; 39,8% não têm coleta de lixo e apenas 1% das cidades do país possui estação de tratamento de esgoto

Educação:

* cerca de 42 milhões de pessoas são analfabetas ou semi-analfabetas (destes, apenas 1,6% conseguem que os filhos estudem 12 anos ou mais)

* cerca de 85% dos brasileiros não atingem o 2º grau (no Nordeste, apenas de 5 a 10% dos alunos que ingressam na 1ª série das escolas públicas concluem o 1º grau)

Moradia:

* em todo o país o déficit é de 10 milhões de casas, para 50 milhões de pessoas (no Rio de Janeiro, segundo a prefeitura, o déficit pode chegar a 400 mil casas)

reio de 1984:

“O Congresso não pode negar o que a maioria da população deseja. Esse plebiscito vai colocar diante do povo a seguinte pergunta: deve-se ou não adotar a pena de morte para estupro, roubo ou sequestro, sequestrados de morte? E, naturalmente, por isonomia, crimes de sangue, assassinatos de líderes rurais, de crianças, seja lá o que for”, declarou.



Gordilho: “Não resolve”

Mas, para juristas e cientistas sociais, esse argumento carece de legitimidade. “O respeito pelos direitos humanos nunca deve depender da opinião pública. A tortura não seria admissível, mesmo que tivesse o apoio da sociedade. Algumas pesquisas sugerem que a opinião das pessoas em relação à pena de morte pode mudar radicalmente, depois de terem um melhor conhecimento dos fatos”, afirma a Anistia Internacional.

Por último, até fatores econômicos são invocados para defender a pena capital. Segundo os que a apóiam, ela acabaria com as despesas do Estado —, bancadas em última análise pelo dinheiro dos contribuintes — em manter um indivíduo preso por toda a vida.

Na “terra da liberdade”

Nos Estados Unidos, a pena de morte sempre foi aplicada, tendo sido suspensa apenas entre 1972 e 1976, por ação da Suprema Corte. A maioria dos estados a adota, mas cada um tem sua própria legislação sobre o assunto. Num dos raríssimos casos do

execuções públicas (recentemente, uma emissora de televisão entrou com um recurso na justiça exigindo o direito de transmiti-las ao vivo).

Segundo uma pesquisa realizada em 1987, 350 pessoas condenadas à morte entre 1900 e 1985 eram ino-

- pesquisa realizada em 1972 apontou que 62 dos presos confinados no “corredor da morte” eram trabalhadores domésticos não-especializados, sendo que 60% deles estavam desempregados quando cometeram o crime

- na Flórida, dentre aqueles que assassinam pessoas brancas, os negros correm um risco cinco vezes maior de serem condenados à morte do que os brancos

- 40% dos prisioneiros detidos no “corredor da morte” são da raça negra, embora esta represente apenas 11% da população total do país. Ou seja, a possibilidade de um negro ser condenado à pena capital é quatro vezes maior do que a de um branco

- no estado da Geórgia, durante a década de 70, constatou-se que os assassinos de pessoas brancas foram executados numa proporção 11 vezes maior do que os assassinos de pessoas negras

- nesse estado, desde 1984, seis deficientes mentais foram executados

- ainda no Texas, um negro que mata um branco tem uma probabilidade 87 vezes maior de receber a sentença de morte do que um negro que mata outro negro

*Fonte: Anistia Internacional



Segundo diversos estudos, a maioria dos condenados nos EUA é negra e pobre (na foto, funcionários de uma prisão na Flórida retiram o corpo de um executado)

munho, a lei faculta a execução de menores de 18 anos e deficientes mentais.

Onde a pena capital é permitida, estão previstas cinco formas de execução — enforcamento, fuzilamento, câmara de gás, cadeira elétrica e injeção letal — sendo as duas últimas as mais utilizadas atualmente (a morte por choque elétrico foi introduzida em 1889). Desde 1931, não são feitas

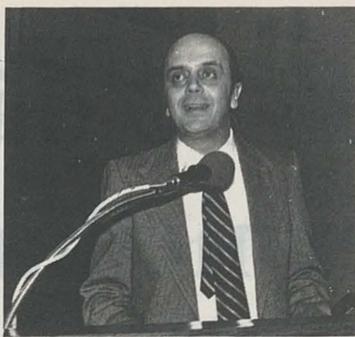
centes. Na maior parte dos casos, a descoberta de novas provas teve como resultado a absolvição ou indulto. Alguns presos escaparam da execução por minutos, mas 23 deles foram executados. Outros estudos demonstraram que a maioria dos condenados é pobre e negra.

A seguir, alguns dados estatísticos :

Do ponto de vista ético, esse argumento é, no mínimo, questionável, pois avalia o valor de uma vida humana exclusivamente em termos de custos. Por outro lado, estudos realizados no Canadá e nos Estados Unidos mostram que nesses países a imposição da pena de morte é mais cara para o Estado do que a reclusão perpétua do preso. Um levantamento feito no estado de Nova Iorque provou que, em média, um processo que possa redundar na aplicação da pena de morte, somente na sua primeira fase, custa aos contribuintes aproximadamente um milhão e 800 mil dólares, mais do que o dobro da quantia que se supõe necessária para sustentar uma pessoa presa por toda a vida.

Além disso, deve-se levar em conta que nem nos países onde ela é legal, a pena de morte é adotada em larga escala. Ou seja, a eliminação de uma dúzia de presos não teria nenhum peso no orçamento do Estado.

A iniciativa de defender a sua reintrodução na Constituição brasileira já provocou forte reação de parlamentares, juristas, advogados, sociólogos. "Se aceitamos a pena de morte, por que não estimular os esquadrões da morte, grupos de extermínio e justiceiros?", pergunta o jurista pernambucano José



José Serra: "Demagogia"

Paulo Cavalcanti Filho. E ironiza: "Se o objetivo é assustar os possíveis criminosos, a execução deveria ser então transmitida ao vivo pela televisão, no horário nobre". Para ele, a pena capital seria um privilégio apenas das camadas mais modestas da população, já que "o Código Civil é um código dos ricos e o Código Penal, uma herança destinada exclusivamente para os pobres".

Na opinião do deputado José Serra, do PSDB de São

Paulo, a questão está sendo tratada com demagogia e fins eleitoreiros: "O problema do crime no Brasil é de repressão preventiva e de eficácia da Justiça. Não é uma questão de aumentar as punições. O Estado, como instrumento de vingança, não faz nenhum sentido".

A Seção Brasileira da Anistia Internacional, por sua vez, decidiu lançar uma campanha contra a pena de morte. Em um documento publicado recentemente,

afirma: "Fazer justiça não significa repetir um ato que a própria sociedade condena. Se não se pode impedir que uma pessoa imponha sofrimentos à outra, pode-se e deve-se impedir que o Estado o faça, pois a evolução da justiça foi para superar a vingança particular. Modificar a legislação penal, para introduzir penas mais duras para os que praticam os chamados crimes hediondos e dificultar sua libertação condicional, bem como criar formas de amparo às famílias das vítimas, talvez seja uma forma adequada e humana de enfrentar o problema".

Contra ou a favor, a discussão da pena de morte está colocada. Caberá agora à sociedade, através de seus representantes no Congresso, fazer a opção.

¹A pena de morte foi abolida na primeira Constituição republicana, com exceção dos tempos de guerra. Desde então, apenas em dois momentos voltou a ser admitida: na Constituição de 1937 e na Lei Constitucional nº 1 de 1938, durante o Estado Novo; e mediante o Ato Institucional nº 14, de 5 de setembro de 1969, e a Emenda Constitucional nº 1, ambos durante o regime militar instaurado em 1964.

²Extraído da publicação mensal "Pergunte e responderemos", editada por D. Estevão Bettencourt (nº 105/1968, p.384)

Colaboraram nessa reportagem:
Clovis Sena (Brasília)
Henrique Barbosa (Recife)
Cilene Victor (São Paulo)
Ana Angelica, Erika Guimarães e
Tatiana Coura (Rio de Janeiro)

De Tolstoi a Gandhi, todos contra

* Mahatma Gandhi: "Nenhum ser humano é bastante perfeito para ter o direito de matar aquele que considera como inteiramente nocivo"

* Albert Camus: "O que é a pena capital, senão o mais premeditado dos assassinatos, ao qual não se pode comparar nenhum ato criminoso, por mais calculado que seja? Pois, para que houvesse uma equivalência, a pena de morte teria que castigar um delinquente que tivesse avisado sua vítima da data na qual lhe infligiria uma morte terrível, e que a partir desse momento a mantivesse sob sua guarda durante meses. Tal monstro não é encontrável na vida real"

* Coretta Scott King (viúva de Luther King): "Mesmo sendo uma pessoa cujo marido e sogra foram assassinados, sou firme e decididamente contra a pena de morte... Um mal não se repara com outro mal, praticado em represália. A justiça nunca progride ti-

rando-se a vida de um ser humano. O assassinato legalizado não contribui para o reforço dos valores morais"

* Leon Tolstoi: "Quando vi a cabeça se separar do tronco do condenado, caindo com sinistro ruído no cesto, compreendi, e não com a razão, mas com todo o meu ser, que nenhuma teoria pode justificar tal ato"

* Bernard Shaw: "E assim, até os fins dos tempos, homicídio vai gerar homicídio, sempre em nome do direito, da honra e da paz, até que os deuses se cansem de sangue e criem uma raça que possa compreender"

* Cesare Beccaria, jurista italiano: "Um dos maiores freios aos delitos não é a crueldade da pena, mas sua infalibilidade"

* Provérbio chinês: "Aquele que procura vingança deve cavar dois túmulos"

Eco-92 dá Linha Vermelha ao Rio

Governo federal ajuda Estado na construção

Duas cerimônias oficiais marcaram o lançamento da Linha Vermelha, uma das mais adiadas obras viárias do Rio de Janeiro. A primeira foi no dia 19 de maio, em Brasília, no Palácio do Planalto, ante ministros do presidente e secretários do governador e com a participação de outros políticos e empresários. O governador Leonel Brizola definiu a solenidade e a obra como "símbolo da cooperação entre o governo do Rio de Janeiro e o governo federal". O presidente Fernando Collor retribuiu, afirmando que "o Rio merece toda a atenção e seu governo, toda a colaboração de que necessite".

A segunda cerimônia foi ao ar livre, num domingo, 2 de junho, junto ao Ciep da Favela da Maré, no Rio, onde Collor e Brizola, numa festa popular, cravaram a primeira estaca, dando início oficial à construção da rodovia.

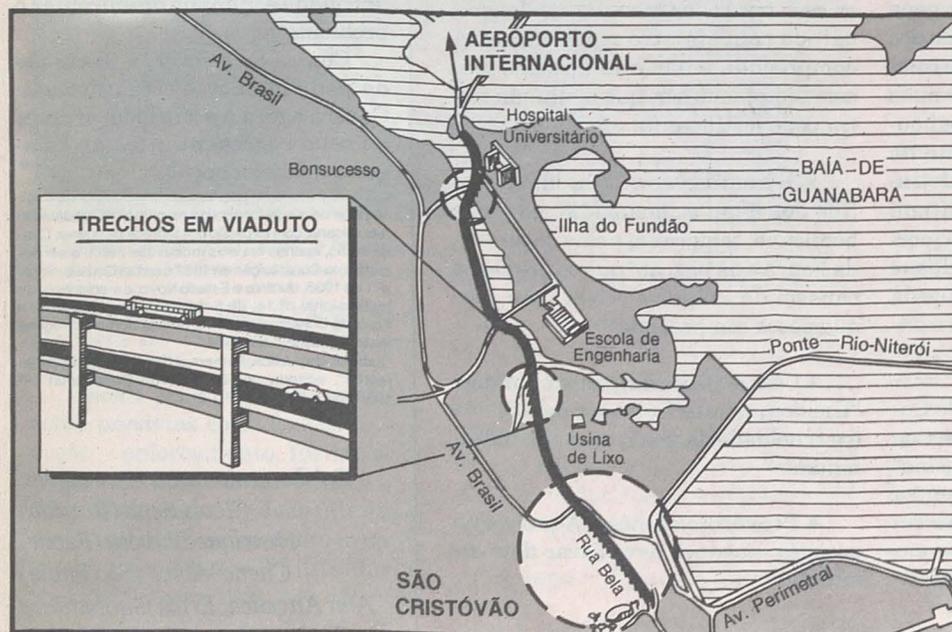
Projetada para ter cerca de 20 quilômetros, entre o bairro de São Cristóvão, na Zona Norte, e a Rodovia Presidente Dutra, na altura de São João de Meriti, Baixada Fluminense, a Linha Vermelha se destina a desafogar o trânsito da sempre congestionada Aveni-

da Brasil, que liga o centro aos bairros da Zona Oeste e às cidades da Baixada Fluminense, além de ser a única via de acesso a quem chega ao Rio pela Via Dutra.

A obra não será realizada totalmente, porém. Agora, serão construídos os seis primeiros quilômetros, estabelecendo a ligação da cidade com o Aeroporto Internacional. Seu efeito de aliviar a Avenida Brasil será, portanto, parcial, mas representará um eficiente portão de entrada para os milhares de convidados e autoridades que estarão desembarcando no Rio de Janeiro, daqui a um ano, para a Conferência Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brizola já expressou, porém, que vê essa arrancada inicial como um movimento que pode tornar automática a extensão da obra até a Via Dutra. O primeiro trecho custará 140 milhões de dólares (100 milhões emprestados pelo governo federal e 40 milhões do próprio governo fluminense).

Sentido político – O que poderia não passar de simples ato administrativo ganhou contornos de alto sentido político. Este trecho inicial da Linha Vermelha

– cujo nome definitivo poderá ter algum parentesco com o evento ecológico do próximo ano – é, certamente, a légua mais politizada da história das relações entre um presidente e um governador. Afinal, significa a cooperação entre dois símbolos opostos da política brasileira da atualidade. E sob tal aspecto é que foi analisada pelos meios políticos, surpresos com o entendimento maduro estabelecido entre os Palácios do Planalto e Guanabara. A objetividade ganhou pontos.



A questão sindical

Centrais repensam estratégias

A combinação de recessão, comandada pelo governo, e discurso radical, este pilotado por lideranças operárias, parecem ter produzido uma espécie de curto-circuito nos meios sindicais. A Central Única dos Trabalhadores-Cut não conseguiu paralisar o país, com a greve geral que pretendia ver espalhada de Norte a Sul, nos dias 22 e 23 de maio, como grito de condenação à política econômica.

Contestada antes do início por segmentos impor-

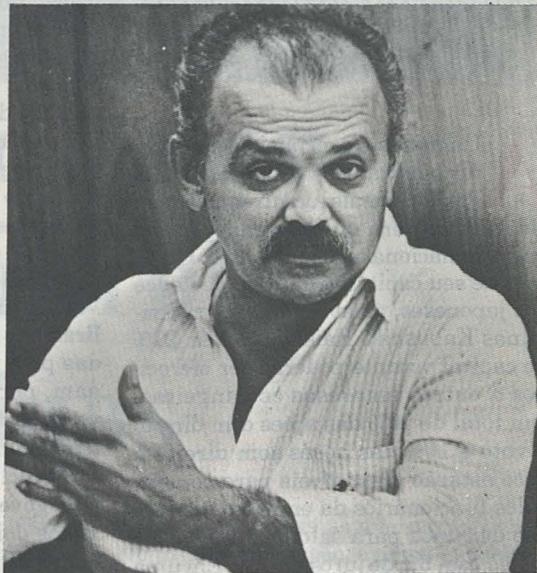
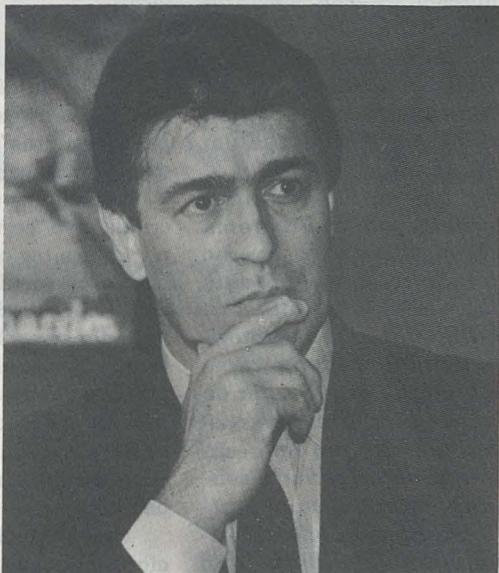
antes do movimento
trabalhista – inclusi-
ve pelos metalúrgicos
do ABC, que manti-
eram o trabalho
normal – a greve da
Cut apostou numa
espécie de paralisa-
ção forçada, pela qual
trabalhadores aca-
riariam ficando dois
dias em casa, não por
falta de consciên-
cia, mas por simples
alta de transportes.
Onde os motoristas
de ônibus e ferroviá-
rios não pararam, o
movimento de pro-
testo não repercutiu.
O fracasso do movi-
mento, o presidente
da Cut, Jair Mene-
guelli, respondeu
com a informação de

que não considerava frustrado o esforço de
paralisação geral e que se sentia animado
a iniciar os preparativos para uma segun-
da tentativa. Meneguelli argumentou com
o elevado desemprego e a erosão do poder
adquisitivo dos assalariados, para enten-
der que a greve geral é uma consequência
lógica.

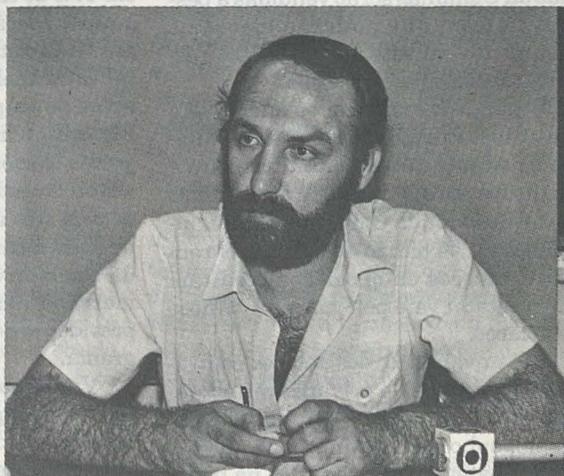
De longe, em Lisboa, para onde viajara
pouco antes da data marcada pela Cut
para a tentativa de paralisação nacional,
o sindicalista Luís Antônio Medeiros, pre-
sidente da Força Sindical, considerou o
movimento desarticulado e inoportuno.
O levanto do chamado sindicalismo de resul-
tado, que mostra pouco apreço pelo discurs-

so ideológico e busca eficiência, Medeiros apareceu,
mais uma vez, como contraponto à Cut. Com uma sig-
nificativa diferença: Medeiros não representa mais
um grande segmento sindical paulista, mas uma nova
central sindical que se espalha por todo o país.

Alguns setores se perguntam se estarão o fracasso
da greve geral e as crescentes contestações internas na
Cut, ao lado do crescimento da Força Sindical, apontando
para uma fase mais pragmática do sindicalismo.



*Magri não disse a
que veio, enquanto
Medeiros e
Meneguelli
representam pólos
cada vez mais
distantes*



Privatização: primeiro, a mais lucrativa

Governo pede pela empresa a metade do valor calculado pela oposição

A Usiminas é a primeira estatal a ter o edital de venda publicado. Por ele, a mais lucrativa empresa siderúrgica terá que permanecer nas mãos de nacionais por três anos. Como 13% de seu capital votante já pertence aos japoneses, através da Nippon Usiminas Kabushiki Kaisha, apenas 27% do capital votante poderão ser oferecidos a outras empresas estrangeiras. Um total de 10% das ações com direito a voto e 10% das ações sem direito a voto estarão disponíveis para compra pelos funcionários da empresa, que terão dez anos para saldar a dívida, cobrada com 6% de juros ao ano. Em uma segunda fase, 20% das ações preferenciais da Usiminas serão vendidas a pessoas físicas, que poderão efetuar o pagamento em sete anos. Os 70% restantes serão objeto de leilão.

Segundo calcularam os auditores e consultores responsáveis pela avaliação da situação econômico-financeira e condições gerais das estatais, o lance inicial do valor da Usiminas seria equivalente a 1,54 bilhão de dólares. No entanto, setores da oposição acreditam que a estatal vale pelo menos 4 bilhões de dólares.

Esta avaliação, dos setores contrários às fórmulas de privatização adotadas pelo governo, se baseia no desempenho da Usiminas. Em 1989, a estatal bateu quatro recordes na histó-

ria da siderurgia da América Latina, e alcançou lucro líquido de 239 milhões de dólares, equivalentes a 12% da receita bruta. Ano passado, em função da retração do mercado interno, a estatal teve o ritmo diminuído. Mas, este ano, a siderúrgica demonstra produzir tanto quanto o fez em 89, quando gerou 4,5 milhões de toneladas de aço. A Usiminas exporta 55% do que produz. É um prato apetitoso. E quase de graça.

Entre todas as estatais brasileiras, as únicas que escapam do Programa Nacional de Desestatização do governo Collor são a Petrobrás, a Companhia Vale do Rio Doce, a Telebrás, o Banco do Brasil e o BNDES, por estarem protegidas pela Constituição Federal. Escapam, por enquanto. Se depender da vontade do governo, com a revisão constitucional de 1993, as cinco empresas serão incluídas no rol das privatizáveis.

o governo não esconde que, nos próximos dois ou três anos, pretende driblar outro importante impedimento ao total sucesso do programa: a limitação, em 40% do capital votante da empresa, à participação acionária de estrangeiros. "A Constituição permite que o capital estrangeiro controle até 100% das ações de empresas instaladas no país. Portanto, a limitação imposta pelo Congresso Nacional só vale no momento da venda da estatal. Dependendo do caso, dois ou três anos após o fechamento do negócio, a empresa passará a ser tratada como privada, sujeita às regras de mercado", explica Eduardo Modiano, presidente do BNDES, que dirige o programa.

Vários países já manifestaram interesse em adquirir o controle de estatais brasileiras dos setores de siderurgia, petroquímica e fertilizantes: Itália (se-



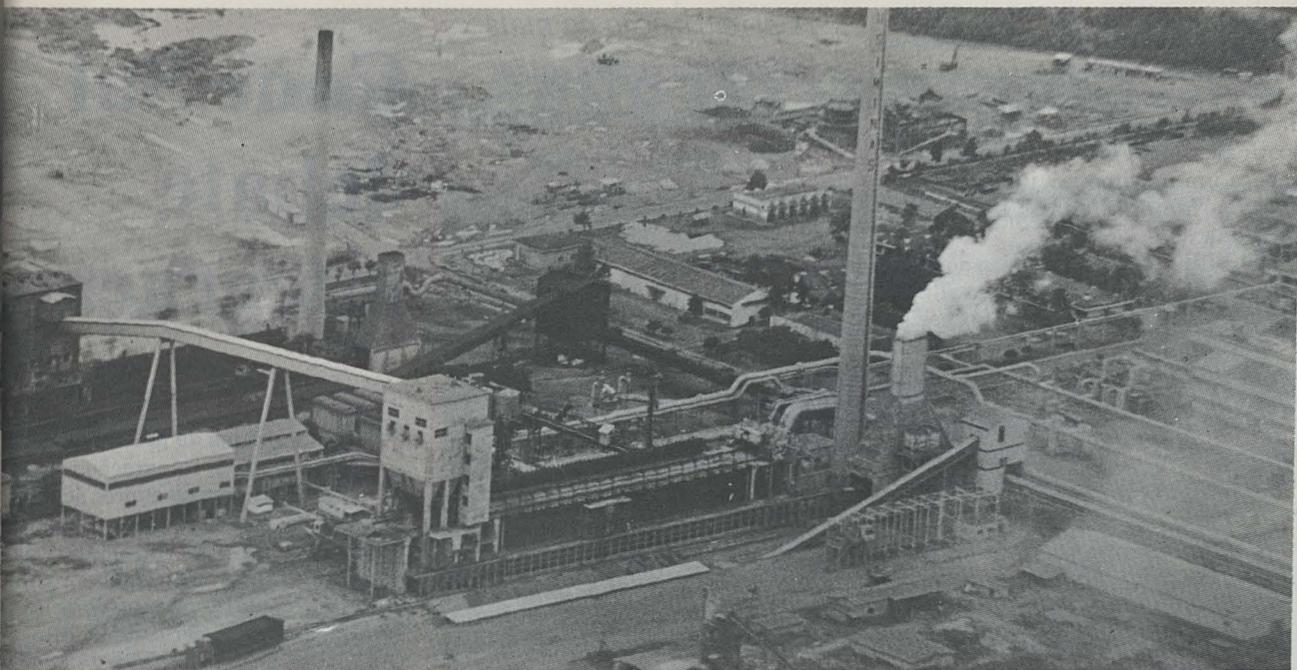
Eduardo Modiano

tor petroquímico), Coréia e outros países do Oriente (setor de fertilizantes) e a França e a Alemanha (setor siderúrgico).

Troca – "É um grande programa de conversão da dívida pública, tanto interna, quanto externa, em ações de empresas estatais", acredita Modiano. Ele explica que, para facilitar a venda das 27 estatais incluídas no programa, foi criada uma "cesta de moedas". O governo vai aceitar como pagamento cruzados novos, certificados de privatização, debêntures da Siderbrás, títulos da dívida agrária, OFNDs (Obrigações do Fundo Nacional de Desenvolvimento), e outros débitos do governo. Assim, espera-se que a compra das estatais, por aqueles que têm créditos com o governo, se transforme em efetiva eliminação de débitos oficiais.

No caso da dívida externa, o governo oferece desconto de 25% às empresas estrangeiras interessadas em adquirir estatais no Brasil, com emprego de títulos daquele tipo. "Achamos que será um importante estímulo ao capital estrangeiro. Isto, porque, no mercado secundário, os títulos da dívida brasileira estão sendo negociados com descontos que chegam a 70%. Se uma empresa consegue comprar títulos da dívida com 70% de desconto e pode usá-los para adquirir ações com 25% de desconto, sobram aí 45% de ganho", arquiteta o presidente do BNDES. Além disso, Modiano planeja conceder empréstimos a empresas de capital estrangeiro interessadas no Programa Nacional de Desestatização.

Patricia Terra
Fotos: André Louzeiro



Vigésimo do valor permite controle da Usiminas

Venda da estatal é considerada "verdadeira doação"

José Maria Rabêlo

Por apenas 350 ou 400 milhões de dólares, o grupo que arrematar 50% mais uma das ações ordinárias da Usiminas terá o controle acionário da empresa. O valor de 1,54 bilhão de dólares, já considerado extremamente baixo quando foi divulgado (veja, a propósito, **Cadernos do Terceiro Mundo**, edição 139), refere-se ao total das ações que serão vendidas. Deste total, as ações ordinárias, que são as que têm direito a voto, correspondem a cerca de 1,54 bilhão de dólares e constituem 75%

do conjunto destes títulos. Dos restantes 25%, 15% pertencem aos japoneses, sócios antigos, e 10% serão vendidos aos funcionários. Para obter o controle de 50% mais uma das ações ordinárias, basta que o grupo interessado adquira dois terços do montante que vai ser leilado.

Dois terços de um bilhão de dólares significam, aproximadamente, 660 milhões de dólares. Admitindo-se, entretanto, que esta soma poderá ser paga com as chamadas "moedas podres" ou "micos pretos", títulos desvalorizados disponíveis no mercado, que geralmente valem a metade de seu valor nominal, o controle da Usiminas poderá ser obtido por 350 ou 400 milhões de dólares, vinte vezes menos do que custaria a construção de uma nova usina de seu porte.

"Verdadeira doação" – Tão logo

foram anunciadas as avaliações para efeito da privatização, e antes de serem conhecidas as cifras que agora estamos divulgando em primeira mão, as resistências à operação já eram muito fortes. O deputado Paulino Cícero (PSDB/MG) e antigo presidente da Usiminas, afirmou que, se a empresa fosse vendida pelo preço-base apresentado (1,54 bilhão de dólares), "na verdade, ela estaria sendo doada".

O presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, José Alencar Gomes da Silva, revelou aos membros da Subcomissão de Desestatização do Congresso sua indignação pela fixação do preço de venda abaixo de 8 bilhões de dólares, investimento necessário para a implantação de uma outra siderúrgica da dimensão da Usiminas.

Para Alencar, a Usiminas, por ser lucrativa e superavitária, não pressio-

na as contas públicas e, por isso, não deveria ser a primeira da lista. "Temo que amanhã" – declarou – "não se possa responder à acusação de que foi transferida a um preço vil". O prefeito de Ipatinga, Chico Ferramenta, do PT, encabeça um movimento, junto ao Congresso Nacional, para impedir a privatização.

No último dia 3, na reunião do Diretório Nacional do PDT, em Brasília, o governador Leonel Brizola fez sérias críticas ao processo de privatização, dizendo que o partido usará todos os recursos para evitar a venda anunciada. Nesse sentido, o PDT já encaminhou à Câmara dos Deputados um projeto de decreto legislativo, anulando a operação.



Itamar Franco prevê perdas

Entre as melhores – A Usiminas é considerada uma das três mais eficientes usinas siderúrgicas do mundo, no mesmo nível das japonesas e sul-coreanas. No edital de venda, a Comissão Diretora do Programa Nacional de Privatização reconhece: "A competitividade da Usiminas é evidenciada pela sua maior produtividade técnico-operacional, menor nível de despesas estruturais e menor endividamento em relação a outras usinas brasileiras".

O mesmo acontece no mercado internacional, no qual é ampla a aceitação dos produtos da empresa, pelos seus preços e qualidade. Ela detém o recorde de exportação entre as siderúrgicas nacionais, tendo colocado no exterior 802.570t, no valor de US\$ 266,3 milhões, nos cinco primeiros meses de 1991.

Seu centro de pesquisas é dos mais adiantados do mundo. São cerca de 350

A privatização da mais lucrativa siderúrgica brasileira despertou reações em Minas Gerais.

O vice-presidente da República, o mineiro Itamar Franco, não conteve sua contrariedade com o início do processo de privatização da estatal, afirmando considerá-lo prejudicial aos interesses de Minas Gerais.

A Assembléia Legislativa mineira também criticou o processo, aprovando uma nota de repúdio à privatização, que, segundo os deputados, afetará o desenvolvimento de Minas Gerais

profissionais, dos quais 70% com cursos na Europa, Japão e Estados Unidos, que têm desenvolvido tecnologias hoje exportadas para dezenas de países. A Usiminas presta assistência técnica e assessoramento a diversas empresas privadas, como a Cia. Siderúrgica Belo-Mineira.

Quanto custa – Para implantação de uma usina com a capacidade produtiva da Usiminas seria necessário um investimento de 8 bilhões de dólares. Os critérios técnicos internacionais fixam em US\$ 2.000 o montante para a produção de cada tonelada instalada.

As últimas tecnologias desenvolvidas podem reduzir este investimento, mas que ficará sempre em torno dos 7 bilhões de dólares. A produção atual da Usiminas é de 4 milhões de toneladas anuais.

Cone Sul debate integração

Três jornadas de debates sobre os processos de integração regional reunirão pesquisadores acadêmicos, técnicos e profissionais de instituições públicas e privadas em Porto Alegre, de 23 a 25 de setembro próximo, durante seminário promovido pela Associação Latino-Americana de Integração-Aladi e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Projeto que parece ganhar forças – nesta fase em que as áreas mais dinâmicas do mundo se planejam para o século XXI como grandes blocos econômicos supranacionais – a constituição de um mercado comum no Cone Sul do continente começa a interessar também à Universidade, o que é ponto positivo para esse movimento quase imperceptível e que se tem caracterizado por frequentes encontros dos presidentes do Brasil, Argentina e Uruguai.

"O objetivo do seminário é proporcionar uma reflexão coletiva sobre os problemas da integração regional", esclarece o secretário executivo do Núcleo de Estudos sobre a Integração da América Latina, da UFRGS, professor Juan Algorta Plá. "Entendemos que o problema a estudar é tão amplo, que a pesquisa deverá ser conduzida em forma multidisciplinar, ou seja, favorecendo a interação entre os diversos campos do saber. O somatório de esforços deverá gerar uma massa crítica, que nos permita um progresso mais rápido no conhecimento dos processos envolvidos".

Os trabalhos do seminário se desenvolverão em torno de seis painéis, enfocando a economia latino-americana, os aspectos institucionais da integração, problemas das regiões de fronteira (educação, saúde, migrações, ecologia e cultura), comunicação de massa, agricultura e agroindústria e, fechando o ciclo, questões de tecnologia.

Começando do começo

Brasil entra na era da educação desenvolvida

Há quem acredite mesmo que Deus escreve direito por linhas tortas, enquanto outros, menos místicos, garantem que, à semelhança do futebol, a política brasileira é uma caixinha de surpresas. Crentes ou não, todos defendem suas posições com a negável força da experiência. Agora, uma multidão também pode adquirir a sensação perfeita daquele quê de inexplicável, ante a decisão do presidente Fernando Collor em lançar os Centros Integrados de Atendimento à Criança-Ciacs por todo o Brasil, seguindo o figurino dos Centros Integrados de Educação Pública-Cieps, idealizados e implantados pelo governador Leonel Brizola, em sua primeira administração no Rio de Janeiro (1983-1987).

Em outros termos, o inesperado gesto de Collor realizará no Brasil inteiro, com a força de prioridade, um programa educacional nascido da persistência e dos compromissos de uma corrente de políticos e educadores inconformados com o atraso brasileiro e identificados com um ideário social-democrata. Collor, o solitário e aventureiro sem programa de ano e meio atrás, começa a fazer a revolução educacional brasileira, item indispensável para o desenvolvimento do país e sonho que muitos partidários dessa revolução pacífica consideravam ainda distante. É a tal caixinha de surpresas.

Quinze por mês – Pouco surpreendente foi o ímpeto com que Collor se lançou à tarefa: ergue 20 Ciacs já em dezembro próximo e passará a faixa a seu sucessor, dentro de três anos e meio, exibindo 5.000 unidades. O plano do governo federal prevê, neste ano, a aplicação de 60 bilhões de cruzeiros no programa, que envolve a educação integral das crianças, da creche ao segundo grau, mais o ensino profissionalizante e



Collor lançou um projeto que pode revolucionar o ensino básico no país

atendimento materno-infantil em posto de saúde anexo, além do apoio a grupos de menores abandonados, que viverão com pais substitutos. Calcula-se atender pouco mais de 7 milhões de crianças, entre as quais mais de 100 mil abandonadas. Ao lançar o programa, em 21 de maio, Collor reuniu governadores e ministros, e não resistiu à emoção, chegando a lacrimejar ao ouvir um coral infantil.

Papel-chave desempenha o ministro Alcení Guerra, da Saúde, a quem Collor confiou a coordenação do projeto. Por intermédio do ministro nasceu a viabilização do plano educacional, estabelecendo uma ponte Collor-Brizola.

O ritmo acelerado das construções se tornará possível, devido à aplicação da tecnologia da argamassa armada, desenvolvida pelo arquiteto João Filgueiras de Lima, participante do projeto dos Cieps do Rio. Essa tecnologia

permite a produção de pré-moldados de grande resistência e baixo peso. Tal como ocorreu no Rio de Janeiro, todo o processo de construção dos Ciacs começa na Fábrica de Escolas (serão implantadas vinte no país), onde as peças são fabricadas em série. Depois, levadas aos canteiros de obras, entram em montagem, o que permitirá a entrega de um centro a cada dois dias.

Proposta educacional – O governador Brizola considerou o projeto dos Ciacs um avanço em relação aos Cieps, quanto ao projeto arquitetônico, que até mesmo permitirá reduzir o custo final de cada obra. Quanto à proposta educacional em si, pouco tem sido apresentado. Supõe-se que, também, sob tal aspecto, os Ciacs guardarão semelhança com os Cieps, aproveitando a filosofia geral ali desenvolvida e a experiência acumulada em mais de seis anos. •

Nova educação popular consolida espaço

Especialistas avaliam resultados da escola de tempo integral e concluem que ela constitui um passo decisivo na direção da reformulação do sistema educacional brasileiro

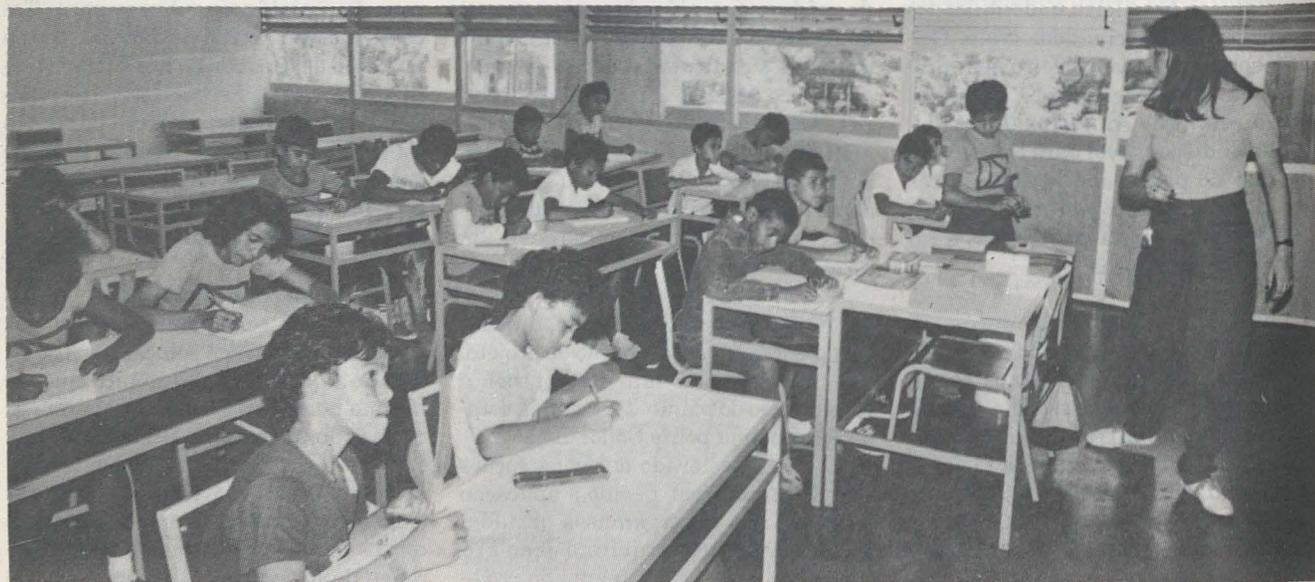
Paulo Marinho

Com a apresentação de diversos trabalhos acadêmicos, a participação de representantes da Secretaria Estadual de Educação e a presença de observadores do Ministério da Educação, o encontro "Cieps: avaliação de uma inovação educacional" atraiu à Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) duas centenas de especialistas. Realizado num período em que o governo federal já demonstrava seu interesse sobre o assunto, o seminário deixou a certeza de que os Centros Integrados de Educação Pública mexeram com a cabeça das pessoas e ganharam projeção nacional. A iniciativa marcou ainda o aprofundamento de intercâmbio entre os órgãos responsáveis pela condução do programa educacional e a comunidade acadêmica.

Autor de tese sobre os Cieps, o professor e mestrando da UFRJ Carlos Alberto Pereira de Oliveira lembrou

que o projeto educacional, iniciado por Leonel Brizola na primeira passagem pelo governo fluminense (1983-1987), ganhou projeção nacional, apesar dos esforços do governo Moreira Franco em anular o programa e da "desastrada atuação do então prefeito Saturnino Braga, que levou os Cieps de volta aos Distritos de Educação e Cultura e desfigurou uma experiência em andamento".

Para a coordenadora da área de políticas sociais da Financiadora de Estudos e Projetos-Finep, professora Any Dutra, é impossível implantar uma revolução pedagógica, sem mexer na política administrativa. Apon-tou, nesse sentido, o despreparo de professores, que considera uma ameaça à sustentação do projeto, e a desarticulação entre secretarias, escolas e distritos educacionais. "Sem canais institucionalizados de comunicação, as decisões, tomadas nas esferas do poder, acabam expostas a retrocessos, no longo caminho que percorrem, até chegar às salas de aulas".



Professores e especialistas afirmam que o projeto dos Cieps é irreversível. Não se pode ser contra uma escola de qualidade



Os Cieps são o lugar ideal para a academia iniciar o imprescindível trabalho de articulação entre ensino, pesquisa e extensão

Irreversível – Any Dutra considera o Programa Especial de Educação, que envolve os Cieps, como irreversível, “pois não se pode ser contra uma escola de tempo integral, que ofereça educação de qualidade”. Em sua opinião, “os Cieps têm o grande mérito de educar a demanda da classe popular que, hoje, sabe que tem direito a um ensino de qualidade. Essa mudança, essa visão de mundo do indivíduo, por si já justifica sua criação”.

Para o diretor da Faculdade de Educação da UFRJ, Jorge Ferreira da Silva, os Cieps deram um passo extraordinário na direção da reformulação do sistema educacional brasileiro, transportando do sonho para a realidade a antiga esperança de se criar uma escola digna no país: “Em apenas quatro anos, o programa, que daqui para a frente deve aperfeiçoar a relação professor/diretor, conseguiu criar, no plano nacional, a consciência de que o homem tem o direito de acessar às coisas”.

Professora da cadeira de Biologia da Educação, na UFRJ, e coordenadora de duas pesquisas sobre a relação saúde-educação, nos Cieps de Ipanema e Olga Benário, na Ilha do Governador, Denise Del Rey disse ser possível falar em processo educacional e Ciep, sem mencionar a qualidade de vida das pessoas. “A escola é o lugar apropriado para enfrentar e trabalhar o cotidiano de crianças, que passam o dia num espaço asséptico – onde se alimentam, tomam banho e brincam – e, depois, voltam para casa, onde enfrentam uma realidade bem diferente”.

Citou, a propósito do contraste, publicação jornalística, segundo a qual o crime organizado vai armar três milhões de menores, a médio prazo, no Rio de Janeiro. Manifestou preocupação com as crianças faveladas, que são atraídas para a criminalidade, por falta de assistência e informação adequadas: “Apesar de estarmos muito aquém de uma educação contextualizada, os Cieps são o lugar ideal para a academia iniciar o imprescindível trabalho de articulação entre ensino, pesquisa e extensão, sem o qual não vamos atender às

demandas da sociedade”.

Escolha política – A professora Nilda Teves Ferreira, titular da cadeira de Filosofia e História da Educação, defendeu a construção de Cieps onde ainda não existem e a reconstrução dos que foram destruídos: “Enquanto iniciativa do único governador (Brizola) que teve a petulância de gastar recursos com as classes populares, os Cieps, enquanto escolha política, não podem ser vistos apenas no nível pedagógico, porque antes de sermos professoras, somos mães e avós”.

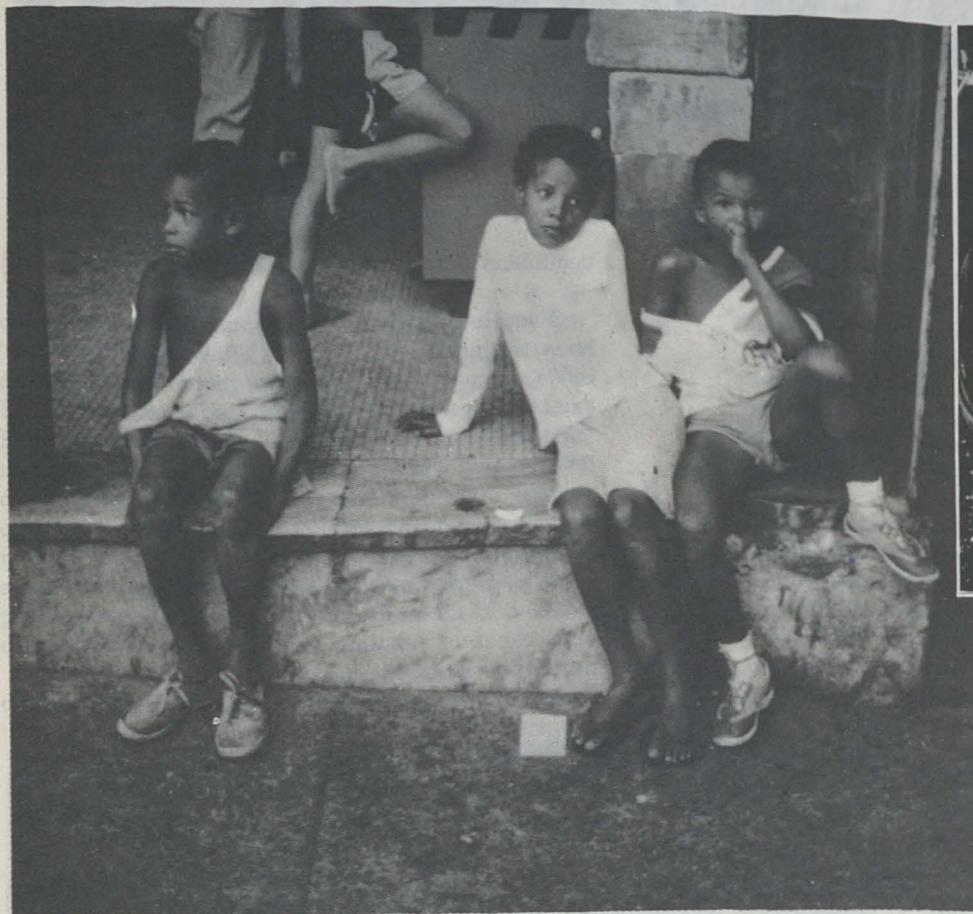
Nilda Teves ressaltou o conceito de interdisciplinaridade contido na filosofia educacional do programa, única capaz de trabalhar o conhecimento vivido do aluno, em benefício de sua cidadania: “Como a escola deve tratar de assuntos concretos como a gravidez da menor, o consumo de drogas e outras questões do cotidiano, não podemos ensinar que uma árvore é apenas constituída de raiz, caule e fruto, quando, para este aluno, árvore é um obstáculo inclinado sobre o barraco onde ele mora e que pode atingi-lo no próximo temporal”.

A professora Nilda acredita que essa nova escola pode vir a ser o modelo de um projeto educacional para o Terceiro Mundo, com o objetivo de elevar o nível de preparo da população, de modo a enfrentar o período que se desenha à frente, quando as transformações internacionais podem estar destinando, aos países pobres, “o rebutalho da tecnologia e a obsolescência”.

O custo de um aluno de Ciep é de dois mil dólares anuais, calculou em tom crítico o especialista em estatística educacional, Sérgio Costa Ribeiro. O subsecretário do Programa Especial de Educação, Paulo Sérgio Duarte, argumentou, porém, que o gasto é realmente alto, mas só em relação aos custos tradicionais do que a elite brasileira investiu em educação, até hoje: “Se a contabilidade de custos de um produto simples requer até órgãos específicos, qual critério devemos usar para mensurar quanto custa reduzir a violência que se abate sobre as pessoas?”, propôs.

“A guerra dos meninos”

Documentário revela aos olhos europeus a dura realidade do extermínio de crianças brasileiras



O extermínio de crianças de rua é o tema do filme realizado pela cineasta carioca Sandra Werneck

Patrícia Terra

Baseada no livro “A Guerra dos Meninos”, do jornalista Gilberto Dimenstein – editor da suplementar de Brasília do jornal “Folha de São Paulo” – a cineasta carioca Sandra Werneck atualizou estatísticas através do Unicef e do Ministério da Saúde, roteirizou o texto e partiu para a aventura

de registrar as imagens da realidade vivida pelos meninos de rua, no Rio, em São Paulo e em Recife. O filme foi produzido em 16 mm, durante os meses de setembro e outubro de 1990 e, hoje, faz sucesso mundialmente. Mas, até que sua iniciativa alcançasse a vitória, Sandra Werneck enfrentou muitas dificuldades.

“A dificuldade maior não

foi penetrar no universo que é a violência crescente contra menores no país, mas conseguir os recursos financeiros para a execução do projeto”, lembra a cineasta. “O orçamento inicial era de 100 mil dólares. Aliei-me à produtora Sinapse Comunicações e comecei a procurar empresas nacionais que financiassem o filme. Não consegui nada e o jeito foi recorrer à co-produ-

ção com empresas e organizações estrangeiras”.

Duas fundações holandesas, ligadas à defesa dos direitos da criança – Kinderpostdles e Alternatif Adotoplein – investiram na idéia, doando 33 mil dólares. Isto correspondia a um-terço da verba necessária e a Sinapse Comunicações partiu para a conquista do apoio da TV francesa FR3, que participou com 50 mil dólares em troca de 10% de tudo o que viesse a entrar com a venda do filme. O resto do dinheiro foi obtido após negociação entre a Sinapse e a produtora francesa Films d’Ici. Impondo a condição de que a finalização do filme (mixagem, montagem e edição de som) fosse feita por ela e que 40% do arrecadado com o produto final lhe coubesse, a

Films d'Ici conseguiu o que faltava junto a organismos culturais franceses. A Sandra Werneck couberam 40% sobre as vendas do documentário e os 10% restantes ficaram para a Sinapse Comunicações.

Como se pode constatar, três ou mais línguas discutiram e levaram adiante o projeto, com o objetivo de divulgar este que é um dos mais graves problemas brasileiros: o extermínio de menores. O descaso nacional com relação ao assunto acabou fazendo com que as primeiras cópias do filme fossem produzidas nas línguas inglesa e francesa, fato que ampliou as possibilidades de veiculação do produto.

Em abril, os esforços de Sandra Werneck e seus aliados começaram a ser recompensados: o filme participou do Mercado de Programas de TV (MIP TV), realizado na cidade francesa de Cannes, e 20 países se interessaram em comprá-lo — entre eles Itália, Finlândia e Holanda, que já efetivaram a aquisição a preços que variam entre 5 mil e 20 mil dólares.

A veiculação de "A Guerra dos Meninos" na Europa será feita por canais de televisão, no segundo semestre. No Brasil, o filme foi mostrado na sede da "Folha de São Paulo", em 30 de maio, e ocupou uma das salas do Cineclube Estação Botafogo (RJ), durante duas semanas do mês corrente.

"Gostaria que o filme fosse veiculado nas TVs brasileiras, mas este tipo de documentário as TVs daqui não absorvem com facilidade, por causa da diferença entre a linha editorial das empresas e a linguagem empregada pelos cineastas na bordagem dos problemas sociais", lamenta Sandra Werneck. "Lá fora, uma produtora faz 35 documentários por ano e consegue veicular

todos. Os canais ainda adquirem produções de outros países. Diante do marasmo em que se encontra o cinema nacional, o que posso prever é que, como o Brasil é um país em evidência no momento, o mercado de TV internacional se torne a principal alternativa para o cineasta brasileiro".

Em "A Guerra dos Meninos", durante 52 minutos, o público assiste a depoimentos como os do Coordenador Regional do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas

menstein. Impressionantes depoimentos de quem vive na carne o drama do extermínio de menores, nas grandes cidades brasileiras, também foram recolhidos pela equipe de 12 profissionais que realizou o documentário. Sandra entrevista, por exemplo, o matador profissional conhecido como Zoréia, no interior de um presídio de segurança máxima em Taubaté (SP), um traficante de 17 anos de idade, e três mães e um pai que perderam os filhos. Isto sem contar com o que falam

prostituição infantil no Rio-, Sandra não desiste de abordar assuntos ligados à questão social. "O governo deveria criar um mecanismo, para que o dinheiro arrecadado com impostos revertesse efetivamente para a ação social. Nós todos somos responsáveis pela realidade que vivemos. Eu tento, através dos meus filmes, mudar o olhar das pessoas. Quero trocar os sentimentos de culpa e piedade pela sensação de responsabilidade diante do que se vê", almeja.



No filme, os próprios meninos descrevem como sobrevivem

de Rua, Volmer do Nascimento, da Promotora de Justiça Tânia Moreira, da dona da Casa de Passagem (que recupera garotas prostitutas em Recife), Ana Vasconcelos, e do jornalista Gilberto Di-

os meninos encontrados pelas ruas: eles descrevem torturas, violências policiais e a maneira como sobrevivem.

"O momento em que eu senti mais medo foi quando entrevistei o traficante em uma favela carioca, em troca de uma cerveja. O momento mais emocionante foi quando um menino que vende roupas, em Copacabana, me deu a última rosa que ele tinha: eu sabia que a flor era o ganha-pão dele", conta.

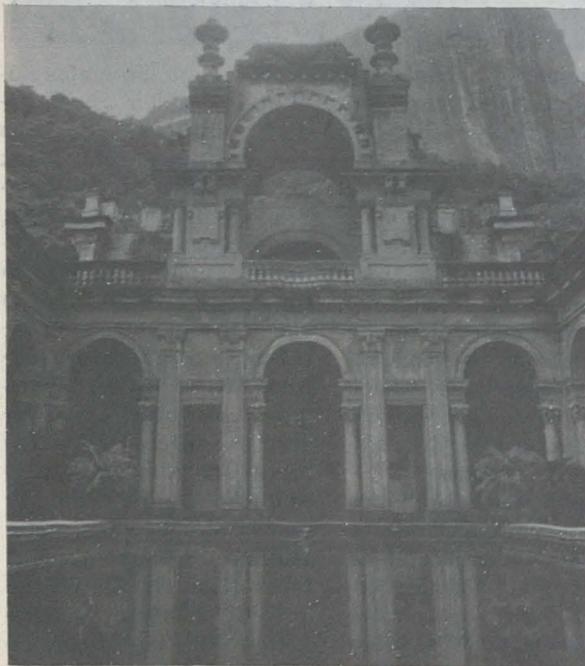
Do alto de seus 15 anos de carreira e com sete filmes realizados — entre eles "Ritos de Passagem" (80), que revela a vida dos travestis cariocas; "Pena Prisão" (84), sobre as detentas do presídio Talavera Bruce, e "Damas da Noite" (87), que mostra a

Para que um maior número de brasileiros possa assistir "A Guerra dos Meninos", Sandra Werneck acionou o Instituto de Estudos da Religião (Iser), no Rio, que está elaborando um projeto para obtenção de auxílio financeiro no exterior, que viabilize a montagem e distribuição de quinhentas cópias. Assim, instituições governamentais e não-governamentais (OAB, sindicatos, faculdades e comunidades de base, por exemplo) poderão assistir ao filme, de graça e quantas vezes quiserem. Quanto ao livro de Gilberto Dimenstein, a ONU está tomando as devidas providências para editá-lo no mundo inteiro. •

15 anos de Artes no Parque

A Escola de Artes Visuais do Parque Lage – vinculada à Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro – faz quinze anos. E comemora a data em grande estilo, preparando-se para atingir a maioria como um dos mais atraentes recantos da Cidade Maravilhosa. Apesar de ser uma adolescente ainda, sua maturidade já impõe respeito no campo da cultura internacional: instituições estrangeiras vêm manifestando interesse em estabelecer convênios com a escola de artes, uma das poucas do Rio e, sem dúvida, a mais reconhecida. Por isso, muitos afirmam que é uma escola de futuro.

No entanto, para que seu desenvolvimento interno se processe com mais facilidade e segurança, é necessária a manutenção das estruturas, bem como uma melhor adequação do espaço que ocupa às atividades acadêmicas. Este é o objetivo da Associação de Amigos da Escola de Artes Visuais do Parque Lage (Amaev). Essa associação pretende recolher dois milhões de dólares, entre o governo estadual e a sociedade civil, para devolver ao palacete, que abriga a escola, a aparência que tinha quando foi construído há setenta anos pelo



A Associação de Amigos do Parque Lage pretende recolher 2 milhões de dólares para restaurar o palacete.

arquiteto italiano Mario Vodrel. O projeto contempla ainda uma remodelação do Parque Lage, que abraça o palacete, recriando os jardins projetados pelo paisagista inglês John Tyndale, em 1840.

“Para se ter uma idéia da necessidade da reforma, basta dizer que, atualmente, não podemos usar computador, porque a fiação da casa não tem força suficiente”, explica o coordenador de projetos da EAV, Caio Mutzenbecher. “Segundo levantamos, toda a parte elétrica e hidráulica da casa tem que ser recuperada. A impermeabilização do terraço também tem que ser feita logo: a infiltração chegou a destruir ornamentos em auto-relevo no teto de alguns cômodos. Vamos aproveitar para adaptar as salas de aula, de acordo com as necessidades da escola. A sala de escultura não pode ter as mesmas características da sala de desenho, que, por sua vez, tem que ser diferente da de pintura e da de disciplinas teóricas”, conclui Mutzenbecher, animado com a preservação do palacete, de eclético estilo arquitetônico, que o armador Henrique Lage, último proprietário do terreno – hoje tombado como patrimônio histórico e paisagístico –, mandou construir para presentear sua esposa, a cantora lírica Gabriela Besanzoni. Henrique Lage não poupou em seu gesto galante e, para conservar as características glamourosas da construção, será preciso muita atenção com os azulejos, ladrilhos e mármore, importados da Itália, e com a pintura decorativa no teto e nas paredes, assinada por Salvados Payols Sabaté.

A restauração da casa deve demorar dois anos para ser concluída, porque será feita com a escola em funcionamento. Atualmente, novecentos e trinta alunos frequentam cinquenta cursos, em sua maioria práticos, ministrados por quarenta e dois professores de Pintura, Desenhos, Gravura, Escultura, Vídeo e Fotografia. A EAV, que já formou artistas consagrados, como Daniel Senise, Barrão e Beatriz Milhazes, sempre contou com professores que são artistas renomados no Brasil e no exterior – John Nicholson, Claudio Kuperman, Luís Áquila, Aluísio Carvão e Carlos Scliar são alguns deles. Hoje, ela é dirigida por João Carlos Goldberg, que mantém a linha de ensino imprimida por seus antecessores no cargo (Rubens Guerchman, Ruben Breitman, Marcus Lontra e Frederico Moraes): a “escola livre” não impõe exames seletivos, diplomas ou certificados e visa a orientar a busca individual em artes plásticas. Através deste sistema, a EAV já colheu importantes resultados para

o cenário cultural brasileiro, tais como as exposições "Quem é você, Geração 80?", "Território Ocupado", "Passeio pelo Parque" e "O Mestre à Mostra". Mas, a mais festejada de todas as exposições realizadas pela escola foi, com certeza, a que comemorava seus quinze anos de atividades.

Montada nas dependências da EAV, do Instituto Brasileiro de Arte e Cultura e do Museu Nacional de Belas-Artes, a exposição reuniu trabalhos de cento e vinte e cinco artistas – de 23 de abril a 26 de maio deste ano – e levou um sugestivo nome: "EAV – processo nº 738.765-2". O nome foi um protesto contra o processo de despejo, movido pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) contra o Estado do Rio de Janeiro, que visava desalojar a EAV do Parque Lage. O Parque está sob a administração do Ibama desde 77 e, caso o Presidente da República não tivesse baixado decreto, concedendo o uso da casa à EAV por mais dez anos, dois dias depois da inauguração da mostra, o Rio correria o risco de ver fechado um de seus mais importantes centros culturais.

"O projeto de recuperação da EAV está pronto desde setembro do ano passado", conta o coordenador Caio Mutzenbecher. "Além da reforma da casa, a Ameav, composta por dezenove membros, entre artistas plásticos, marchands, colecionadores e intelectuais, e presidida por Carlos Scliar, incluiu no projeto a restauração dos jardins ingleses do parque. Quanto à parte de paisagismo, ela foi elaborada pela empresa de Roberto Burle Marx. Não sabemos o que vai acontecer. O Ibama talvez se interesse em apoiar o projeto. O que sabemos é que vamos cumprir com a nossa responsabilidade, que é a de restaurar a casa", diz Mutzenbecher.

A Ameav vai seguir o exemplo das associações de amigos que recuperaram o Teatro Municipal, a Sala Cecília Meirelles e o Museu da Imagem e do Som. Contatos já foram feitos com a agência de publicidade DPZ, que ofereceu serviços gratuitos à EAV. A DPZ conseguiu que a mídia passe a divulgar, também gratuitamente, a necessidade de captação de recursos junto à sociedade civil para a execução do projeto. Os principais veículos de comunicação do Rio de Janeiro (redes de TV, rádios, jornais e revistas) concederam em assinar embaixo de chamadas favoráveis à preservação da escola e do parque, como se fossem editoriais das empresas. Algumas peças publicitárias já criadas pela agência fortalecem a noção de que a preservação da Arte e da Natureza deve ser de vontade de todos os homens. "Coloque seu nome aos pés do Corcovado", "Um homem construiu esta casa por amor a uma mulher, você pode restaurá-la por amor a uma cidade" e "Um dia a casa cai" fazem parte do conjunto de slogans da campanha, que deve invadir os lares do Rio nos próximos meses.



Atualmente, novecentos e trinta alunos frequentam cinquenta cursos.

Patrícia Terra

Fotos: André Louzeiro

Burle Marx e o Parque Lage

O projeto de recuperação dos jardins do Parque Lage não poderia ter sido elaborado por pessoa mais qualificada: Roberto Burle Marx. O mais importante paisagista do Brasil pode, ainda, se orgulhar de ser um artista plástico internacionalmente reconhecido. Foram os salões da EAV que abrigaram a exposição "Roberto Burle Marx na Pintura", quando o mestre comemorou oitenta anos de vida. Seu namoro com este lugar, que reúne Natureza e Arte, já é antigo.

"O Parque Lage tem características de jardim romântico do século passado e é situado na encosta do Corcovado, onde ainda existem restos de mata primária. A EAV vai bem lá", diz Burle Marx. "Precisamos de recursos para a recuperação

deste patrimônio público. É preciso começar a trabalhar agora para receber os visitantes da Rio-92", preocupa-se o paisagista, que traz em seu vasto currículo a elaboração dos jardins do Aterro do Flamengo.

A equipe de trabalho terá que eliminar árvores mortas, retirar os parasitas, recuperar o aquário e o rio que passa pelo parque, criar uma área ao ar livre para a promoção de eventos culturais, instalar sanitários e uma lanchonete. Tudo, respeitando as características vitorianas do jardim, sem deixar, no entanto, de utilizar plantas brasileiras na restauração.

Caso as coisas corram bem, meninos de rua vão ajudar na recuperação do parque, sob a supervisão

da equipe de Burle Marx que, assim, vai plantar a idéia de se criar um curso de paisagismo na EAV. Os meninos vão aprender, por exemplo, que as folhas secas não devem ser queimadas, mas, sim, transformadas em terra vegetal.

Enquanto o impasse não se decide, Roberto Burle Marx vai mostrar do que é capaz nos Estados Unidos. "O Jardim Não Natural" é o nome da exposição do paisagista, inaugurada em 22 de maio, no Museu de Arte Moderna de Nova Iorque (MoMa). "Acho que sou o primeiro brasileiro a merecer esta honra. Além do mais, é importantíssimo se falar bem do Brasil em Nova Iorque, em um momento em que se fala tão mal do Brasil no mundo todo", comemora.

A medicina escolar

O ensino dos fundamentos de saúde e higiene pelos professores do primeiro grau pode alterar, positivamente, o nível sanitário do país

Prof. Krishnamurti Sarmiento

A Educação em Saúde é um dos capítulos fundamentais para o exercício da Saúde Pública. Muitos ouvem falar, mas não sabem exatamente o que vem a ser este capítulo na história da medicina. Educar em saúde é ensinar a população a se comportar, no dia-a-dia, procurando evitar dezenas de doenças, que podem se implantar a partir da displicência das pessoas.

A melhor maneira de educar é começar pelas escolas, através dos pais, das crianças e professores, que serão educandos e educadores ao mesmo tempo — é a medicina escolar, que promove entrosamento e desenvolve uma ação fundamentalmente preventiva. Isto, porque leva a orientação de higiene corporal, alimentar e mental, e esclarece sobre a assistência a ser procurada junto à equipe de saúde, além de ensinar os termos do relacionamento entre cliente e médico.

Grandes resultados — A importância desse trabalho de informação e prática sanitária revela-se de forma muito clara, quando se sabe que uma simples higiene, com água e sabão, pode evitar 60% das doenças de pele e várias outras, que decorram da penetração de micróbios pelos orifícios do corpo. A fervura da água e de muitos alimentos evita, de forma significativa, a contaminação do organismo através da boca.



Educação em saúde deve ter por base as escolas

A procura dos setores de assistência médica, tanto para evitar, como para tratar, resulta da educação em saúde, com grande proveito para a situação sanitária geral, tais como a obstetrícia no período pré-natal; a ginecologia, na prevenção do câncer do colo do útero e da mama; a pediatria, para garantir a vacinação correta, acompanhamento clínico e tratamentos infantis; a pneumologia (tisiologia) para diagnosticar e tratar as doenças pulmonares (por excelência, a tuberculose); a dermatologia para tratar, precocemente, a lepra e dermatoses menores.

O pré-nupcial e o pré-natal são o básico para a estruturação da futura criança. O primeiro examina todo o organismo humano e procura corrigir qualquer anormalidade, antes da origem do novo ser. O segundo acompanha a gestação, desde o início, procurando manter o equilíbrio fisiológico entre mãe e filho até o final. Após o nascimento, cabe ao pediatra acompanhar a nova vida, procurando ajudar e orientar o novo ser na sua ambientação, basicamente oferecendo-lhe higiene corporal e alimentar, além de vacinas, que obedecem a um ritual etário. E assim prossegue até a idade escolar, quando a criança deve ter estrutura psicossomática em perfeito funcionamento, para a continuação dos ensinamentos — educação e cultura — iniciados já no momento do primeiro grito, no ato de nascer.

O adequado acompanhamento formará um adulto com saúde equilibrada, o qual apresentará pouco ou nenhum problema, quando fizer seu exame pré-nupcial, o mesmo acontecendo no pré-natal e no transparto, que trará sempre um recém-nascido saudável: estará formado assim o ciclo do hígido, a vitória do binômio saúde e educação, decorrente da fabulosa proteção materno-infantil.

Na escola — A educação em saúde deve ter por base as escolas, aproveitando a liderança dos professores. A educação, dessa forma, cultiva, informa, orienta, no sentido da saúde. É oportuno lembrar que, em outras épocas, a professora primária já ocupou um importante espaço

nessa tarefa. A perspectiva atual é que resgate tal função, com a solidariedade da própria equipe de saúde, com a Medicina Escolar ou Educação em Saúde.

O entrosamento escola-saúde é um projeto político exequível e um passo certo na direção da instituição do médico de família, a curto prazo. Seminário recente, realizado no Sambódromo, no Rio de Janeiro, reuniu uma centena de professores para debater o assunto, gerando verdadeira empolgação, indício muito positivo dos resultados que se podem alcançar. É possível produzir no país um incrível show de saúde, em que as crianças sejam os protagonistas, pilares de um Brasil futuro, com nível de Primeiro Mundo.

O desastre por vir

J.W. Bautista Vidal*

O primeiro informe do Clube de Roma, "Os Limites do Crescimento", alertou o mundo para a relação entre o crescimento econômico, ao modo como a sociedade consumista contemporânea o vinha conduzindo, e as disponibilidades de recursos naturais essenciais.

O grupo examinou os cinco fatores básicos que determinam esses limites: população, produção agrícola, recursos minerais, produção industrial e meio ambiente. Tomou ainda duas categorias de fatores que estimou indispensáveis ao crescimento econômico e populacional do mundo.

A primeira categoria, de natureza física, vincula-se às atividades fisiológicas e produtivas do homem e compreende as terras aráveis, a água, os metais, as florestas e os oceanos, configurando elementos que delimitam o crescimento.

A segunda categoria engloba componentes psicossociais e políticos: a paz e estabilidade do social, o pleno emprego e o desenvolvimento tecnológico auto-sustentável.

As avaliações do primeiro informe do Clube de Roma, fundamentadas em dados de 1970, levaram em conta o consumo dos principais países industrializados e mostraram um cenário desolador, quanto à disponibilidade mundial de recursos naturais não-renováveis.

Esse informe causou enorme impacto na opinião pública, ao demonstrar a impossibilidade desses países continuarem mantendo seus níveis de consumo. Nessas condições, não se poderia ampliar o clube dos ricos, pois, com os números da época, a situação já era muito grave. Também deixava de fazer sentido falar-se em "países em desenvolvimento", que pretensamente aspiravam a alcançar os níveis de consumo dos "desenvolvidos". Ou seja,

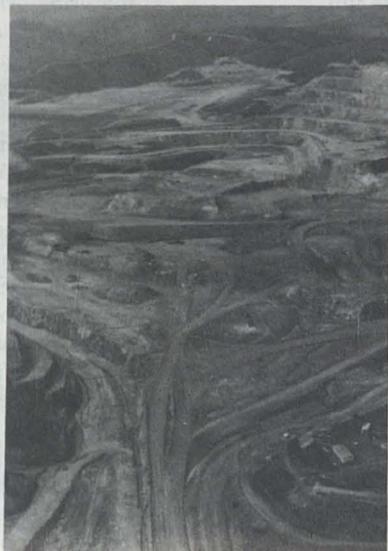
seria inadmissível o aumento de consumo de recursos não-renováveis, os quais deveriam passar, naturalmente devido à escassez, à categoria de estratégicos, além de presumir-se que esta situação viesse a provocar um aumento crescente dos seus preços no mercado internacional. Isto, que seria normal, na hipótese da tão celebrada, quanto irreal, economia de mercado, não ocorreu.

Vampiros no banco de sangue -

As teorias econômicas, quaisquer que sejam as ideologias dos que as aplicam, partem do pressuposto de que o crescimento é sempre possível, necessário, sem limites e benéfico. Elas sempre defenderam a idéia de que "o aumento de produção provoca a auto-alimentação da máquina produtiva". Este axioma expansionista está claramente implícito nessas teorias. Ele não se evidencia, entretanto, na hipótese bastante real e cada vez mais frequente, conforme o referido informe do Clube de Roma, ao faltar-lhe os essenciais recursos naturais. Assim, muitas propostas de "decolagem" econômica carecem de fundamento, por não ter garantido o suprimento necessário desses recursos. As crises de petróleo de 1973 e 1979 puseram em xeque esses conceitos expansionistas. Esta evidência foi reafirmada em 1990, na imediata invasão da Arábia Saudita pelos Estados Unidos, como consequência da ocupação do Kuwait pelo Iraque, e o que disto resultou, visando a garantir interesses dos centros hegemônicos de poder.

O equívoco das teorias econômicas também afronta o 2º Princípio da Termodinâmica. Este define o aumento de entropia pela degradação das formas de energia pelo uso. Isto contribui para acelerar o aumento inexorável da entropia do universo, passando a natureza a oferecer restrições crescentes à absorção dessa energia degradada, pela aproximação de intransponíveis limites naturais de flexibilidade. Quando esses limites são sobrepassados, como ocorre em Cubatão e

O mundo teme o esgotamento dos recursos naturais, dos quais são extremamente dependentes os países mais ricos, que vêm forçando soluções tendentes a manter inalterados o sistema de poder atual



Os recursos naturais não renováveis põem limites ao crescimento

outras regiões, dá-se a destruição da natureza pela desagregação de estruturas moleculares básicas. A vida também passa a sofrer alterações genéticas graves, como decorrência de energias degradadas não-absorvidas, rompendo a estabilidade que vem sendo mantida por cerca de 4 bilhões de anos.

Assim, as atividades econômicas, ao utilizarem o mundo físico como base de suas operações e ao ignorar as leis que o regem, criam um débito termodinâmico por meio do conseqüente aumento da entropia, isto é, por degradação da energia e desorganização da matéria a nível molecular.

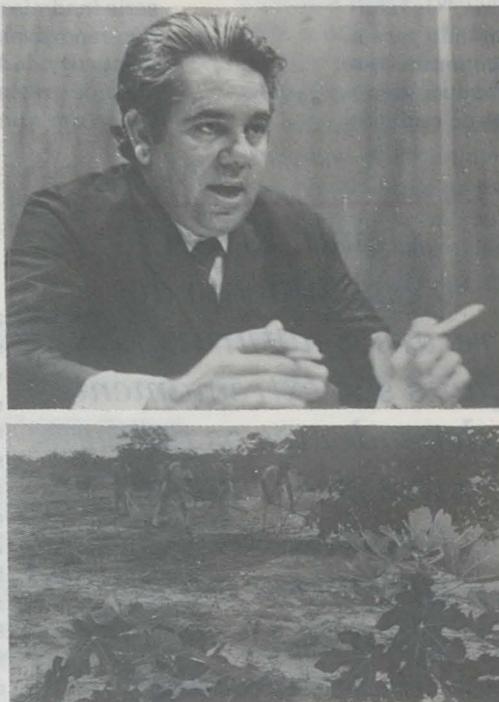
É curioso que os documentos que se seguiram ao primeiro do Clube de Roma alteraram profundamente o enfoque central daquele que impressionou o mundo e que se referia à dramática escassez de recursos não-renováveis.

Já no seu 3º Informe, coordenado pelo Prêmio Nobel de Economia Jan Tinbergen e que teve por título "Reshaping in International Order" (editado em português pela Livraria Agir Editora, 1978, sob o título de "Para uma Nova Ordem Internacional"), o Clube propunha "soluções" por meio do Sistema Financeiro Internacional, o que de fato veio a ocorrer.

Este sistema, redistribuindo seus créditos, levou a dívida externa do Terceiro Mundo a aumento vertiginoso. Propunha, também, como solução para a crise energética, o aumento de pesquisas no setor nuclear, solar (por captação direta) e geotérmico, coordenado por autoridade mundial. E, na área tecnológica, a formação de um "pool" de corporações transnacionais, além de dar maior eficiência às Nações Unidas. Enfim, ademais de medidas sabidamente inócuas, como a última, as propostas de Tinbergen, como premiado economista, se assemelham, pelos seus prováveis efeitos, à entrega de banco de sangue à administração de vampiros.

De fato, as conseqüências dessa "nova" ordem econômica para os países do Terceiro Mundo foram desastrosas. Assim, exacerbou-se a montagem da economia mundial sob a égide do financeiro, afastando-se cada vez mais do natural. Ou seja, com a supervalorização do financeiro, a economia foi submetida à sistemática de permanente fraude e deterioração.

Potencial sem proveito - Os resultados não poderiam ser outros, pois, com esta estratégia, um dos poucos princípios ainda válidos das teorias econômicas, qual seja a valorização comparativa de recursos escassos e necessários, foi extensivamente desprezado. Nunca recursos não-renováveis foram tão



José W. Bautista Vidal

depreciados como após a constatação, pelo Clube de Roma, da sua intolerável e perigosa escassez, salvo, evidentemente, a valorização circunstancial do petróleo, graças à OPEP, no contexto dos "choques" de 1973 e 1979. Mesmo assim, o petróleo sofreu, posteriormente, achatamento de preços, incompatível com sua essencialidade e escassez, e a OPEP foi destruída pelo enfraquecimento dos principais países membros. Para isto, foi necessário induzir o Iraque a invadir o Irã, com pleno suporte dos centros hegemônicos de poder. Deste modo, ficaram as duas economias exauridas, tendo que buscar, desesperadamente, aumentar as exportações de petróleo, o que deu redução de seu preço. Tudo isto, ao custo de um milhão de mortos.

Esses fatos levaram o Iraque à arriscadíssima ocupação do Kuwait, em agosto de 1990. Isto porque, tudo indica, a única lógica entendida pela chamada economia de mercado é a da força, da violência. Menos de um mês antes dessa ocupação, em reunião da OPEP realizada em Viena, o Iraque pretendeu elevar o preço do barril do petróleo para 25 dólares, essencial, nesse caso, para sua economia exaurida. Não teve sucesso, devido à férrea oposição de seus principais credores, o Kuwait e a Arábia Saudita.

Em consonância com a estratégia de Tinbergen, em perfeita sintonia com o poder econômico-financeiro mundial, a partir de 1977, iniciou-se processo de drástica redução dos preços das

matérias-primas, apenas amortecido, em breve intervalo, após a segunda crise do petróleo, em 1979. Nos primeiros meses de 1986, esses preços alcançaram, em relação aos preços de manufaturados e de serviços, os níveis mais baixos de toda a história contemporânea; tão baixos como no período da Grande Depressão. No caso do cobre e do chumbo, esses preços chegaram a níveis inferiores aos de 1932...

Desse modo, nos países centrais, com exceção da URSS, os produtos primários alcançaram preços marginais. Sua depreciação nos centros hegemônicos sempre foi compensada, porém, pelo acelerado crescimento dos preços internacionais dos produtos industrializados deles decorrentes. Esta estratégia, evidentemente, atingiu de maneira brutal as economias do Terceiro mundo, tradicionais fornecedoras de matérias-primas.

Muitos desses materiais, porém, não deixaram de ser classificados pelas potências industriais como altamente prioritários e estratégicos, sendo o fornecimento de alguns deles considerados como de vital importância para suas respectivas economias e

segurança. Evidencia-se, portanto, nessas táticas mercantis, parte de uma estratégia maior, de natureza geopolítica.

É importante, portanto, ter plena consciência da estratégia dos países industrializados, tendo em vista as evidências levantadas pelo 1º Informe do Clube de Roma. Não se trata desses países se adaptarem à escassez crescente de recursos naturais não-renováveis, procurando substituir uma fonte por outra, quando ela existe, mas algo mais profundo. Ao mesmo tempo que provocam acentuada desvalorização desses recursos escassos, tornando-os acessíveis em condições excepcionais aos países industrializados, valorizam ao extremo seus recursos, como a tecnologia e o financeiro, este, fruto de artifícios contábeis de poder. Assim, atuam por meio de sofisticadas e diversificadas estruturas industriais, bancárias e de serviços, e pelo aumento do controle que exercem sobre os pacotes tecnológicos em uso nos países dependentes que disponham de abundantes recursos naturais. Exacerbam, deste modo, o processo neocolonial, sobrecarregando o ônus nesses países, transformados, por este processo, em periféricos.

Vocações nacionais – Ao contrário de adaptação cega aos ditames e estratégias dos países centrais, quase sempre em contradição a nossos interesses, os países dependentes necessitam identificar fatores internos, que reúnam acentuada convergência de vantagens nacionais relativas e que permitam condições de competição real com os países industrializados. Evidentemente, a abundância interna de recursos naturais é necessária, pois não temos condições de impor a outros países o fornecimento compulsório de matérias-primas estratégicas. Por outro lado, precisamos controlar aquelas que temos com exclusividade ou em muito elevada porcentagem do potencial mundial, como são os casos do quartzo de primeira qualidade, dos metais refratários e da biomassa, por exemplo, todos em grandes proporções relativas. Então, estas matérias-primas, pelo seu controle, podem dar, *a priori*, elevado poder de barganha internacional.

Estas condições criam um indispensável bom começo. Ele necessita, entretanto, ser seguido do desenvolvimento tecnológico correspondente, sob pena de cairmos mais uma vez na armadilha do neocolonialismo, tão bem desenhado nos Informes sucessivos que se seguiram ao primeiro documento do Clube de Roma. Ou seja, pela estratégia dos “ricos”, dispor com exclusividade de recursos estratégicos não somente não tem se constituído em vantagem para os

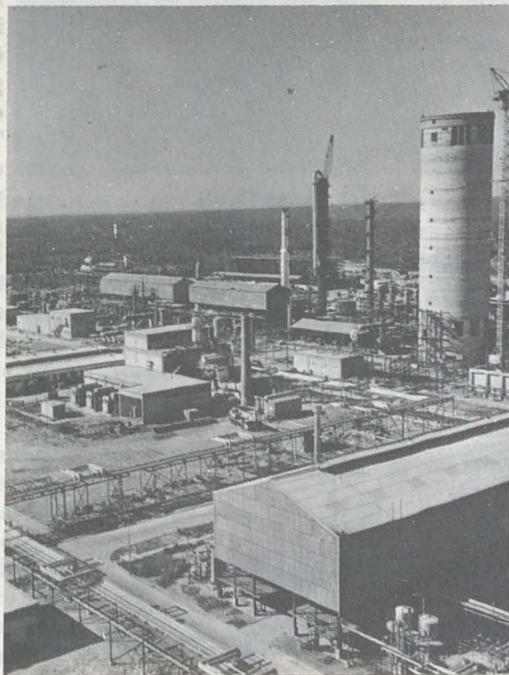
países “pobres”, mas, antes, em geral, lhes tem sido oneroso, objeto de permanente deterioração da vida de suas populações. Isto se deve, como vimos, a uma postura de servilismo das elites dirigentes dos países dependentes, que aceitam, passivas, os ditames que garantem os interesses dos “ricos”.

No documento “O desempenho da Secretaria de Tecnologia Industrial – Período 1974/78”, publicado pela STI/MIC, procuramos identificar vocações nacionais sobre as quais precisamos exercer domínio do ponto de vista do desenvolvimento tecnológico. São eles:

- 1) Setores que têm o quartzo de primeira qualidade como matéria-prima essencial. Esses setores oferecem, entretanto, a dificuldade de já existir ponderável *gap* tecnológico que favorece os principais países industrializados, devido ao avanço da indústria eletrônica mundial. Um esforço prioritário nesses estratégicos setores, entretanto, pode dar ao Brasil, a curto prazo, excepcionais condições de barganha internacional;
- 2) Setores com uso extensivo de combustíveis extraídos da biomassa e que substituem derivados do petróleo. Complementarmente, promovem a produção de alimentos e de matérias-primas industriais, em variado e rico espectro;
- 3) Setores de novos materiais metálicos refratários e supercondutores;
- 4) Biotecnologia, tendo por base a riquíssima e muito variada biota dos trópicos;
- 5) O campo farmacêutico e, por extensão, a química fina;
- 6) Informática.

Os quatro primeiros se constituem em vocações naturais pela abundância privilegiada mundial de recursos disponíveis. Além disso, com exceção do setor do quartzo, foram realizados no país avanços tecnológicos nesses campos, que nos colocam em posição de destaque. Carecemos, entretanto, de suporte de política de poder para transformá-los em programas tecnológicos produtivos de longo prazo, devido à natureza dependente do “modelo” de crescimento econômico. Ele ignora e impede o processo tecnológico, parte indispensável de qualquer política de autonomia, de poder e desenvolvimento.

Evidentemente, este conjunto vocacional para o Brasil, que não é completo mas apenas exemplificativo, tem implicações em uma grande multiplicidade de outros setores, como o da energia em geral, da siderurgia, de bens de capital, dos transportes, dos alimentos, da química de produtos naturais, alcoolquímica, mecânicas de precisão e pesada, etc..



O petróleo esteve por trás da guerra Irã-Iraque e foi o motor do recente conflito no Golfo

O Brasil dispõe hoje de avançadas tecnologias de âmbito internacional, desenvolvidas em escala semi-industrial.

Na área energética, as consequências sociais, econômicas e políticas de programa auto-sustentado no campo dos combustíveis renováveis são evidentes e apenas afloram no Programa Nacional do Alcool como a ponta de um imenso *iceberg*, mesmo da forma deformada como terminou sendo conduzido e que foi submetido a processo tentativo de desmonte, nos últimos dez anos. Com cerca de 400 usinas, com uma capacidade de produção de 16 bilhões de litros de álcool etílico, este programa representa efetivamente o mais importante programa da área de biotecnologia em execução no Brasil e entre os maiores em todo o mundo. Ademais, se estendidas suas potencialidades a outras matérias-primas energéticas e a outros combustíveis substitutos de derivados de petróleo, ele pode alcançar porte energético mundial.

Isto resultou da existência de estrutura institucional adequada de coordenação e de definição política, e do esforço, até 1979, de cerca de 1.300 pesquisadores, tecnólogos e engenheiros. A partir de então, entretanto, essas equipes, que deveriam ter sido multiplicadas, foram dissolvidas e seus programas interrompidos.

Evidentemente, a continuidade desse trabalho é essencial para o domínio e eficiência da produção. Ele levaria o Brasil à posição de liderança em área estratégica de poder mundial. É claro que isto não é desejado pelas potências industriais atuais e por suas corporações, especialmente as que atuam na área energética.

Também no setor farmacêutico, em apenas três anos conseguiram-se avanços inestimáveis, com o desenvolvimento tecnológico de 32 produtos, 12 dos quais já em produção industrial em 1989. Em 1990, cerca de 50 outros produtos estavam com seus processos tecnológicos em desenvolvimento, para uma lista básica de medicamentos de cerca de 350 produtos. Estes resultados demonstram a viabilidade de alcançarmos a autonomia tecnológica nacional neste estratégico e ultrasensível setor, em prazo inferior a dez anos.

O êxito desse desenvolvimento tecnológico conduziu a incríveis pressões internacionais no sentido de reservar, globalmente, o controle do mercado tecnológico nacional para interesses externos, por meio da mudança na legislação de patentes, em atentado às leis do País e ao Tratado de Paris, que regem esta questão. Com estas medidas, fecha-se a possibilidade de desenvolvimentos tecnológicos internos neste setor.

Apesar disto, a elite dirigente se

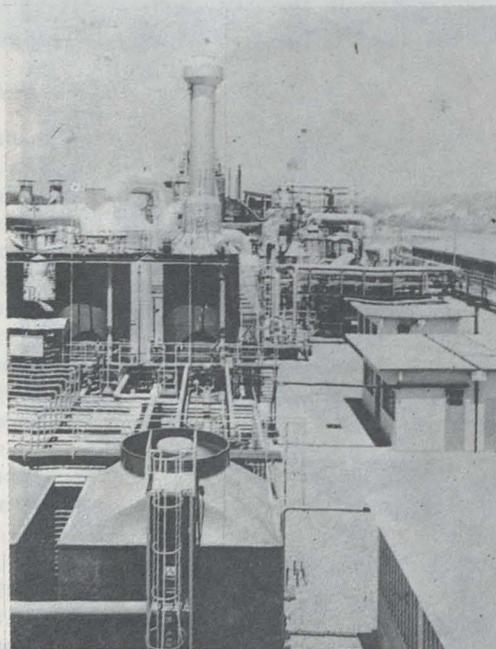
prepara para ceder em mais esta ilegítima e brutal pressão externa.

Superpoder financeiro e decadência dos EUA – Essas ações, visando a impedir a implantação de processo tecnológico autônomo, que tornaria realidade nossas esplêndidas potencialidades de recursos naturais, dificultam a definição de estratégias vocações produtivas nacionais. Simultaneamente, o poder externo promove o desmonte de instrumentos institucionais essenciais para garantir esse desenvolvimento auto-sustentado. Isto é favorecido pela concentração da ação do Estado no campo financeiro. Por meio de taxas de câmbio, moeda internacional de referência, dívida externa, todos instrumentos da chamada economia simbólica e do controle externo, anula-se o potencial de poder dos fatores locais e manipula-se os interesses brasileiros e suas relações de trocas com o exterior. Deste modo, a sociedade brasileira perde o sentido da realidade, da riqueza, da experiência arduamente alcançada e da cultura nacionais.

Nesta linha política, criou-se o superministério da Economia, para cuidar de poder a ser exercido por meio das finanças. A produção industrial e todas suas complexas implicações passam a cargo de prego de quarto nível, simples departamento, sem a diretriz da política das finanças. Ou seja, a questão industrial, centro de gravidade do poder real do mundo contemporâneo, retrocede ao tratamento político-institucional de 1927, quando era assunto de um departamento, no Ministério do Trabalho. Do mesmo modo, a questão tecnológica, que representa a parte estratégica da política institucional, teve sua estrutura

desmantelada e seus instrumentos de ação política destruídos, retrocedendo, com isto, na política institucional, a 1922, quando foi criado, no Ministério do Trabalho, a Estação Experimental de Combustíveis e Minérios. Destruiu-se, nos últimos dez anos, esforço institucional na área tecnológica de cerca de 70 anos, iniciado nos anos 20, quando estava em marcha dinâmica a construção de um Projeto Nacional.

Promoveu-se a substituição da economia real, que se fundamenta na valorização dos fatores de produção e no fluxo de bens e de serviços, pela emergência de uma economia falsamente simbólica, que se apóia em movimento de capitais financeiros, no controle das taxas de câmbio e no fluxo de créditos. Tudo sob o arbítrio dos centros internacionais de poder. Essa estratégia já era definida, como vimos, no terceiro documento do Clube de Roma, elaborado sob a coordenação de Jan



O Brasil dispõe hoje de avançada tecnologia, de âmbito internacional, como é o caso da indústria farmacêutica

Tinbergen. Vejamos outros aspectos desta dinâmica predatória.

O comércio de bens e serviços, mesmo considerando o acelerado crescimento da sua parte "invisível" relacionada com os serviços tecnológicos e correlatos, totaliza no mundo cerca de 3 trilhões de dólares por ano. Enquanto isto, o mercado de eurodólares gira em torno de 300 bilhões de dólares por dia útil, ou seja, aproximadamente 75 trilhões de dólares por ano. Somando-se 35 trilhões de dólares de transações com divisas nos principais centros monetários, se alcança a astronômica quantia de 110 trilhões de dólares por ano. Ou seja, 37 vezes mais que o comércio de transações sobre o real...

Neste contexto, a riqueza das nações, as vantagens comparativas dos fatores da economia real – custos de mão-de-obra, de matérias-primas, de transporte, de produção tecnológica – deixam de ter valor nessa economia fraudulentamente simbólica. As vantagens dos fatores que, na economia real, estabelecem as taxas de câmbio, por exemplo, são hoje, contrariamente, reguladas por taxas arbitrárias, definidas por centros mundiais do poder financeiro.

Evidentemente, a manutenção dessa dinâmica econômica somente é possível com alguém pagando o preço desse jogo. Ele tem como principais vítimas países do Terceiro Mundo, especialmente os potencialmente mais ricos da América Ibérica, onde se encontram os grandes patrimônios energético e biológico de natureza renovável do planeta. Por isso, à medida que a afluência aumenta no Primeiro Mundo e a economia simbólica se expande, é necessário apertar os controles e o domínio sobre esses países, é necessário "integrá-los" às economias centrais, de modo a que não tenham possibilidades de reação.

Esta dinâmica vem ocorrendo desde 1979, quando começou o desmonte institucional do Estado. Muitas são as causas desse desgaste, em grande parte visando a justificar o desmonte.

Excesso de moeda, falta de energia – A maior potência mundial, os EUA, depende hoje, em metade de seu consumo, de fontes energéticas localizadas em várias partes do mundo, em sua maioria tendo de passar por uma garganta de duas milhas de largura, o estreito de Hormuz, no Golfo Pérsico.

Os países produtores de petróleo têm visto suas reais riquezas serem removidas de garantidos reservatórios subterrâneos e comercializadas por ativos de incerta simbologia e de valores em continuada redução, isto é, por dólar-papel. Pode-se prever o dia em

que, com suas riquezas de petróleo dissipadas, ficarão com papéis que representam apenas promessas. Trocando óleo cru por dólar, resta, de fato, a garantia da dilapidação desses recursos naturais. Nessas condições, que outras vantagens teriam, salvo serem obrigados a desfazer-se de suas riquezas fósseis estratégicas, por causa de interesses vitais das grandes potências? O conflito do Golfo Pérsico, em 1990-91 – invasão do Kuwait pelo Iraque e da Arábia Saudita pelos Estados Unidos, com o posterior desdobramento da guerra – é uma evidência direta dessas circunstâncias.

O déficit do governo dos EUA já era, em fins da década dos 70, da ordem de 800 bilhões de dólares, o que corresponde a quatro mil dólares por indivíduo, ou seja, 16 mil dólares por família de quatro membros. Se o governo norte-americano não tomar nenhum novo empréstimo nos próximos 60 anos, na dinâmica atual este déficit alcançará o valor de 51 trilhões de dólares e cada indivíduo estará devendo 256 mil dólares.

Falta com que cobrir o papel-moeda circulante. Esse processo continuou e, em 1978, por cada cinco dólares, apenas um tinha garantias reais.

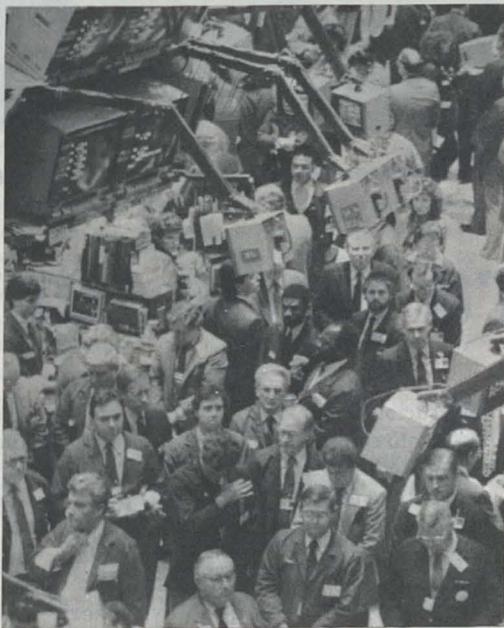
O desastre por vir – Parece óbvio que os planejadores financeiros não têm idéia de como restaurar o equilíbrio da situação monetária internacional. Nisto, evidentemente, situa-se a causa de alarme e as razões por que todos, para sobreviver financeiramente, precisam entender as condições, nas quais estão localizadas as margens que contornam o colapso monetário por vir. Na hora da verdade, o que conta é a disponibilidade de energia e não o papel pintado. Resta, entretanto, o uso da violência, na presunção da manutenção do *status quo*.

Energia é, de longe, o mais importante e vital componente do futuro econômico e monetário do mundo.

Isto explica a ocupação militar da Arábia Saudita e o confronto com o Iraque de Saddam Hussein.

Nestas circunstâncias, é inconcebível a artificialidade do sistema financeiro em nosso País e a inconsistência com que tem sido tratada a questão energética, nos últimos dez anos. Todas as medidas remam em direção contrária à realidade e no sentido do simbólico.

Se não fossem os interesses envolvidos, externos e internos, grupais e corporativos, em geral ilegítimos e conduzidos com prepotência pelos tecnocratas, poderíamos vaticinar que a sociedade brasileira tinha optado pela autodestruição. ●



Planejadores financeiros não têm idéia de como restaurar o equilíbrio monetário internacional

*J.W. Bautista Vidal é professor-titular do Departamento de Administração da Universidade de Brasília-UnB e coordenador do Núcleo de Estudos Estratégicos do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da UnB. O texto apresentado é o resumo do segundo capítulo do seu livro "Soberania e Dignidade: Raízes da Soberania", no prelo



A primeira rodada de negociações estabeleceu a agenda da negociação, apesar de não conseguir um cessar-fogo

A guerra pode terminar

O governo salvadorenho chegou a um acordo com os chefes guerrilheiros para iniciar o processo de pacificação

Marcelo Montenegro

Um acordo firmado pelo governo do presidente Alfredo Cristiani e representantes da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (FMLN) possibilitou a abertura de negociações de paz, para terminar o conflito armado que já dura mais de 11 anos. Na presença de um mediador das Nações Unidas, as delegações da FMLN e do governo salvadorenho aprovaram em 27 de abril, na Cidade do México, a introdução de 38 emendas na Constituição que modificam o papel

institucional das forças armadas e introduzem reformas no Poder Judiciário e no sistema eleitoral de El Salvador.

Embora ainda não tenha sido possível fixar uma data para o cessar-fogo, os negociadores decidiram se reunir novamente, depois de aprovadas as emendas constitucionais que devem ser ratificadas em duas votações consecutivas. Correndo contra o relógio, a Assembléia Legislativa aprovou as reformas no dia 30 de abril, poucas horas antes de expirar o seu mandato. Se as discussões tivessem sido prolongadas por mais um dia, o acordo não teria sido possível até 1994.

O novo parlamento, surgido das eleições de 10 de março, tomou posse no dia 1º de maio e deve aprovar pela segunda vez a reforma constitucional já acertada no México, entre a FMLN e o governo. O partido oficial, a Aliança Republicana Nacionalista (Arena), uma coalizão conservadora que governa em estreita aliança com o exército, perdeu a maioria absoluta. Das 84 cadeiras, a Arena obteve 39, enquanto o restante ficou dividido entre a Democracia

Cristã (20), o Partido da Conciliação Nacional (9), a coalizão de esquerda Convergência Democrática (8) e outras organizações menores.

O partido liderado por Cristiani, em uma votação que foi considerada "cheia de irregularidades técnicas" por observadores da Organização dos Estados Americanos (OEA), não conseguiu conservar sua maioria nem impedir o crescimento da esquerda, que obteve 16% dos votos.

As 38 emendas constitucionais modificam o papel das forças armadas no quadro institucional, reforçando o controle do poder civil sobre elas. Criou-se também uma Polícia Civil Nacional, para substituir a atual que, segundo denunciam grupos de defesa dos direitos humanos, funciona sob controle dos militares como cobertura para os grupos paramilitares e os esquadrões da morte de ultradireita. A reforma constitucional estabelece, finalmente, mudanças na estrutura do Poder Judiciário e no sistema eleitoral.

O acordo do México estabelece também uma Comissão de Verdade para in-

investigar todas as violações aos direitos civis cometidas no país desde 1980. A comissão estará integrada por três membros, indicados pelo secretário geral das Nações Unidas, Javier Pérez de Cuellar.

Roupa nova para o "big stick" – Mudanças dentro e fora de El Salvador ajudam a explicar a súbita virada do governo, que permitiu conduzir o país – o menor da América Central – para um processo negociado de paz. As mudanças externas começaram a se delinear em Washington. No quadro atual de distensão Leste-Oeste, o Pentágono parece agora disposto a aceitar uma saída negociada à guerra em El Salvador.

Elliot Abrams, um dos responsáveis pela política norte-americana na região, ex-subsecretário de Estado para a América Latina entre 1985 e 1989, afirmou recentemente: "Com o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos devem prestar maior atenção ao hemisfério em que vive, porque a URSS já não está interessada em incentivar atividades subversivas na América Central, o que reduz, ou na realidade quase elimina, a ameaça à segurança de nosso país".

O general Collin Powell, chefe do estado-maior conjunto dos Estados Unidos, a mais importante autoridade militar do país, esteve na América Central uma semana antes do Acordo do México e expressou as posições que dominam a Casa Branca depois da guerra do Golfo. Ao concluir sua visita, Powell disse que "o conflito com o Iraque não pode ser usado como modelo, mas os Estados Unidos continuarão suas intervenções em favor da liberdade".

Suas palavras confirmam o que vários especialistas em política externa da América Latina haviam antecipado: os Estados Unidos não titubearão em prosseguir com suas intervenções militares todas as vezes que julgarem necessário.

Embora a visita de Powell a El Salvador tenha, por um lado, ratificado a volta da política do *big stick*, por outro reforçou a linha de abertura do presidente Alfredo Cristiani, a qual se opõe à ultradireita salvadorenha, que rejeita qualquer saída negociada.

Com ele, Washington en-

viou outro sinal de que a política da Casa Branca para El Salvador mudou: a comissão do Congresso norte-americano que investiga o assassinato de seis sacerdotes jesuítas em San Salvador (ver *cadernos*, nº 138) anunciou possuir provas contundentes sobre a participação do general Ponce, o ministro de Defesa, nesse crime. Os próprios assessores militares do Pentágono em El Salvador podem se ver envolvidos em futuros processos judiciais por violações aos direitos humanos. Também por essa razão, os Estados Unidos têm urgência em conseguir um armistício nessa guerra que "ninguém ganhou", como foi reconhecido pelos negociadores no México.

A desmilitarização – Efetivamente, depois de 11 anos de escalada militar, nem o governo salvadorenho nem a guerrilha conseguiram fazer a balança pender a seu favor. O principal obstáculo para o avanço das conversações de paz sempre foi a intransigência do governo – tanto do anterior como do atual – e também do exército em aceitar as exigências da FMLN de desmilitarizar o país. A Frente defende que no pós-guerra El Salvador deve se reorganizar como uma sociedade sem exército.

Ana Guadalupe Martínez, comandante da FMLN, definiu a proposta de eliminação das forças armadas, como uma solução para acabar definitivamente com os choques em El Salvador. "Grande parte do atual orçamento – afirmou a dirigente guerrilheira – é destinada a manter as forças armadas.

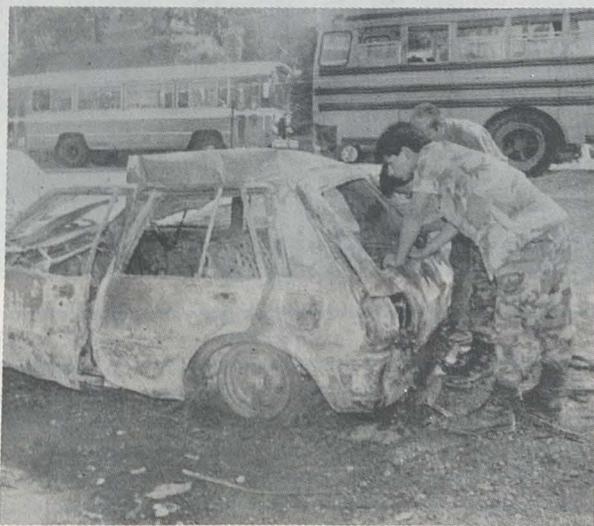
Ninguém pode garantir que, no futuro, depois de assinado um armistício, o exército não vai inventar novas guerras internas ou com seus vizinhos, para manter seus efetivos atuais, o nível de armamentos e legitimar-se perante a sociedade, conservando os privilégios que hoje desfruta. Para que o exército seja útil, tem que haver guerras. Se não há guerras é inútil. Então, em si mesmo, é um germe de violência e conflito", concluiu.

O presidente Alfredo Cristiani parece disposto a fazer algumas concessões, reduzindo o peso dos militares no orçamento de Estado e limitando a autonomia de suas decisões. Mas sem chegar ao extremo de defender o desaparecimento do exército.

A FMLN propõe a dissolução paralela e gradual dos exércitos governamental e guerrilheiro, mas o governo de Cristiani sempre defendeu que a manutenção das forças armadas é inegociável. A novidade é que, nas atuais circunstâncias, o governo da Arena parece decidido a entregar algumas cabeças da atual cúpula militar nas próximas rodadas de negociações com a FMLN.

Por outro lado, as 38 reformas constitucionais que Cristiani aceitou no México configuram uma importante ameaça para a ultradireita militar e provocaram uma imediata reação de boicote. A FMLN denunciou, depois de formado o acordo, a existência de uma "operação especial" dentro das forças armadas destinada a levar as conversações de paz ao fracasso. O próprio general Ponce, o acusado ministro de Defesa, disse em declarações posteriores à assinatura do acordo que se a FMLN insiste em dissolver as forças armadas deverá consegui-lo no campo de batalha, "pois não logrará dissolver a instituição na mesa de negociações".

Jorge Meléndez, comandante da Frente Farabundo Martí e responsável pela terceira zona militar guerrilheira, também fez uma advertência. Declarou que o cessar-fogo será condicionado a que a FMLN mantenha os territórios hoje sob seu controle; que seja garantido a seus membros um espaço na vida civil, com liberdade para exercer a atividade política, e seja respeitado seu acesso aos meios de comunicação.



Carro usado durante um ataque da guerrilha na capital

O caminho para o acordo

A assinatura de um acordo entre o governo e os rebeldes guatemaltecos é o ponto de partida de uma saída negociada para pôr fim ao conflito armado de 30 anos

O Exército Guerrilheiro do Povo, a Organização do Povo em Armas e as Forças Armadas Rebeldes, reunidas na União Revolucionária Nacional da Guatemala (URNG), chegaram a um acordo com os representantes do governo, em 27 de abril passado, na Cidade do México, para iniciar um processo de negociações de paz que tratará de pôr fim à guerra mais longa da América Central.

O bispo Rodolfo Quezada Toruno, presidente da Comissão Nacional de Reconciliação da Guatemala, disse que "o Acordo do México compromete as partes a levar adiante um processo de negociação que permitirá chegar a uma paz firme e duradoura no menor tempo possível".

Na reunião, realizada no Hotel Casa Blanca, os rebeldes e o governo da Guatemala fixaram as datas para os futuros encontros e a pauta de dez itens que será negociada. Entre os temas, figuram a democratização do país, a questão dos direitos humanos, o fortalecimento do poder civil, o papel do exército, os direitos dos povos indígenas (mais de 50% da população guatemalteca), a reforma constitucional, o regime eleitoral, a si-

tuação agrária, os refugiados e a reintegração dos guerrilheiros à vida política.

O próximo encontro, que vai abrir a discussão da pauta, também terá como sede a capital mexicana. Segundo anunciou o chanceler Alvaro Arzu, a segunda rodada de conversações contará com a presença de vários ministros de Estado, além de todos os membros da



O bispo Toruno, junto a representantes da guerrilha e do governo

delegação que assistiram à primeira reunião. Na delegação do governo da Guatemala, a presença de vários membros do gabinete do presidente Jorge Serrano obedece, segundo Arzu, à intenção de facilitar as conversações em cada tema específico.

Dentro da extensa agenda de nego-

ciações, a democratização e os direitos humanos são os temas de maior prioridade. Por isso, os analistas consideram muito importante a substituição, ocorrida em 6 de maio, do coronel Ricardo Méndez Ruiz pelo advogado Fernando Hurtado Prem, à frente da Pasta da Justiça. O novo ministro de governo foi procurador-adjunto de direitos humanos durante mais de um ano e isso lhe permitiu "viver e investigar" a situação das liberdades individuais no país, segundo declarou.

Tema chave: a desmilitarização – Hurtado disse, ao assumir o ministério, que levará adiante a determinação do presidente Jorge Serrano "de fazer todos os esforços para consolidar a legalidade e promover o respeito e a defesa aos direitos humanos no país".

Embora todos os participantes tenham assinalado os resultados positivos alcançados, o chefe da delegação da URNG, comandante Ilom, lembrou que a guerra continua e que a violação dos direitos humanos, que tanto preocupa a opinião pública nacional e internacional, não foi interrompida com a assinatura do acordo.

A questão chave da negociação em curso será a redução das forças armadas, compostas por 43 mil homens, e da Patrulha Civil de Autodefesa, constituída por 500 mil homens. O presidente Serrano, que assumiu o mandato em janeiro prometendo promover um plano de paz, disse que seu governo considera inegociável a existência das forças armadas. Aceitaria, isso sim, a redução do número de efetivos das Patrulhas e um sistema de controle civil sobre toda a atividade militar.

Analistas centro-americanos consideram que o assunto é de vital importância, porque os líderes do exército estão no poder desde o início da década de 50, quando derrubaram o presidente nacionalista Jacobo Arbenz, até a eleição de Vinicio Cerezo, em 1986. E acusam Cerezo, justamente, de não ter aproveitado as condições criadas para colocar o exército sob controle civil, durante os cinco anos que durou o seu mandato. (M.M.)

Em busca da transparência

Com o objetivo de resgatar a solidariedade e conseguir uma melhor distribuição da renda, o prefeito socialista de Montevidéu trata de demonstrar que o descrédito de algumas ideologias não impede a boa receptividade para uma gestão que tenta redimir o ser humano

Beatriz Bissio

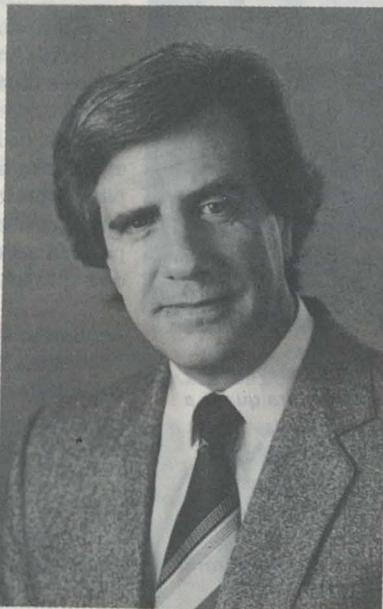
A eleição para prefeito de Montevidéu do jovem médico oncologista Tabaré Vasquez, candidato da coalizão de esquerda Frente Ampla, provocou um abalo na tranquila capital uruguaia. Prognósticos catastróficos e o ressurgimento de ameaças da extrema-direita pareciam inaugurar uma etapa de instabilidade. No entanto, um ano e meio depois de haver assumido, o prefeito goza de índices de popularidade invejáveis e bem mais elevados que outras autoridades do país.

Sua administração convive com o governo federal num clima de respeito mútuo e lentamente vai produzindo mudanças na engrenagem político-administrativa com o objetivo de desburocratizar a prefeitura e aumentar o poder de decisão dos moradores.

Em uma entrevista exclusiva que concedeu a **cadernos do terceiro mundo** em seu bonito gabinete do segundo andar da prefeitura, decorado por um quadro do prócer uruguaio José Gervasio Artigas – citado por mais de uma vez durante a entrevista –, Tabaré Vasquez falou sem rodeios, com sua calma e carisma característicos, sobre os problemas que enfrentou e enfrenta e também sobre os seus sonhos e suas conquistas.

Uma das questões que mais interessa no exterior é a relação entre uma prefeitura de esquerda em Montevidéu e uma administração do Partido Blanco a nível nacional. Como se processa essa "co-habitação" entre a prefeitura da Frente Ampla e o governo do Partido Nacional, um partido tradicional, conservador...

– Alguns pensavam que a convivência seria impossível. Mas tomamos cuidados especiais, e o governo federal também, para que esta situação



"O princípio fundamental de nossa proposta é construir uma democracia real e participativa"

não se desse. O Uruguai vai recobrando seu velho orgulho de ser um país realmente democrático, pacífico, onde convivem distintas ideologias, com respeito por cada uma delas.

Mas gostaria de fazer uma retrospectiva sobre o tema. Primeiro, assinalemos que em Montevidéu historicamente se concentra a metade (ou quase a metade) da população do Uruguai, além de mais de 50% da atividade comercial, industrial e, inclusive, agrária, do país. Tradicionalmente, o governo municipal de Montevidéu era do mesmo partido político que o governo federal. Isso tirava a importância do governo municipal.

Quando chegamos ao governo de Montevidéu, nossa idéia fundamental foi resgatar e defender a autonomia do município para que não houvesse nenhum tipo de dependência do governo federal.

Lembro-me, neste sentido, de que no começo de sua gestão, o governo federal tentou minimizar suas atribuições dizendo que a tarefa da prefeitura é "trocar as lâmpadas das ruas"...

– Exatamente. Mas, na verdade, por nossa Constituição, o governo municipal tem competência em todos os assuntos menos os que se referem ao Ministério do Interior e da Defesa. Foi justamente por isso que nossa segunda prioridade foi, desde o primeiro momento, realizar um governo municipal pleno.

Nós decidimos assumir que a responsabilidade de um governo municipal vai mais além de tapar buracos e trocar lâmpadas: tem atribuições que se referem à qualidade de vida de toda a população. Assumimos, então, a responsabilidade de governar e de fazê-lo com políticas sociais.

A Frente Ampla sempre enfatizou a necessidade de justiça social, de igualdade de oportunidades. É possível aplicar essas teses no âmbito limitado de um governo municipal?

– O princípio fundamental de nossa proposta é construir uma democracia real e participativa. Nós estamos filiados à velha tese de que os governos regionais, municipais, devem ser escolas de

democracia, com uma ampla participação e onde o governante está em contato direto com a população, para solucionar seus problemas diários. Esse é um dos princípios que orienta nossa gestão.

Em segundo lugar, buscamos traduzir na prática a idéia de justiça social: que os esquecidos de sempre, os relegados de sempre, se convertam nos privilegiados de hoje e de amanhã. Tal qual nosso prócer José Artigas estabelecia em um dos seus princípios fundamentais. Em terceiro lugar, buscamos desenvolver o princípio da solidariedade.

Que medidas práticas refletem esse ideal?

– Nós temos desenvolvido na prefeitura uma política fiscal que taxe quem tem mais. Não como um castigo para quem tem mais, mas como uma forma de conseguir uma melhor qualidade de vida para quem tem menos. Não nos esqueçamos de que a sociedade é uma só. É como um organismo vivo. Se no ser humano um braço funciona mal, todo o corpo funciona mal.

Só no terreno fiscal aplicaram esses princípios?

– Não. Temos levado saneamento e pavimentação a ruas de bairros marginalizados e zonas rurais e iluminado áreas pobres da cidade.

Mas, além disso, com a receita proveniente dos setores mais ricos temos desenvolvido políticas sociais voltadas para a comunidade: criamos creches em bairros nos quais as mães não têm onde deixar seus filhos; temos investido em centros de saúde, sobretudo para os setores mais necessitados; criamos um maior número de clínicas odontológicas – para crianças, adultos e para a terceira idade – em áreas de população carente.

Também temos investido uma grande soma dos recursos econômicos para melhorar as condições de alimentação da população pobre através do subsídio ao leite, do apoio a refeitórios e sopas



Em Montevideu se concentra quase a metade da população do Uruguai e mais de 50% da atividade comercial, industrial e agrária do país

populares em áreas marginalizadas.

Através dessas políticas, procuramos resgatar o princípio de solidariedade. O povo uruguaio é muito solidário, mas exercitava sua solidariedade em algumas situações de catástrofes, em acidentes nacionais ou estrangeiros. Nesses casos apoiava maciçamente. O que nós estamos tratando de resgatar é a solidariedade diária.

Como está o processo de descentralização administrativa que o sr. está impulsionando?

– Desde o primeiro momento, procuramos descentralizar a administração, para que os montevideanos não tivessem que vir à prefeitura para fazer trâmites tão banais como pedir a poda de uma árvore ou a desobstrução de um bueiro.

Quando falamos em descentralização durante a campanha eleitoral, algumas forças políticas interpretaram nossa proposta como descentralização administrativa. Mas nós entendemos que também é necessário uma descentralização do poder, para solidificar a democracia. Isto é, transferir para os moradores de Montevideu a possibilidade de governar.

Sonho um pouco utópico...

– Não, nós o estamos concretizando. Não só através da criação de um pólo institucional como também de um pólo social. Um pólo onde os habitantes de Montevideu – organizados através de entidades sociais e desportivas, associações de pais, grêmios estudantis e instituições religiosas – cheguem a eleger seus próprios representantes para fazer esse governo regional. É uma utopia que está muito próxima a se tornar realidade.

São os Centros Comunitários Zonais?

– Sim. Nossa intenção é de que eles cheguem rapidamente a ser governados pela população, com uma direção eleita por eles próprios.

Como tem funcionado sua administração itinerante, diríamos, pelos bairros?

– Semanalmente – antes na prefeitura e agora nos bairros –, o prefeito e seus secretários firmam acordos de forma aberta. Antes tudo era feito em um lugar fechado. Agora, a situação financeira da prefeitura também é colocada de forma cristalina, ao término de cada mês. A receita que teve, as despesas, os gastos em obras; em que se investiu o dinheiro; em que bancos está o saldo excedente.

Outra novidade no Uruguai, onde os partidos tradicionais não têm vida ativa no espaço de uma eleição para outra, é a relação do prefeito com uma força política com as características da Frente Ampla. Como é, nesse sentido, essa relação?

– Em primeiro lugar, nós temos tido cuidado especial e a Frente Ampla em sua totalidade tem aceitado, em assinalar que o prefeito de Monte-

vidéu é um prefeito de todos os montevideanos. Não é um prefeito da Frente Ampla. É um prefeito de todos os cidadãos sem nenhum tipo de discriminação.

Em segundo lugar, o governo de Montevideu é da responsabilidade de seu prefeito e colaboradores, com o plano de governo que a Frente Ampla elaborou. Um plano estudado adequadamente durante muito tempo, que foi amplamente discutido e aprovado pela população.

Seus índices de popularidade – cerca de 56% em abril, segundo pesquisa da empresa norte-americana Gallup – comprovam, sem dúvida, que a população de Montevideu está sendo receptiva a suas propostas. Todo mundo sabe que uma boa gestão sua, à frente da prefeitura da capital, abre à Frente Ampla as portas da eleição de 1994. E, ao mesmo tempo, o coloca como um candidato natural à presidência da República. Como o sr. vê essa possibilidade?

– Nossa preocupação principal é cumprir com a população, levar adiante a nossa proposta política e fazer um bom governo. Demonstrar que a Frente Ampla é uma força política pacífica e pacificadora, que pode governar. Estamos aprendendo e estamos gerando uma cultura de governo. Temos errado e reconhecido nossos erros, estamos tentando por todos os meios aprender com nossos erros.

E estamos mostrando à população que nos olha com grande expectativa, que não somos extraterrestres mas que somos uruguaios. E que podemos fazer um governo para todos os uruguaios, sem pertencer aos partidos tradicionais. Esta é nossa principal preocupação.

Se formos bem sucedidos o povo uruguaio compreenderá que é possível construir um modelo de país diferente do que os partidos tradicio-

nais apresentam. Diferente do modelo neoliberal conservador. Os uruguaios vão ver que o modelo progressista é mais humano. Que nos interessam mais os parâmetros humanos do que os meramente econômicos ou financeiros friamente analisados.

Isto permite mudar o velho conceito tradicionalista de muitos uruguaios que eram *blancos* porque o pai era *blanco*, ou *colorados* porque o pai era *colorado*¹. Também vão desaparecendo mitos negativos sobre o que uma força de esquerda pode fazer governando o país.

O que importa é saber que existe um modelo, um programa de governo alternativo. Que não estamos assistindo ao fim das ideologias. Pelo contrário, que as ideologias são importantes. Toda a forma de descrença que se quiser impor à população para afastá-la da militância política, ao dizer que as ideologias não existem mais, não reflete a realidade.

Embora seja certo que se tem exagerado ao falar do fim das ideologias, é inquestionável que há uma mudança nas referências, nas inquietações e motivações das pessoas...

– Sim, sem dúvida. Mas não podemos atribuir esse processo às ideologias, mas àqueles que usam essas ideologias. Não acho que as ideologias estivessem erradas. Penso que se equivocaram as pessoas que tentaram pôr em prática determinados sistemas econômicos, financeiros e políticos.

E eu me pergunto, o que fracassou no socialismo? A idéia de socialismo ou quem aplicou esse conceito mal? Acredito que o socialismo é a única alternativa frente ao capitalismo selvagem, a única alternativa humanista real. É a única força libertária, a única que aplica conceitos de justiça social, critérios de solidariedade profundos e permanentes, não só circunstanciais.

"Temos desenvolvido políticas sociais para os setores carentes: construímos creches, clínicas odontológicas e investimos em centros de saúde nos bairros pobres"

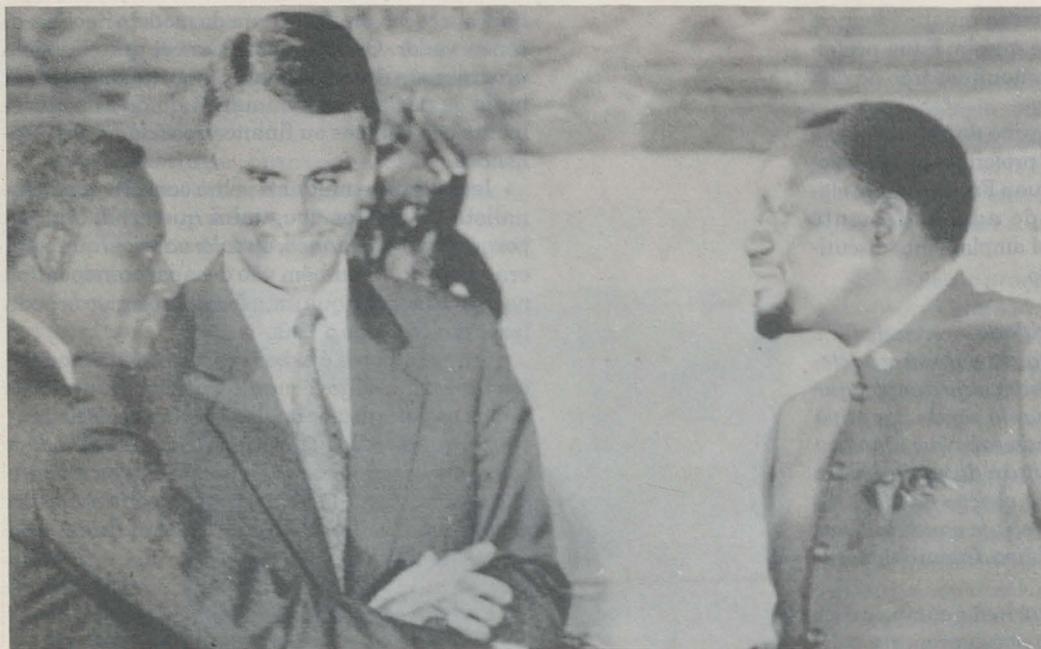


Temos que ver o que entendemos quando falamos de "socialismo"...

– Certo. Esse é outro grande tema. Temos que analisar o socialismo real, o socialismo dialético, o socialismo prático.

O que podemos dizer, do ponto de vista prático, é que algumas aplicações do socialismo fracassaram. Seus resultados foram lamentáveis. Mas isso não invalida de jeito nenhum a idéia de que o socialismo – não estou falando de social-democracia – é a alternativa real frente a um capitalismo selvagem, que não tem nada de solidário, que não aplica conceitos de justiça social nem defende os direitos humanos. ●

¹O Partido Nacional (também conhecido como "Blanco") e o Partido Colorado monopolizam a vida política no Uruguai, desde o século passado



Sob o olhar do primeiro-ministro português, Cavaco da Silva, o presidente Angola, Eduardo dos Santos (à esquerda) cumprimenta o líder da Unita, Jonas Savimbi, após a assinatura do acordo de paz

Enfim, a paz

Depois de 15 anos de guerra, um acordo de paz entre o governo do MPLA e a organização rebelde Unita abre caminho para a reconstrução do país e inaugura um período de profundas mudanças políticas e econômicas

João Melo

Comícios de norte a sul do país, celebrações religiosas ao ar livre e, principalmente, muita festa. Assim foi comemorado, em todo o território angolano, o fim do conflito armado entre o governo dirigido pelo MPLA (Movimento pela Libertação de Angola) e a organização rebelde Unita, apoiada pelos Estados Unidos e África do Sul. Depois de ter assinado em Portugal, no dia 31 de maio, um acordo de paz com seu antigo inimigo, Jonas Savimbi, o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, foi recebido em Luanda, a capital do país, como o "herói da paz".

Com o fim da guerra de 15 anos entre o governo e a Unita (União Nacional pela Independência Total de Angola), o país entra, formalmente, num período de transição, o qual deverá culminar com a realização de eleições gerais no período compreendido entre o dia 1º de abril e 30 de setembro de 1992.

As autoridades conseguiram a ade-

são da Unita à sua proposta de que a data exata do pleito eleitoral seja definida apenas depois de consultas com outras formações políticas que, nesse ínterim, tenham se organizado no país. Contudo, não foi mencionado qualquer prazo para a realização dessa consulta, nem que forma vai adquirir.

Um acordo amplo-

Uma demorada e complexa obra de "engenharia política". Assim se poderá chamar o amplo acordo assinado, após um ano de contatos diretos, pelo governo angolano e pela Unita, sob a mediação de Portugal e a decisiva assistência dos Estados Unidos (principal aliado dos rebeldes) e da União Soviética (até aqui, o maior aliado das autoridades de Luanda).

O acordo abrange delicadas questões político-militares, num total de mais de mil páginas.

Eis alguns dos princípios básicos dos entendimentos alcançados entre as partes:

- reconhecimento pela Unita do Estado angolano, do presidente José Eduardo dos Santos e do governo constituído até a realização de eleições;
- extensão da administração central a todo o país, de forma paulatina;
- livre exercício da atividade política por parte da Unita depois do cessar-fogo e de acordo com a legislação em vigor no país (os rebeldes terão, por exemplo, de se registrar, como qualquer outro partido);
- realização de consultas entre o governo e todas as formações políticas acerca das mudanças na constituição e na legislação eleitoral;
- fiscalização das eleições por observadores das Nações Unidas (o número estabelecido foi de 600);
- constituição do exército único até a data das eleições.

As partes concordaram que o exército único deve ser reduzido a um total de 50 mil homens, repartidos igualmente

entre o governo e a Unita e assim distribuídos: forças terrestres - 40 mil homens; força aérea - 6 mil homens; e marinha - 4 mil homens.

Isso implicará uma desmobilização maciça de parte a parte, que deve rondar, segundo estimativas extra-oficiais, os 100 mil homens. O processo de fusão dos soldados governamentais e dos rebeldes numa única força será acompanhado por Portugal, Grã-Bretanha e França.

Também ficou definida a neutralidade do exército único perante os diversos partidos, assim como a da polícia. A fim de reforçar o clima de confiança, o governo convidou elementos que farão a segurança pessoal dos principais dirigentes da Unita, quando eles entrarem nas cidades, a fazer parte da polícia.

Os entendimentos entre o governo angolano e a Unita serão fiscalizados, fundamentalmente, por dois órgãos criados pelas duas partes: uma Comissão Mista de Verificação e Fiscalização (CMVF) será a responsável direta pelo controle do cessar-fogo. Ela ficará subordinada a uma Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), a qual responderá pelo cumprimento global do acordo. Fazem parte da CMVF representantes do governo e da Unita, como membros plenos, assim como de Portugal, URSS, EUA e ONU, como observadores. Já da CCPM, as Nações Unidas foram excluídas.

Outra "guerra" - Com o acordo assinado no dia 31 de maio, praticamente a guerra cessou em Angola. Desde o dia 15 de maio, virtualmente, não havia mais combates no país. Em diversas re-



giões, os soldados das duas partes já tiveram contato e houve até cenas de abraços e troca de cigarros. Os altos oficiais do governo e dos rebeldes também iniciaram as primeiras consultas a fim de fazer cumprir os acordos alcançados. Tudo parece indicar que, desta vez, a paz é para valer.

Outra "guerra", entretanto, vai começar no país: a batalha político-eleitoral aberta. Com o multipartidarismo já em vigor oficialmente desde o dia 11 de maio, observam-se as primeiras movimentações no sentido de criar outros partidos, além do MPLA e da Unita.

Mas a tendência natural para uma certa proliferação de formações políticas, depois de um regime fechado, pode

ser atenuada por algumas exigências legais impostas à constituição de partidos em Angola. Entre elas, está a necessidade de um mínimo de três mil assinaturas, sendo pelo menos 150 em cada uma das 14 províncias do país (Angola tem cerca de 10 milhões de habitantes e 18 províncias), o que tem por objetivo impedir o surgimento de partidos com base étnico-tribal. Igualmente, está proibida a formação de partidos com conotação religiosa.

Enquanto isso, os dois maiores partidos multiplicam as suas iniciativas, numa demonstração de que, na prática, a campanha eleitoral já começou. Se a Unita parece apostar na frente externa, com o giro que Savimbi realizou, em maio, a diversas capitais europeias, o MPLA orienta sua ação sobretudo para o território nacional. Prova disso, é que o presidente Dos Santos, dias antes de ter ido a Portugal assinar o acordo de paz com a Unita, deslocou-se a Benguela e Huambo, duas regiões do país consideradas, a princípio, "zonas de influência" dos rebeldes, em especial a segunda.

Nesse sentido, as maciças manifestações e outros atos promovidos pelo MPLA imediatamente após a assinatura do acordo de paz constituíram uma oportuna e inteligente jogada de marketing político. Se Jonas Savimbi pensou em algum momento chegar a Luanda como um suposto "salvador da pátria", já perdeu a vez.



Luanda: o fim da guerra vai liberar recursos para o desenvolvimento do país

Volta às origens

No 2º Congresso Extraordinário do MPLA, realizado em Luanda, de 24 a 26 de abril de 1991, esse partido tornou ainda mais clara a orientação definida em dezembro do ano passado, quando realizou o seu 3º Congresso ordinário (ver **cADERNOS DO TERCEIRO MUNDO**, nº 137): alargar a sua base social de apoio, no sentido de vir a se constituir como força motriz de uma grande aliança anti-Unita.

Assim, o partido começa a aplicar uma espécie de "estratégia de aranha", tentando atrair não só os seus antigos militantes, como até ex-opositores, passando por representantes de certas camadas sociais que até o ano passado estavam afastadas do MPLA, como religiosos, empresários e outros.

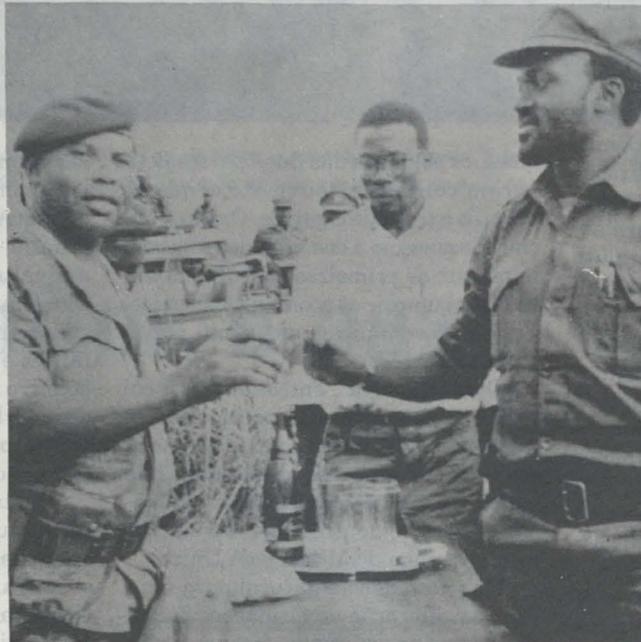
O resultado mais espetacular do 2º Congresso extraordinário foi a entrada para o Comitê Central do MPLA de dois antigos dirigentes da FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), Johnny Pinnock Eduardo e Paulo Tuba.

"Umbundização" – Ao mesmo tempo, e aprofundando o processo iniciado em dezembro, entraram igualmente para o Comitê Central do MPLA, em abril, inúmeros quadros originários do centro e sul do país, principal base de apoio da Unita. Observa-se, portanto, no MPLA aquilo que um jornalista angolano chamou de "umbundização do Comitê Central" (as populações do centro e sul pertencem ao grupo étnico umbundu).

O presidente José Eduardo dos Santos apelidou esse processo de alargamento da base social de apoio do MPLA de "volta às origens". Ele explicou que, com isso, o MPLA luta para voltar a assumir o perfil que tinha nos anos 50, quando foi criado. Naquela época, por exemplo, quando era uma grande

dos emergentes não reagiram a esse aceno do MPLA, mas pode ser que a evolução da situação política torna tal aliança viável.

Arrogância da Unita – Em contraste com a postura política do MPLA – acompanhada por uma mudança no discurso e propaganda, para



Comandantes do exército e da Unita: um brinde à paz

frente nacionalista, o MPLA defendia a democracia multipartidária.

O MPLA parece consciente de que, mesmo se conseguir ampliar substancialmente a sua base de apoio, será impossível abranger todo o espectro da atual sociedade. Por isso, José Eduardo dos Santos já declarou publicamente que o MPLA está pronto a fazer aliança com outros partidos, com base numa plataforma definida. Por necessidade lógica de afirmação, os parti-

a qual o partido conta, inclusive, com assessoria de brasileiros – a Unita mantém a atitude arrogante que a caracteriza. Jonas Savimbi proclamou, em entrevista a um jornal português, que o seu partido vai ganhar as eleições em Angola "por 70 ou 80%", o que os analistas consideram um grande blefe. Ao mesmo tempo, rejeitou categoricamente a possibilidade de fazer coligações com outros partidos.

Os homens de Savimbi demonstram ter uma aver-

são visceral aos pequenos partidos. Assim, um dos principais dirigentes da Unita, Zau Puna, ameaçou "retaliar", caso os pequenos partidos critiquem essa organização. Para outro representante da Unita, os partidos emergentes em Angola "são como cogumelos" e, como tal, "devem ser esmagados".

A essa arrogância política, juntou-se, nos meses de abril e maio, uma ofensiva militar sem precedentes por parte da Unita, como objetivo frustrado de ocupar pelo menos uma capital de província. Enquanto em Bicesse (Estoril) se discutia a paz, a Unita mantinha a cidade de Luena, capital da província de Moxico (leste do país), sob um cerco feroz, durante exatamente 45 dias (de 1º a 15 de maio). Bombardeada dia e noite, a cidade foi palco de atos de heroísmo inimagináveis: por exemplo, quando um comando especial da Unita conseguiu penetrar em Luena, até mutilados combateram nas ruas para expulsar os homens de Savimbi.

Essa tática militarista se destinava, claramente, a obter vantagens nas negociações. Mas foi tão despropositada que até figuras conhecidas pelas suas críticas ao MPLA e ao governo do presidente José Eduardo dos Santos vieram a público condenar as ações dos homens de Savimbi.

Certos observadores consideraram a atitude da Unita uma derradeira tentativa de impedir a concretização do acordo de paz, o que foi frustrado pela serenidade com que o governo encarou o aumento das ações militares dos rebeldes. A população caberá uma avaliação política dessas duas posturas tão diametralmente opostas.

(J.M.)

Plebiscito em breve

Uma consulta popular pode definir o futuro dessa ex-colônia espanhola, há 16 anos sob ocupação marroquina

A Frente Polisario, movimento de libertação do Saara Ocidental, exortou a opinião pública internacional a vigiar o cumprimento de todas as condições e etapas previstas pelas Nações Unidas para a realização, no final deste ano, de um plebiscito sobre o futuro político dessa ex-colônia espanhola na África.

O Saara Ocidental, ocupado pelo Marrocos – que o reivindica como parte de seu território – pode ser um dos países mais ricos do continente africano, já que em seu desértico solo estão 70% das reservas mundiais de fosfato, além de possuir ricas jazidas de petróleo e gás natural, diamantes, ouro, cobre e ferro.

O Conselho de Segurança da ONU decidiu, em 29 de abril passado, promover um plebiscito como uma saída política para o conflito que vem se arrastando há 14 anos. A missão das Nações Unidas encarregada de implementar a consulta popular (Minurso) deverá também verificar a redução das tropas marroquinas a 60 mil homens (atualmente são mais de 200 mil) e seu

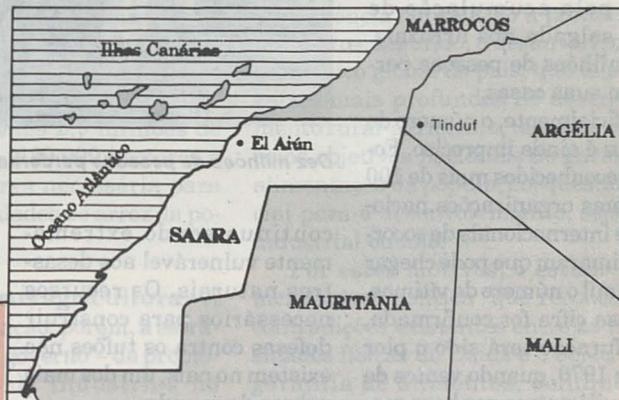
confinamento – como também o das forças da Frente Polisario – em recintos previamente definidos.

Operação complexa – Durante a campanha e o plebiscito, forças policiais da ONU manterão a ordem pública. A libertação de prisioneiros e a repatriação de refugiados cabe à Minurso, que também deverá organizar o registro dos eleitores, o plebiscito em si e anunciar os resultados, em uma operação cujo custo foi calculado em 200 milhões de dólares.

Observadores políticos calculam, porém, que a cifra é muito baixa para uma operação tão complexa, em um território de 281 mil quilômetros quadrados. E citam outra dificuldade para a transparência dos resultados: enquanto no caso da Namíbia – o caso mais próximo da con-

sulta do Saara – o movimento de libertação Swapo contou com a sua própria infra-estrutura no interior do país ocupado, a Frente Polisario terá que realizar sua campanha em um território totalmente ocupado pelo Marrocos.

De fato, os dirigentes do movimento de libertação não sabem o que lhes espera quando chegarem ao interior do país ocupado, onde o Marrocos manterá as autoridades civis e controla os meios de comunicação. Por isso, os nacionalistas saarauís lançaram um apelo aos meios de comunicação internacionais para que desempenhem um papel ativo na campanha eleitoral, garantindo uma informação imparcial sobre o Saara Ocidental.



Um país desconhecido

Ex-colônia espanhola, o antigo Saara Ocidental está dividido em dois grandes territórios: Saguia el-Hamra e Rio de Ouro. País quase totalmente desértico, tem no seu litoral uma das maiores reservas pesqueiras do mundo. O fosfato constitui a principal riqueza mineral.

Desde o século passado, os saarauís resistem à ocupação do seu território, mas só se organizaram em 1967, ao fundarem o movimento Alruslin e em 1968 a Frente de Libertação do Saara. Em junho de 1970, manifestações pacíficas pró-independência, realizadas em Al-Aiún e no mercado de caravanas de Zenla, foram violentamente reprimidas, convocando os nacionalistas da inevitabilidade da luta armada. Assim, em 10 de maio de 1973 se constituiu a Frente Popular de Saguia el-Hamra e Rio

de Ouro (Frente Polisario), sob a direção de Ualí Mustafá Seyid, posteriormente morto em combate.

Até o governo de Francisco Franco, o Saara Ocidental era considerado uma "província de ultramar" espanhola. Seis dias antes da morte do general, em 14 de novembro de 1975, um acordo assinado em Madri cedeu o território ao Marrocos e à Mauritânia. Quando as tropas espanholas se retiraram, a Frente proclamou, em 27 de fevereiro de 1976, a República Árabe Saarauí Democrática (Rasd).

Os intensos combates travados no território levaram a Mauritânia à beira da falência. Em junho de 1978, os militares mauritanos depuseram o presidente Ould Daddah e, em 5 de agosto de 1979, firmaram um acordo de paz com a Frente Polisario.

Uma vaga lembrança

Hector Valenzuela

Na madrugada do dia 30 de abril, durante nove horas, Bangladesh sofreu o pior desastre natural dos últimos 20 anos, quando 800 quilômetros de suas costas foram arrasados por um ciclone tropical, que provocou ondas de até sete metros de altura. Uma área de 500 quilômetros quadrados foi inundada pelas águas. Três ilhas ficaram quase totalmente submersas.

O porto de Chittagong, o principal do país, foi completamente destruído. Uma parte da atual colheita de arroz se perdeu quando foi arrastada para o mar pelo vento e a próxima está ameaçada pela acumulação de água salgada nos arrozais. Dez milhões de pessoas perderam suas casas.

Oficialmente, o número de mortos é ainda impreciso. Foram reconhecidos mais de 100 mil, mas organizações nacionais e internacionais de socorro estimaram que pode chegar a 300 mil o número de vítimas. Se essa cifra for confirmada, este furacão terá sido o pior desde 1970, quando ventos de 223 quilômetros por hora mataram também 300 mil pessoas em todo o país.

A região do Golfo de Bengala é habitualmente castigada por furacões e inundações. Houve 57 ciclones e maremotos de extrema gravidade nos últimos 180 anos. A presença de pântanos, por sua vez, contribuiu para agravar a ação das inundações. Embora os numerosos avanços tecnológicos permitam atualmente minimizar a ação devastadora dos ciclones, Bangladesh

Apesar da morte de centenas de milhares de pessoas, tragédias como as de Bangladesh desaparecem dos noticiários em poucos dias



Dez milhões de pessoas perderam tudo o que tinham

continua sendo extremamente vulnerável aos desastres naturais. Os recursos necessários para construir defesas contra os tufões não existem no país, um dos mais pobres do mundo.

Dificuldades extremas – Bangladesh nunca ofereceu atrativos aos investimentos capitalistas. Os ricos do planeta nunca foram tentados a realizar obras que ajudariam a evitar a ação destruidora da natureza na Baía de Bengala. A crônica instabilidade política do país e a escassez de recursos naturais tampouco ajudam a melhorar as condições para a entrada de capitais externos.

Por isso, a ação das agências internacionais de assistência tem sido o único apoio eficaz para esta pequena nação asiática, cuja renda per capita, em 1985, era de 150 dólares ao ano. A Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID) é que tem prestado ajuda a Bangladesh, com dinheiro e alimentos.

Quando ainda se contavam os mortos e as casas destruídas, as autoridades em Dacca declararam que não estavam em condições de dar às vítimas mais de 1% da ajuda necessária e que o perigo de epidemias aumentava, enquanto se multiplicava o número de corpos em decomposição e a contaminação da água, por falta das

condições mínimas de higiene nos precários acampamentos para os sobreviventes. Novas tempestades em todo o Golfo dificultavam o trabalho das embarcações e dos helicópteros.

O governo da primeira-ministra Begum Khaleda Zia, instalado em março, depois de nove anos de ditadura militar, não pôde agilizar os trabalhos de resgate. Em um debate no Parlamento, a líder da oposição, Hazina Wajid, acusou o governo de não estar mostrando a tragédia em toda sua extensão e de não ter tomado medidas antes da chegada do ciclone, o que teria podido salvar milhares de vidas. A nova primeira-ministra disse que seu governo estava fazendo todo o possível para enfrentar a situação e pediu a ajuda urgente da comunidade internacional.

Paradoxalmente, no mundo de hoje, acontecimentos como a recuperação do reino do Kuwait para garantir o abastecimento de petróleo para o Ocidente são capazes de mobilizar impressionantes recursos militares e tecnológicos em pouquíssimo tempo e de atrair a atenção mundial durante meses. Tragédias como as de Bangladesh, em compensação, desaparecem dos noticiários em poucos dias, deixando apenas uma vaga lembrança. O dinheiro disponível para ajuda chega com dificuldade. Depois da catástrofe, alguns cobertores, medicamentos, barraca de campanha e outros paliativos servirão para tranquilizar as consciências ocidentais. Bangladesh, enquanto isso, continua na sua total miséria.

O fantasma da fome

Se o governo não impedir a conversão de terras agrícolas para uso industrial, o país deixará de produzir alimentos em quantidade suficiente para atender à população

Emmanuel Mongaya*

Sem controle governamental, a conversão de terras agrícolas para outros usos certamente levará à escassez de alimentos nas Filipinas. Enquanto a população aumenta em quase dois milhões de pessoas por ano, a área dedicada à agricultura vem diminuindo em virtude da incoerência das medidas adotadas pelo governo.

É o que prevê o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento de Terras, da Administração de Solos e Águas das Filipinas, o qual recomenda uma política destinada a proteger as terras agrícolas. A recomendação é feita em um estudo recém-publicado sob o título "Estratégias que afetam a agricultura", apontando contradições entre a estratégia e as medidas preconizadas pelo Caid, o programa nacional agroindustrial do governo filipino. O Caid pretende promover a industrialização de zonas rurais à base de agroindústrias que utilizam recursos locais.

O estudo ressalta que a população do país em 1990, estimada em 60,5 milhões, exigirá a produção de cerca de 7,7 milhões de toneladas de arroz beneficiado durante um ano, a fim de satisfazer a taxa de consumo per capita, recomendada em 127 quilos anuais.

Para atender a essa procura de

arroz, serão necessários pelo menos 3,6 milhões de hectares de arrozais irrigados, capazes de produzir uma média de 2,5 toneladas por hectare a uma taxa de 50% de recuperação nas usinas de beneficiamento. No entanto, as melhores terras disponíveis para arrozais irrigados totalizam apenas 2,9 milhões de hectares – ou seja, 630.000 hectares a menos do que a área necessária para atender às necessidades de arroz da população de 1990.

Indústria versus agricultura – A despeito dessa situação, porém, a estratégia industrial do governo – de promover a dispersão de indústrias no interior – "só pode ser levada a cabo com o sacrifício de muitas terras cultiváveis, o que implica maior redução das áreas agrícolas que restam ao país". Assim, as Filipinas perderiam terras produtivas em decorrência do programa de industrialização.

Segundo os autores do estudo, o Caid "reconhece que a estratégia de industrialização depende grandemente de recursos agrícolas e do desenvolvimento do setor agrário. Há, portanto, evidente contradição entre as necessidades de terras do Caid e o imperativo do desenvolvimento agrícola".

O conflito resulta da conversão de terras de cultivo para uso industrial.



A expansão da indústria poderá afetar a agricultura

Segundo se prevê, essa conversão afetará, primeiro, o sucesso da própria estratégia de industrialização, dada a sua dependência em relação à produção de alimentos; segundo, o desenvolvimento econômico global do país, que tem suas raízes mais profundas no desenvolvimento rural-agrícola; e, terceiro, os próprios objetivos nacionais de garantir a alimentação da população, questão crucial para o desenvolvimento, seja este industrial ou não.

Por estes motivos, o estudo recomenda uma política "que reconcilie as contradições existentes entre as necessidades físicas do Caid e o objetivo da garantia de alimentos, definindo as áreas agrícolas que não poderão ser convertidas em áreas industriais".

O estudo propõe que as terras a serem protegidas incluam "as fontes tradicionais e estáveis dos principais alimentos, terras que produzem alimentos de valor estratégico – especialmente produtos agrícolas para exportação e matérias-primas industriais –, áreas de expansão agrícola contidas na faixa de desnível de 18% a 30%, e várzeas adequadas à agricultura".

*TWN. Emmanuel Mongaya é colaborador do "Philippine News and Features", do qual este artigo foi reproduzido

A tripla subordinação das índias

Matilde Wolker

“Tenho sofrido discriminação devido ao machismo, por pertencer a uma etnia e pelo trabalho que fazemos, já que a mulher indígena ocupa o mais sujo e pior remunerado lugar entre as atividades humanas”, afirmou Hilda Llanquino, da comunidade *mapuche* chilena, uma das participantes do Encontro Regional sobre Desenvolvimento Econômico e Povos Indígenas, realizado recentemente em Santiago do Chile.

“É a indígena que tem que limpar a sujeira deixada pelo *huinca* (branco), quando trabalha como empregada”, acrescentou Llanquino, proveniente da região da Araucania, no sul do Chile, onde se concentra a maior parte da população *mapuche* daquele país, calculada em 400 grupos linguisticamente diferenciados.

Segundo a antropóloga chilena Mireya Zambrano, embora não se possa

generalizar a situação da mulher indígena na América Latina, seus problemas são muito parecidos, tanto a nível específico, quanto no global.

“No começo dos tempos, as mulheres tinham o domínio sobre o povo, eram as que mandavam nos homens”, diz Albertina Cuiche, da etnia *cuinave*, herdeira dessas verdadeiras “amazonas”, que organizaram seu povo na fronteira entre o Brasil e a Colômbia e do qual só sobrevivem atualmente duas mil pessoas.

As coisas começaram a mudar com a influência do patriarcal sistema espanhol e das culturas brancas.

Porém, a tradição ancestral permitiu à mulher *cuinave* manter ainda uma grande autoridade dentro da sua comu-

Dirigentes de diversas etnias latino-americanas reunidas no Chile coincidiram em assinalar que sofrem uma tripla marginalização por serem mulheres, indígenas e pobres



A discriminação é o elo comum a todas as indígenas da América Latina

nidade, onde ocupa cargos de direção na mesma proporção que os homens, segundo conta Cuiche

Desintegração cultural – O Encontro Regional sobre Desenvolvimento Econômico e Povos Indígenas foi organizado pelo Conselho Mundial Indígena e o Conselho Nacional dos Povos Indígenas do Chile (CNPI). A reunião foi uma das atividades do CNPI, já dentro dos eventos programados por ocasião do quinto centenário da chegada dos espanhóis à América.

O papel da mulher, as políticas governamentais em relação aos indígenas, o papel das ONGs, a ecologia, a agricultura, o desenvolvimento econômico das comunidades, a educação e or-

ganização foram os temas abordados pelos quase 100 delegados ao encontro.

Estes constataram que a desintegração cultural, a perda de suas terras, a migração e a falta de programas de desenvolvimento específicos, junto à submissão ao homem, são os principais problemas que enfrentam as índias latino-americanas.

Mas também reconheceram que a mulher é a detentora e transmissora da cultura, é quem se encarrega na comunidade dos valores e tradições, enfim é a responsável pela “memória histórica” do seu povo nos tempos modernos.

“Vejam suas raízes – nos dizia minha mãe –, vejam como eram fortes. Ela

nos ensinou a ser altivas e orgulhosas”, conta Llanquino, da comunidade *mapuche* de Maquehue, a 770 quilômetros ao sul de Santiago.

Admitiu que dentro da sociedade *mapuche* a subordinação da mulher é forte, mas assinalou que paulatinamente as coisas estão melhorando.

De acordo com a tradição *mapuche*, a mulher deve se submeter à vontade masculina. Ela foi vítima de práticas como o casamento forçado, o rapto ou a união combinada entre os pais.

María Huichalao, empregada doméstica e presidenta da Associação Cultural Mapuche de Cerro Navia, em Santiago, afirma que o homem *mapuche* continua sem entender que a mulher participe de atividades fora do lar.

“Algumas de nós são decididas e, apesar da rejeição e proibição de nossos maridos, participamos, pois acreditamos que a defesa da nossa cultura é nossa maior força e objetivo”, expressa, ao mesmo tempo em que pede maior colaboração e respeito para a mulher indígena em todos os âmbitos.

Os riscos da biotecnologia



A resistência aos agrotóxicos impede agriculturas mistas e o rodízio de cultivos

Vandana Shiva

A medida que a "revolução verde", antes considerada um milagre produtivo, se revela como um desastre ecológico, a revolução biotecnológica começa a ser anunciada como o novo milagre para a agricultura. A biotecnologia é apresentada como uma solução que não recorre a produtos químicos e não apresenta riscos, como os surgidos nos cultivos que utilizam de forma intensiva os agrotóxicos e fertilizantes químicos.

O primeiro mito sobre a biotecnologia é que esta é ecologicamente segura. O segundo é que iniciará uma nova era de agricultura sem produtos químicos.

A maior parte das pesquisas e inovações no campo da biotecnologia está sendo realizada por indústrias químicas transnacionais, como a Ciba-Geigy, ICI, Monsanto e Hoechst. Sua estratégia consiste em aumentar a utilização de agrotóxicos e herbicidas através do desenvolvimento de variedades de cultivos que tolerem esses produtos.

Ou seja, na verdade, as pesquisas na área da engenharia genética não estão dedicando maiores esforços ao desenvolvimento de variedades de cultivos que não requeiram fertilizantes e agrotóxicos, mas sim à criação de variedades capazes de suportar uma

maior aplicação desses produtos.

Em termos comerciais, essa postura poderá parecer razoável para as multinacionais de sementes e produtos químicos, já que sai mais barato adaptar as plantas aos produtos químicos do que estes últimos às plantas. O custo de desenvolver uma nova variedade de cultivos raramente alcança dois milhões de dólares, enquanto que o de um novo agrotóxico ultrapassa 40 milhões de dólares.

A resistência aos pesticidas também aumentará a integração de sementes com produtos químicos, garantindo ao mesmo tempo um controle maior da agricultura por parte das transnacionais. Cada vez mais empresas agroquímicas estão desenvolvendo plantas resistentes à sua linha de pesticidas.

Sabe-se que se produziram grãos de soja resistentes aos herbicidas da Ciba-Geigy, e isso por sua vez serviu para aumentar as vendas anuais do produto em 120 milhões de dólares.

Pobreza biológica - A resistência aos herbicidas exclui a possibilidade de agriculturas mistas e rodízio de cultivos, ambos essenciais para uma agricultura sustentável e ecologicamente equilibrada, pois as culturas alternativas seriam destruídas pelo agrotóxico.

Cálculos recentes mostram que os

A biotecnologia não vai resolver os problemas ecológicos da agricultura. Pelo contrário: as novas variedades criadas em laboratório não são mais resistentes às pragas, e são capazes de suportar doses maiores de pesticidas

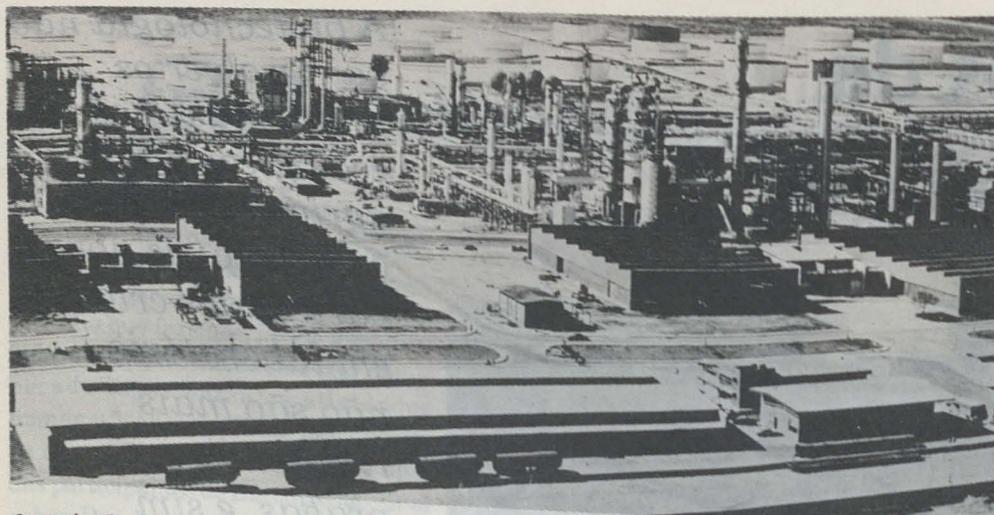
Estados Unidos têm um prejuízo de quatro bilhões de dólares por ano devido aos danos causados pelos agrotóxicos.

O segundo mito da biotecnologia é que ela aumentará a diversidade biológica. Os produtos das empresas biotecnológicas, manipulados geneticamente, não só serão geneticamente uniformes e ecologicamente frágeis, mas também criarão novas ameaças ecológicas a outras formas de vida.

Nas primeiras etapas de pesquisa da engenharia genética, existia uma grande preocupação na comunidade científica acerca dos riscos e perigos ecológicos se esses organismos fugissem ao controle dos laboratórios.

A biotecnologia na agricultura implica a liberação *deliberada* de organismos ao meio ambiente. A preocupação anterior pelos riscos biológicos parece, de alguma forma, ter sido sepultada e é fundamental ressuscitá-la.

Os riscos da biotecnologia poderiam ser mais graves que os perigos químicos, porque os organismos biológicos se reproduzem, enquanto que os produtos químicos não têm essa propriedade. O fato de que os organismos geneticamente manipulados sejam capazes de se mover e se multiplicar impede que se volte atrás depois de introduzi-los no meio ambiente.



A produção de petróleo está contaminando a atmosfera e poluindo os poços de água de Tabasco

Petróleo ameaça meio ambiente

Desde 1977, a exploração de petróleo vem causando problemas ao meio ambiente do estado de Tabasco

Um cinturão litorâneo de 4.000 quilômetros quadrados de terrenos alagadiços e baixadas no golfo do México – o mais extenso pantanal da América Central – encontra-se ameaçado por atividades de exploração de petróleo.

A existência de grandes jazidas de petróleo no subsolo e na plataforma continental da região fez de Tabasco o produtor número um de petróleo cru do país, em fins da década de 1970. Embora a produção tenha-se transferido para Campeche nos anos 80, Tabasco continua sendo o centro da extração de petróleo fino. A produção

atingiu a taxa de meio milhão de barris por dia, o equivalente a um-quinco do total do México.

A degradação ecológica da região tem vários aspectos. Por um lado, a atmosfera vem sendo contaminada pela fumaça e pelos efluentes tóxicos que emanam das chaminés; os poços utilizados por pessoas e animais estão poluídos; e as cercas de arame farpado e os tetos de zinco das casas são destruídos pela chuva ácida.

Por outro lado, há a deterioração ou destruição de plantações de banana, cacau, pimenta e coco; a inundação de terras agrícolas por água

poluída, e a redução das zonas de pesca em decorrência da crescente salinização das lagoas do litoral. Assim, os meios de subsistência de mais de mil lavradores e pescadores estão hoje gravemente afetados.

Luta por indenizações

A partir de fins da década de 70, as comunidades rurais se organizaram para exigir indenização da estatal Pemex (Petróleos Mexicanos) pelos danos sofridos. Contudo, pouco conseguiram após mais de 15 anos de litígio.

Estudos realizados pela Universidade Juarez de Tabasco (Ujat) demonstram

que somente em 291 hectares daqueles pântanos existem 260 espécies vegetais, 39 espécies de peixe, 50 de anfíbios e répteis, 60 de mamíferos e 125 de pássaros, o que os torna um caso especial em todo o continente. Os outros 68.000 hectares são ocupados por espécies de árvores de mangue, de 3 a 25 metros de altura, que dificilmente se encontram em outras partes dos trópicos úmidos.

Chuva ácida – Apesar de toda esta riqueza, porém, há no estado uma escassez geral de escolas, estradas, centros de atendimento médico, mercados, água potável e eletricidade.

Em dezembro de 1989, a chuva ácida “danificou a maioria das plantações de cacau da região de Contalpa. Em resposta às reivindicações dos camponeses que haviam perdido suas colheitas, o governo alegou que a causa era climática, uma vez que a temperatura havia caído abaixo dos níveis normais. Autoridades governamentais chegaram a dizer que se tratava de um caso de ‘geada tropical’”.

Há algum tempo, os sindicatos de pescadores locais e comunidades de lavradores, com o apoio de cientistas e organizações não-governamentais (ONGs), estabeleceram pequenos projetos de produção pesqueira e agrícola. Eventualmente, esses projetos se tornarão parte de um plano integrado de desenvolvimento regional.

O plano propõe uma nova cultura ecológica que leve em conta as necessidades da população local, permitindo a coexistência harmoniosa de atividades produtivas e a proteção dos recursos naturais através de um processo auto-administrado, à base da participação democrática da população.

O cerco contra os imigrantes

A Europa da unificação revela a sobrevivência de germes do racismo, que pode desencadear novas ondas de discriminação contra minorias

Alípio Paiva Mendes

“D aqui para frente, os *porcos* policiais não vão matar mais nenhum negro sem que haja resposta à altura. Alcançaremos nossa condição de homens. Ainda que, nessa tentativa, arrasemos a terra”.

Assim gritava o inflamado Eldridge Cleaver – “ministro de Informações” do partido Panteras Negras – em Oakland, na Califórnia, no segundo semestre de 1968. A paciência de 22 milhões de norte-americanos, excluídos das delícias da “terra das oportunidades” pela cor da sua pele, dava sinais de esgota-

mento. A filosofia da não-violência perdera boa parte de sentido com Martin Luther King, morto com um tiro no pescoço.

Criar um Vietnã dentro da América requereria, contudo, muito mais do que apelos carismáticos e boas razões. Uma boa dose de repressão localizada aqui, algumas concessões ali, e a questão central sofreu o suficiente esvaziamento. Do *status* de “colônia dentro do próprio país”, os negros norte-americanos passaram à condição de cidadãos razoavelmente integrados – sem as suas lideranças incômodas ao poder constituído, mas com uma cota-parte de pseudodireção devidamen-

te institucionalizada.

Soaria estranho, hoje, um comício do Black Power (“Poder Negro”) numa Nova Iorque comandada por um prefeito negro. Otimistas inveterados sonham com Jesse Jackson enfrentando os republicanos. E o que diria Malcolm X do general falcão “de cor” Colin Powell, dando o sinal verde para as tropas dos Estados Unidos arrasarem o Iraque muçulmano?

Competentemente anestesiado nos Estados Unidos, o epicentro do confronto racial em larga escala parece estar se transferindo para o Leste. Além dos casos crônicos da África do Sul e de Israel,



Berlim: manifestantes protestam contra o racismo e o ressurgimento do neonazismo na Alemanha unificada

uma panela de pressão apita com insistência na Europa. Curiosamente, aquela mesma França, que recebeu tantos elogios dos soldados negros norte-americanos que serviram no exterior – pela ausência de discriminação nos lugares públicos, nos hotéis, nos teatros, nos cinemas, nos restaurantes –, talvez seja o ingrediente mais explosivo em aquecimento. O racismo europeu, diga-se de passagem, não estabelece uma graduação crescente de preconceitos na proporção em que a epiderme vai escurecendo. O ponto mais alto atinge os que carregam uma coloração próxima à do habitante típico da África mediterrânea. O padrão berbere segura o fardo mais pesado.

Ano passado, os estudantes secundaristas foram às ruas de Paris numa quantidade assustadora. O que, em princípio, não deveria passar de mais uma daquelas manifestações de braços dados, tão comuns nas democracias ocidentais, acabou num quebra-quebra só comparável ao ocorrido nas memoráveis barricadas do “maio de 68”. Só que as reivindicações de conteúdo se limitavam à melhoria das condições de ensino, somada à necessidade de mais segurança nas escolas. Os garotos querem, no futuro, competir com os cérebros japoneses, norte-americanos e alemães. Metas bastante diferentes da-



Jean-Marie Le Pen

queda da máscara.

Alguns líderes estudantis (“autênticos”) detectaram gatos pingados no movimento e os chamaram de “incontroláveis” – com o que concordaram os policiais e o cidadão médio francês. Por acaso, os tais rapazes sem educação tinham as mesmas características dos imigrantes procedentes do Magreb (Marrocos, Argélia e Tunísia). Os filhotes nazifascistas do líder da ultradireita Jean Marie Le Pen vibraram alto com a versão, embora, é claro, preferissem o codinome de “agitadores profissionais”.

Os espíritos parecem armados para essa interpretação racista dos acontecimentos. O fluxo de migrantes – legais ou não – para a Europa vem crescendo

desde a década de 60. Francos, libras e marcos são uma atração irresistível para quantos possam abandonar as desgraças sócio-econômico-políticas impostas ao Terceiro Mundo. Estatísticas confiáveis contam mais de oito milhões de imigrantes de países subdesenvolvidos na Comunidade Econômica Européia (CEE).

No passado, eles não só foram bem recebidos como, até mesmo, considerados imprescindíveis. Os próprios alemães devem muito daquela espetacular reconstrução do pós-guerra aos eficientes e baratos trabalhadores turcos. Neste momento, já não precisam tanto. A não ser para uma ou outra tarefa repugnante. Com a celebrada queda do muro, o mercado de trabalho regulamentado dará especial prioridade aos peões louros de olhos azuis, da ex-Alemanha Oriental.

Tirando casos particulares de alicenciamento em massa como aquele, são os laços históricos gerados pela dominação colonial os maiores agentes provocadores da corrente humana Sul-Norte. Vão, assim, os magrebinos para a França; indianos, paquistaneses e jamaicanos para a Inglaterra. Chegam de qualquer maneira e por todos os meios imagináveis. Normalmente, a porta de entrada se localiza em algum “primo pobre” da Comunidade: Portugal, Espa-

desde 1972, tem muito mais a ver com uma imensa comunidade resultante de um processo migratório lógico, em direção ao Brasil – e não o contrário. No assunto, aliás, a convenção faz muito menos do que nossa Constituição, que determina que serão brasileiros naturalizados “os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa após residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral”.

Quanto a Portugal, absolutamente nada indica grandes favores. Não há dupla cidadania, nem é reconhecido qualquer direito de entrada ou permanência em território português. O passaporte é fundamental, a permanência por mais de seis meses exige visto, que também é necessário para residir, ou trabalhar ou fazer qualquer outra coisa, que não seja turismo ou visita a parentes e amigos.

Irmãos, mas... nem tanto assim

Pela Inglaterra, é complicado. Os rigorosos fiscais britânicos devolvem, no primeiro voo, qualquer brasileiro que tente passar pelo aeroporto londrino com menos de mil dólares. Espanha, França e Itália também não facilitam muito. Sul-americano é tudo a mesma coisa e, afinal, estão todos muito próximos de Medellín.

A opção Portugal surge naturalmente. Alguém ouviu falar que existe um tratado luso-brasileiro, que confere cidadania dupla aos nascidos nos dois países. E é nessa mesmo que vai. Chega em Lisboa, procura uma casa para alugar, pesquisa emprego nos classificados do “Diário de Notícias”, tira uma carteirinha de português e pronto: é um cidadão europeu, em condições de gozar as maravilhas de uma Europa unida e sem barreiras. Naturalmente, quebra a cara. Nada disso vai acontecer.

A Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre brasileiros e portugueses, que vigora

desde 1972, tem muito mais a ver com uma imensa comunidade resultante de um processo migratório lógico, em direção ao Brasil – e não o contrário. No assunto, aliás, a convenção faz muito menos do que nossa Constituição, que determina que serão brasileiros naturalizados “os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa após residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral”.

Quanto a Portugal, absolutamente nada indica grandes favores. Não há dupla cidadania, nem é reconhecido qualquer direito de entrada ou permanência em território português. O passaporte é fundamental, a permanência por mais de seis meses exige visto, que também é necessário para residir, ou trabalhar ou fazer qualquer outra coisa, que não seja turismo ou visita a parentes e amigos.

(A.P.M.)

nha ou o sul da Itália. Dali para o objetivo é relativamente fácil. Os 15 quilômetros do estreito de Gibraltar não constituem, propriamente, um obstáculo para os marroquinos; para um tunisiano alcançar a Sicília, não terá que vencer mais de 150 quilômetros de mar.

Com tanto campo fértil para agir, a extrema-direita se assanha. Um inocente passeio noturno pelo metrô parisiense tem boas chances de acabar em assalto na estação de Barbès Rochechouart – com o dinheiro indo parar nas mãos daqueles perversos morenos de cabelos ondulados.

O sadismo dos skinheads – Atacar a idiotice de jovens brancos desempregados é outra arma poderosa. Os skinheads tomam cada vez mais esquinas para atacar os não-europeus, com sádico prazer. Mesmo Portugal é capaz de dar alguma colaboração nesse particular: um angolano distraído se deixou apanhar pelos gajos de cabeças raspadas e acabou amarrado na estrada de ferro, sendo esartejado por um comboio. Há pouco tempo, um jornal de Lisboa saiu com a manchete: “Mais um negro caboverdiano envolvido em homicídio”. O negro era a vítima...

A tolerante Europa, que recebia refugiados políticos de braços abertos, mudou bastante a face de anfitriã-moço. A verdade aflorada é que isso tinha muito de hipocrisia. Com as colônias sob chicote, havia certa facilidade em segurar os desesperados em suas próprias terras. O ardid de ceder a independência política, em troca da tutela econômica e cultural, acabou por provocar paradigmas de “Eldorado” na ex-metrópole. Com certos motivos. Um africano, se empregado, gasta 80% do seu salário em alimentação (mínima); um europeu, se tanto, depende 20% para, ainda assim, jogar fora quase metade da comida que compra. E não só por isso. Um homem normal quer um teto, beber água potável, aprender, criar. Coisas quase impossíveis de se fazer num mundo por desenvolver, onde dois-terços das crianças chegam aos cinco anos de idade com 20% a menos das células nervosas que teriam se não fosse a inanção.

O Eldorado, no caso, não é a busca pelo sucesso, mas a luta pela sobrevivência. Os alquimistas do neocolonialismo não cultivam o hábito da previsão de contrapartidas. Financiar lutas fa-

trílicas, que esmagam possibilidades de progresso social; criar “Alianças para o progresso”, que não resolvem problemas de distribuição de renda; estimular “revoluções verdes”, que não tocam em estruturas feudais, não livrarão o hemisfério “civilizado” dos hóspedes indesejáveis. Ao contrário.

A perspectiva de uma Europa superpoderosa – a ser consolidada no final de 1992 – incorpora a probabilidade de um aumento da xenofobia e do racismo. Se é quase impossível que Le Pen assuma a presidência da França, não é improvável que seus seguidores empurrem a sociedade europeia para uma posição mais direita. O *L'Humanité*, órgão oficial do Partido Comunista Francês, denunciou um decreto do governo (socialista) autorizando o fichamento de cidadãos, no Registro Geral, com informações sobre origens étnicas, opiniões políticas, filosóficas ou religiosas. Seria o decreto *Big Brother*, segundo o jornalista Jean Chatain, numa referência ao personagem do livro “1984”.

O outro lado da moeda dessa situação vem se revelando na forma como os estrangeiros, na Europa, reagem ao cerco. O que aconteceu nas manifestações dos secundaristas franceses é uma pequena “tosse”, se compararmos com a potencialidade da tensão, que mais se assemelharia ao processo inicial de uma erupção vulcânica.

Os filhos dos norte-africanos, que chegaram no boom dos anos 60, estão identificados com a França em que nasceram. Não têm por que se conforma-

rem com a classificação de escória. Os espaços sórdidos que foram reservados para eles, nos subúrbios do norte e leste de Paris, fotografam, dia após dia, nas mentes, o contraste com os beneficiados por uma sociedade próspera. A cada chance, mais “incontroláveis” se mostrarão.

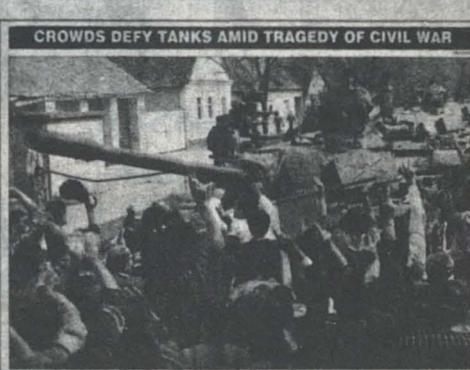
As minorias agredidas pelo racismo

THE EUROPEAN

START THE WEEKEND WITH EUROPE'S FIRST NATIONAL NEWSPAPER

Europe braced for migrant invasion

WASHINGTON – A migrant wave of refugees from the Balkans and the Middle East is expected to reach Europe in the next few weeks, according to a report by the United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). The report says that the number of refugees has increased sharply since the start of the year, and that the situation is likely to worsen if the conflict in the Balkans continues. The UNHCR is calling for more resources to be made available to help refugees and to assist in the repatriation of those who wish to return to their homes.



Chicago: The thousands of displaced block the army's tanks as they advance against the city.

Violence grips Yugoslavia
BELGRADE – Violence in Yugoslavia has intensified, with reports of a major offensive by the Yugoslav army against the rebels in the north. The government says it has launched a large-scale military operation to bring the region back under control. However, the rebels claim that the army is using excessive force and that civilians are being targeted. The situation remains highly volatile, and there is a risk of a full-scale civil war.

Celtic crosses looted to buy arms for IRA

EXCLUSIVE Dublin Correspondent • DUBLIN
The IRA has been accused of looting Celtic crosses in Ireland to fund its operations. The crosses, which are highly valued by the Catholic Church, were found in a warehouse in Dublin. The IRA denies the charges, claiming that the crosses were stolen by a group of individuals who were not affiliated with the organization.

Nazi scandal rocks France

PARIS
A scandal involving the discovery of Nazi-era documents in France has caused a major political crisis. The documents, which were found in a private collection, revealed the involvement of several high-ranking officials in the Vichy regime. The French government has launched an investigation, and there are calls for a full-scale inquiry into the role of the state during the war.

Na manchete do jornal (“Europa ameaçada pela invasão de migrantes”), um claro sinal do sentimento predominante

europeu superaram, muito mais rapidamente que os *colored* norte-americanos, aquela fase de “negro-bonachão-de-e-o-vento-levou”. Os neonazistas de Londres não encontram a mesma moleza que teve a Ku Klux Klan, no sul dos EUA, durante tanto tempo. Agredir um jamaicano por diversão requer preparo suficiente para a mais terrível das desforras. Arrasar ou não a terra, numa tentativa de emancipação, pode ser, para quem vive sob a penúria e o terror, um mero detalhe.



Com a aproximação dos rebeldes, o exército bateu em retirada

ETIÓPIA Caos e secessão

A fuga do presidente da Etiópia, Mengistu Hailé Mariam, não foi suficiente para diminuir a violência política que se apoderou desse país africano, um dos mais pobres do mundo.

Militantes separatistas de várias regiões e forças rebeldes que se opunham ao governo central de Addis Ababa tinham se unido nos últimos meses contra o regime encabeçado por Hailé Mariam. Em fins de maio, a Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (FDRPE) tomou a capital. As declarações do líder dos rebeldes, Meles Zenawi, de que nenhum segmento da população será excluído do governo de transição, fazem prever um amplo acordo político para tirar o país da crise em que se encontra.

Oficial sem maior brilho, Hailé Mariam ajudou a derrubar a monarquia repressora de Hailé Selassié, em 1974. Desde que assumiu o poder, em 1977, governou em nome do socialismo, mas ao cabo de uma década poucos dos seculares problemas etíopes tinham sido solucionados.

Suas limitações foram evidentes em dois pontos-chaves: o problema das nacionalidades e o da propriedade da terra. Mengistu não teve habilidade suficiente ou não conseguiu lidar com a complexa realidade étnico-cultural do país e além da luta secessionista dos eritreus – aos quais seu regime tratou com o mesmo rigor que Selassié – teve que enfrentar mais recentemente outros grupos, como os habitantes da província de Tigre. A guerra interna levou o governo a destinar 46% do orçamento nacional aos gastos militares. O ex-presidente tampouco conquistou o apoio dos camponeses sem terras, já que sua reforma agrária não chegou a alterar de forma significativa o perfil da propriedade da terra.

Moçambique/África do Sul

Delegações de Moçambique e África do Sul iniciaram em meados de maio, em Maputo, capital moçambicana, as negociações para demarcar os mais de dois mil quilômetros de limites terrestres e marítimos entre ambas as nações da África Austral. A fronteira comum tem sido, ao longo das últimas décadas, centro de atividade de grupos guerrilheiros, cuja presença causou tensões adicionais às difíceis relações bilaterais.

O governo de Moçambique anunciou que destinará helicópteros para vigiar a costa, que foi invadida por barcos pesqueiros ilegais procedentes da África do Sul. Esses pescadores não só causam sérios danos ao meio ambiente como também provocaram a drástica queda de produção de camarões, o principal produto de exportação de Moçambique.

Lesoto

Um golpe de estado depôs, no início de maio, o major-general Justin Lekhanya, chefe do Conselho Militar que governa o Lesoto, pequeno país encravado no território da África do Sul. Lekhanya havia chegado ao poder em janeiro de 1986, ao liderar um golpe de estado – patrocinado abertamente por Pretória – que derrubou o primeiro-ministro Leabua Jonathan, um tradicional opositor do regime racista.



Maseru: golpe militar depôs o presidente Lekhanya

ÍNDIA Violência sem fim

Com as cinzas de Rajiv Gandhi se pulverizaram, também, as esperanças de milhões de hindus que viam a família Nehru-Gandhi como a coluna vertebral da precária estabilidade política desse país-continente.

Sonia Maino, a viúva do ex-primeiro-ministro Rajiv Gandhi, morto em 21 de maio em um atentado quando estava em campanha eleitoral no estado de Tamil Nadu, não aceitou a oferta do Partido do Congresso de substituí-lo na presidência da agremiação. Nascida na Itália, Sonia poderia ter se convertido na nova primeira-ministra, já que o partido de seu marido era o favorito nas pesquisas pré-eleitorais. Mas ao mesmo tempo que manifestou estar comovida com a proposta, alegou motivos emocionais para recusá-la.

Dessa forma, ela eliminou a possibilidade de continuação da linha dinástica que produziu três primeiros-ministros da Índia, Jawaharlal Nehru (avô de Rajiv), Indira Gandhi (sua mãe) e o próprio líder assassinado no mês passado. O filho mais velho de Rajiv, Rahul, de 21 anos, estuda nos Estados Unidos e é muito jovem ainda para receber a herança política de seu pai.

Para o lugar de Rajiv Gandhi, foi escolhido Narasimha Rao, que já havia ocupado os ministérios das Relações Exteriores e do Interior, no governo de Indira, e da Defesa, no gabinete do líder assassinado.

As suspeitas sobre a responsabilidade do atentado recaem sobre o movimento separatista tamil, de Sri Lanka, com muitos simpatizantes no estado de Tamil Nadu, da Índia, o qual Rajiv Gandhi visitava quando foi assassinado. A bomba que matou o ex-primeiro-ministro e outras 15 pessoas estava amarrada no corpo de uma mulher.

Em 1987, quando era primeiro-ministro (governou de 1984 a 1989), Gandhi assinou um acordo com o presidente cingalês Junius Jayewardene, para pacificar Sri Lanka, ilha



Rajiv: vítima de conflitos não resolvidos

do Oceano Índico situada a poucos quilômetros do estado de Tamil Nadu. Naquele momento, havia uma sangrenta guerra civil entre as forças governamentais e o grupo separatista Tigres da Libertação Tamil Eelam (TLTT).

Esse movimento, integrado sobretudo por jovens intelectuais e de classe média da minoria tamil, reivindicava a princípio o fim da discriminação contra a minoria tamil por parte do governo de Colombo, mas acabou ampliando suas reivindicações e levantando a bandeira da criação de um Estado tamil independente. Gandhi enviou dois mil soldados a Sri Lanka, aparentemente em missão de paz. Mas a evolução do conflito fez aumentar a cifra para 50 mil homens que, de fato, acabaram participando nos combates, ao lado das forças de Jayewardene.

A onda de violência que já vinha marcando a campanha eleitoral na Índia se intensificou depois do assassinato de Gandhi. Dezenas de pessoas morreram e algumas centenas ficaram feridas em manifestações de protesto em todo o país. "Em nenhum outro momento de sua independência, a Índia esteve tão polarizada em torno de posições tão radicais como agora", escreveu em sua página editorial o *Times of India*, um dos jornais mais influentes do país, no dia seguinte à morte do ex-primeiro-ministro. "Castas se opõem a castas e religiões se opõem a religiões. O país está praticamente sem governo", concluía o editorial.

CHINA Mais petróleo

A China pretende extrair 15 milhões de toneladas de óleo cru em 1995 e 170 milhões no ano 2000. Essas metas fazem parte do plano decenal de desenvolvimento e têm por objetivo impedir que o país passe a importar todo o óleo cru que necessita para o seu consumo, no próximo século. O plano dará prioridade à exploração de petróleo e ao desenvolvimento da tecnologia de extração.

Os campos petrolíferos da China oriental, responsáveis por mais de 90% da produção total do país, baixaram sua produção em até cerca de dez por cento ao ano. No entanto, a demanda de óleo cru aumenta em seis milhões de toneladas anuais. A queda na produção se deve ao fato de que todos os campos petrolíferos da China têm mais de 30 anos. Daí, a decisão oficial de investir 170 bilhões de yuanes (33 milhões de dólares) na indústria petrolífera.



Beijing: a bicicleta é o principal meio de transporte

BRASIL-EUA Trigo barato

Ameados de maio, uma oferta dos Estados Unidos ao Brasil, de vender trigo a preços subsidiados, motivou um protesto da chancelaria argentina. O governo de Buenos Aires condenou a prática de *dumping* nos preços agrícolas e a interferência dos Estados Unidos no processo de integração entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, já que o trigo faz parte dos produtos argentinos oferecidos ao consumidor brasileiro dentro do acordo de integração.

Não é novidade que os países desenvolvidos destinam numerosos recursos para pagar altos subsídios aos produtores agrícolas e liquidar a concorrência internacional, oferecendo os seus produtos a preços mais baixos. Essa prática, conhecida como *dumping*, arruina os produtores do Terceiro Mundo. Esse foi, justamente, um dos pontos nos quais não se conseguiu chegar a um acordo nas negociações da Rodada Uruguai do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), suspensas em 1990.

No momento em que se dão os primeiros passos rumo à integração regional, criando o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a aceitação por parte do Brasil da oferta dos Estados Unidos pode criar sérios problemas com seus vizinhos. Quando em meados de



A oferta dos Estados Unidos de vender trigo barato ao Brasil motivou um protesto da chancelaria argentina

março, os presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinaram o tratado de integração, que será posto em prática plenamente em 1995, se comprometeram a garantir "condições equitativas de comércio" nas relações com terceiros países.

A oferta norte-americana foi qualificada por especialistas como "um negócio imperdível", e sua repercussão imediata nas bolsas internacionais foi uma baixa na cotação do trigo. O fato foi comparado pelos analistas aos danos que ocasionou, em 1989, a venda de trigo subsidiado dos Estados Unidos ao Egito. Naquela ocasião, o preço internacional baixou de 140 dólares por tonelada a 70 dólares, arruinando os produtores dos países cujos governos não podiam pagar esses subsídios.

milhões serão entregues pelos Estados Unidos e países da Europa e Ásia como ajuda bilateral, enquanto que a Áustria dará ajuda para reforçar o balanço de pagamentos nicaraguense.

O acordo foi assinado em Paris, no final de maio, em um encontro presidido por Rainer Ateckhan, um dos diretores do Banco Mundial.

O representante do governo, ministro Antonio Lacayo, disse que "na Nicarágua a contra-revolução não triunfou porque tem um governo que respeita a Constituição, que não modificará, na sua essência, as conquistas populares obtidas durante a gestão dos sandinistas".

NICARÁGUA Ajuda para reduzir dívida

Através de uma operação multilateral, que inclui créditos e doações de 21 países e nove organizações internacionais, a Nicarágua receberá 360 milhões de dólares para saldar sua dívida com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial (Bird).

Colômbia, Espanha, México e Venezuela lhe concederam um crédito ponte de 225 milhões de dólares; outros 135



Manágua: mais recursos para a reconstrução

América Latina

Os ministros das Relações Exteriores dos países que integram o denominado Grupo do Rio se reunirão em setembro, em Nova Iorque, com chanceleres dos países do Leste europeu, por ocasião da abertura das sessões anuais da Assembléia Geral da ONU.

O encontro procurará facilitar as relações comerciais entre ambas as regiões e incentivar o intercâmbio tecnológico. Os chanceleres discutirão também os projetos de desenvolvimento que se implementam no Leste europeu e na América Latina, com o objetivo de incentivar a participação recíproca.

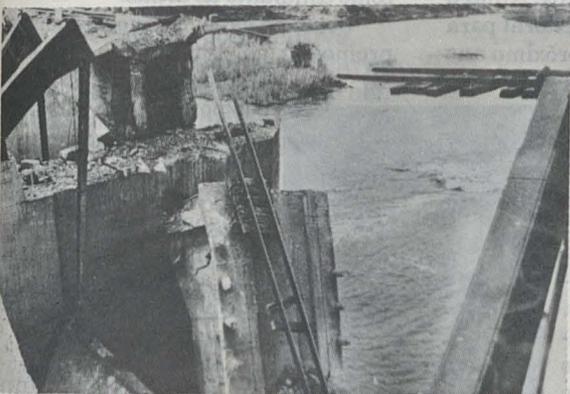
MOÇAMBIQUE Negociação em curso

Representantes do governo de Moçambique e do grupo contra-revolucionário Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) elaborarão uma nova agenda para buscar um acordo que ponha fim a 16 anos de guerra civil. Leone Gianturco, porta-voz da comunidade religiosa de Santo Egídio, em Roma, onde se realizam as conversações de paz – a última das quais foi em fins de maio – assinalou que se tornou necessária uma nova agenda devido às divergências surgidas na última etapa das negociações.

O porta-voz não esclareceu quais eram os pontos de desacordo que ainda persistiam entre o governo de Maputo e os rebeldes, mas se deduz que se refiram a questões militares.

A delegação oficial moçambicana está encabeçada pelo ministro dos Transportes, Armando Guebuza, e a da Renamo pelo chefe do departamento de Relações Exteriores, Guel Domingos. Os mediadores são o representante do governo italiano, ex-subsecretário de Relações Exteriores Mario Rafaelli, o presidente da comunidade Santo Egídio, Andre Riccardi, e o arcebispo da cidade de Beira, em Moçambique, d. Jaime Gonçalves.

As negociações entre o governo de Maputo e a Renamo começaram em 1990 e foram facilitadas pela entrada em vigor da nova Constituição de Moçambique, em fins do ano passado, que optou pelo sistema pluripartidário. A vigência no país de um regime de partido único foi um dos argumentos usados pelos rebeldes para justificar suas ações terroristas contra alvos civis moçambicanos.



As sabotagens destruíram parte da infra-estrutura do país

O presidente Joaquim Chissano manifestou seu desejo de realizar eleições legislativas em junho de 1992, se – como se espera – ao longo deste mês se assinar o acordo de paz com os rebeldes.

A princípio, as eleições deviam se realizar este ano, mas a demora nas negociações de paz e o fato de que o novo Parlamento ainda não tenha aprovado a nova legislação eleitoral – passo prévio para o registro da população apta a votar – tornaram impossível o cumprimento dessa meta.

CAMARÕES Combate à corrupção

As mudanças no gabinete do presidente Paul Biya não conseguiram acalmar as reivindicações populares em favor da moralização e total democratização do país. Só três ministros foram substituídos pelo *premier* interino Sadou Hayatou: o da Justiça, Adolphe Moudiki, o das Finanças, Simon Nassilekin, e o do Planejamento, Niat Njifenji. Os mais próximos ao presidente permaneceram em seus postos, como por exemplo o ministro da Defesa, Akame Mfoumou.

Com exceção do novo ministro da Justiça, o advogado Doula Moutoume, membro da Comissão de Direitos Humanos do Estado, os outros três são quase desconhecidos.

A oposição política dos Camarões exigia uma reestruturação profunda do sistema administrativo, mediante a regionalização do mesmo. A idéia central das mudanças propostas era pôr fim ao abuso de poder, à fuga de capitais e à corrupção.

Segundo a proposta divulgada em março pelo porta-voz do Comitê Coordenador da Oposição, Alexander Taku, as atuais dez regiões administrativas seriam reduzidas a quatro e os correspondentes governadores regionais seriam eleitos pela população. O orçamento nacional seria dividido entre as quatro regiões, para o desenvolvimento dos respectivos projetos.

Desde que os Camarões se transformaram em um Estado de partido único, em 1966, e em um Estado unitário, em 1972, o poder ficou concentrado nas mãos do presidente.

Durante o governo do ex-presidente Alhaji Ahmadou Ahidjo, a maioria dos altos cargos era ocupada por parentes do chefe de Estado. Em 1982, quando Ahidjo renunciou, foi sucedido pelo seu primeiro-ministro, Paul Biya. Essa mudança despertou a esperança de que pudesse começar uma etapa de moralização, mas não foi assim. Também o regime de Biya foi acusado de corrupção e figuras próximas a ele são responsabilizadas pela crise econômica em que se encontra essa nação africana.

A oposição exigia a proclamação de uma ampla anistia, volta dos exilados, liberdade de imprensa, dissolução do Parlamento e a designação de um novo primeiro-ministro que formasse um governo provisório de unidade nacional, capaz de preparar o terreno para a realização de eleições livres.

A tímida resposta do presidente Biya, de apenas substituir três membros do gabinete, foi considerada pela oposição como a negativa do governo a suas reivindicações.



O presidente Paul Biya

FILIPINAS
Inquilino de poucos recursos



Dez mil manifestantes exigem em Manila a desativação das bases

Representantes do governo dos Estados Unidos interromperam as conversações com o governo de Corazón Aquino sobre a renovação do contrato de aluguel de suas bases nas Filipinas. O Pentágono alega que chegou ao limite do que pode pagar como inquilino das instalações.

Um porta-voz do negociador norte-americano Richard Armitage disse em Manila que considerava "desanimador" que as Filipinas tentassem vincular a relação econômica dos dois países com o acordo sobre as bases, exigindo concessões comerciais, assistência financeira, alívio de sua dívida externa e investimentos, como pré-condição para renovar os contratos de aluguel das bases militares.

As instalações dos Estados Unidos nas Filipinas incluem várias bases aéreas estratégicas, entre elas a base de Clark — uma das mais importantes no exterior — e enormes centros de operações navais, como a base da baía de Subic. Pelo arrendamento de seu território para uso militar dos Estados Unidos, o governo filipino está pedindo 825 milhões de dólares anuais, dos quais 425 devem ser em efetivo e o resto em créditos e redução da dívida externa.

Os norte-americanos, que enfrentam uma séria contenção de gastos, oferecem 360 milhões de dólares em assistência militar e econômica e 160 milhões mais, como "suave compensação", para reduzir a dívida das Filipinas.

Coréia do Sul

Após violentos incidentes que custaram a vida de vários estudantes, o primeiro-ministro da Coréia do Sul, Jai-Bong, de 55 anos, renunciou no dia 22 de maio. Jai-Bong, o principal assessor do presidente Roh Tae-Woo, era considerado um homem de personalidade muito difícil e permaneceu somente seis meses no governo. Sua renúncia foi uma tentativa de superar a crise em que o país se encontra, desde o mês de abril, quando um jovem foi morto pelas forças antiterroristas durante manifestações de rua.

A oposição exige a libertação de todos os presos políticos, a dissolução das forças de repressão e a reestruturação total do governo, inclusive com a saída do presidente. "O problema fundamental não é o gabinete, mas o próprio Roh Tae-Woo", afirmou o líder dissidente Oh Jong-Yol.

INDONÉSIA
Surpresas na política

A entrada de vários membros da família do ex-presidente Ahmed Sukarno na campanha eleitoral para o pleito previsto para o próximo ano pode provocar algumas surpresas. As eleições parlamentares de 1992 na Indonésia mostrarão a nova correlação de forças existente nesse país do sudeste asiático, que vive sob o regime autoritário do general Suharto desde 1965. E podem determinar mudanças mais profundas nas eleições presidenciais de 1993, quando Sukarno deve decidir se se apresenta como candidato à reeleição ou se se retira da vida pública.

O Partido Golkar, criado em 1971 pelo general Suharto e ao qual obrigatoriamente devem estar filiados todos os funcionários públicos, foi surpreendido pela decisão da Aliança Nacionalista Cristã, cujo nome oficial é Partido Democrático da Indonésia (PDI), de inscrever Guruh Sukarno,

um dos filhos do presidente Sukarno como candidato às urnas.

Como se sabe, o general Suharto promoveu, em 1965, pouco depois da nacionalização do petróleo por parte de Sukarno, um sangrento golpe de estado que custou mais de 700 mil vidas e fez 200 mil presos políticos. Desde então, se mantém no poder, ainda que tenha sido formalmente "reeleito" presidente em 1983.



General Suharto

O Partido Democrático da Indonésia (PDI) reúne os antigos grupos nacionalistas da época de Sukarno e a minoria cristã do país (5% da população).

Guruh não é o primeiro dos herdeiros de Sukarno que entra na vida política. Sua irmã Megawati Sukarnoputri e o marido foram eleitos membros do Parlamento pelo PDI em 1987. O irmão mais velho, Guntur, também pensa em se unir à campanha eleitoral.

CARIBE União política

Em sintonia com a tendência atual de formação de blocos, quatro pequenas ilhas do Caribe oriental estão estudando formas de viabilizar sua união política. Os primeiros-ministros de Granada, Nicolas Brathwite, de Dominica, Eugenia Charles, de São Vicente, James Mitchell, e de Santa Lúcia, John Compton, estão de acordo na ne-

cessidade de criar um novo Estado, composto pelas quatro ilhas, para incentivar o desenvolvimento econômico e obter uma maior presença política na região.

Com esse objetivo, foi criada no ano passado a Assembléia Constituinte Regional do Caribe Oriental, instituição que, além de reunir os chefes de Estado das quatro ilhas, abre espaço aos partidos de oposição, à igreja e às organizações representativas da comunidade.

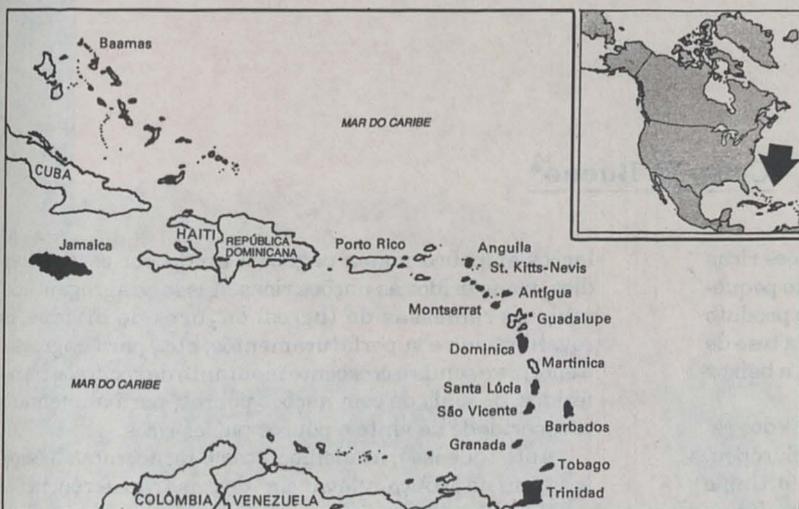
Na segunda reunião da Assembléia,

realizada em fins de abril passado, na ilha de Santa Lúcia, foram apresentadas propostas sobre a possível organização dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário do novo Estado, após o processo de unificação.

As diferentes alternativas serão organizadas e estudadas por uma comissão e, posteriormente, submetidas a debate na próxima reunião da Assembléia Constituinte, prevista para setembro. Nessa ocasião, a Assembléia também deverá decidir a data da realização de um referendo, através do qual os cidadãos das quatro ilhas caribenhas se pronunciarão contra ou a favor da fusão.

Até o momento, só os partidos de oposição de Granada e Santa Lúcia se manifestaram contra a fusão. As outras três ilhas do Caribe oriental, St. Kitts (São Cristóvão-Nevis), Montserrat e Antígua e Barbuda, não quiseram participar do processo de unidade política.

Os sete pequenos países do Caribe oriental têm um mesmo Banco Central e uma moeda comum, cuja unidade vale aproximadamente 33 centavos de dólar. O esforço de integração das quatro ilhas está previsto no Tratado de Chaguaramas, que propõe a unidade de toda a comunidade caribenha de língua inglesa.



Antilhas Holandesas

Pela terceira vez consecutiva, Maria Liberaia Pieters, do Partido Democrata Cristão, foi eleita chefe de governo das Antilhas Holandesas (um protetorado da Holanda no mar do Caribe).

A dirigente e seu partido têm, atualmente, a maioria política em todas as ilhas que legalmente formam as Antilhas Holandesas, de 262 mil habitantes. Seu núcleo central está integrado pelas ilhas de Aruba, Bonaire e Curaçao, situado próximo ao litoral venezuelano e conhecido como as Ilhas de Sotavento. O grupo menor está constituído pelas ilhas de origem vulcânica San Eustaquio, Saba e San Martin.

Além de conquistar o governo, o partido de Pieters obteve dez das 22 cadeiras do Poder Legislativo, enquanto seu aliado, o Partido Democrático, de centro, conquistou cinco lugares no Parlamento.

Suriname

A coalizão Nova Frente venceu as eleições realizadas em fins de maio no Suriname, antiga colônia holandesa na América do Sul. A coalizão, que reúne os três partidos étnicos tradicionais, ganhou 29 das 51 cadeiras do Parlamento. O Partido Democrático, que apóia os militares, conquistou 14 cadeiras e a coalizão de esquerda Alternativa Democrática, oito lugares. O novo governo substituiu os militares que, liderados pelo coronel Desi Bouterse, tinham assumido o poder no Natal de 1990, derrubando o presidente Ramsewak Shankar.



Suriname: 247 mil eleitores se registraram para votar

As perdas subjacentes

Alguns expedientes de comércio e finanças internacionais drenam, de uma centena de nações pobres e remediadas, as riquezas que garantem a prosperidade de pouco mais de vinte países

Celso W. Bueno*

É frequente ouvir-se que o comércio das nações ricas com as do chamado Terceiro Mundo é muito pequeno, representando uns poucos por cento do produto nacional de qualquer nação rica, o que refutaria a tese de que sua prosperidade depende da transferência, a baixos preços, de recursos do Terceiro Mundo.

A verdade é que o Japão importa mais de 90% dos recursos naturais que utiliza; o Mercado Comum Europeu, mais de 80%; os Estados Unidos, mais de 70% (a União Soviética ainda não chegou a tanto, mas vai a caminho). Alguns desses recursos vêm do Canadá, da Austrália e da África do Sul – países considerados “de confiança”, porque partes integrantes do sistema de interesses das potências industriais – mas a maioria deles vem, e continuará vindo em proporções crescentes, do Terceiro Mundo. Logo, as importações provenientes dos países do Terceiro Mundo são essenciais, para que continue funcionando o aparato produtivo dos países ricos.

O que acontece é que essas importações essenciais são pagas a preços ínfimos, e por isso não representam senão uma pequena parcela do Produto, expressa em termos monetários, das nações ricas. O que é muito pequena, portanto, não é a participação das nações do Terceiro Mundo no processo internacionalizado de produção, mas a remuneração que recebem por isso. E essa baixíssima, e cada vez mais baixa, remuneração depende de que se mantenham, no Terceiro Mundo, níveis salariais também cada vez mais baixos.

Já se entende, portanto, por que suprimir salários é recomendado por organizações internacionais e por tecnocratas e acadêmicos “sérios”, como recurso para combater a inflação – aliás, inflação provocada nas nações pobres pelo modelo concentrador-exportador que lhes é imposto.

Mesmo tendo, na composição de seus custos, salários tão baixos, os preços alcançados pelas exportações dos países pobres com frequência não são suficientes sequer para cobrir tais custos, o que força seus governos a subsidiarem grande parte delas, isto é, obrigarem suas popu-

lações empobrecidas a pagarem ainda por esses subsídios, transferidos às nações ricas. A isso se agregam ademais as remessas de lucros, os juros de dívidas, os royalties, sub e superfaturamentos, etc., para engrossar o enorme e sempre crescente montante de recursos transferidos, de mais de cem nações pobres, para alimentar a prosperidade de vinte e poucos países ricos.

Ante tudo isso, acadêmicos e tecnocratas “sérios” insistem na “pouca relevância” dessas transferências.

Suponha-se um país rico, cujo montante de importações provenientes do Terceiro Mundo não representasse senão 3% de seu Produto Nacional. Se não houvesse a compressão salarial, os subsídios governamentais e outros redutores dos preços das exportações do Terceiro Mundo, seus preços poderiam ser da ordem de dez vezes maiores (as diferenças salariais médias entre países ricos e pobres são superiores a isso).

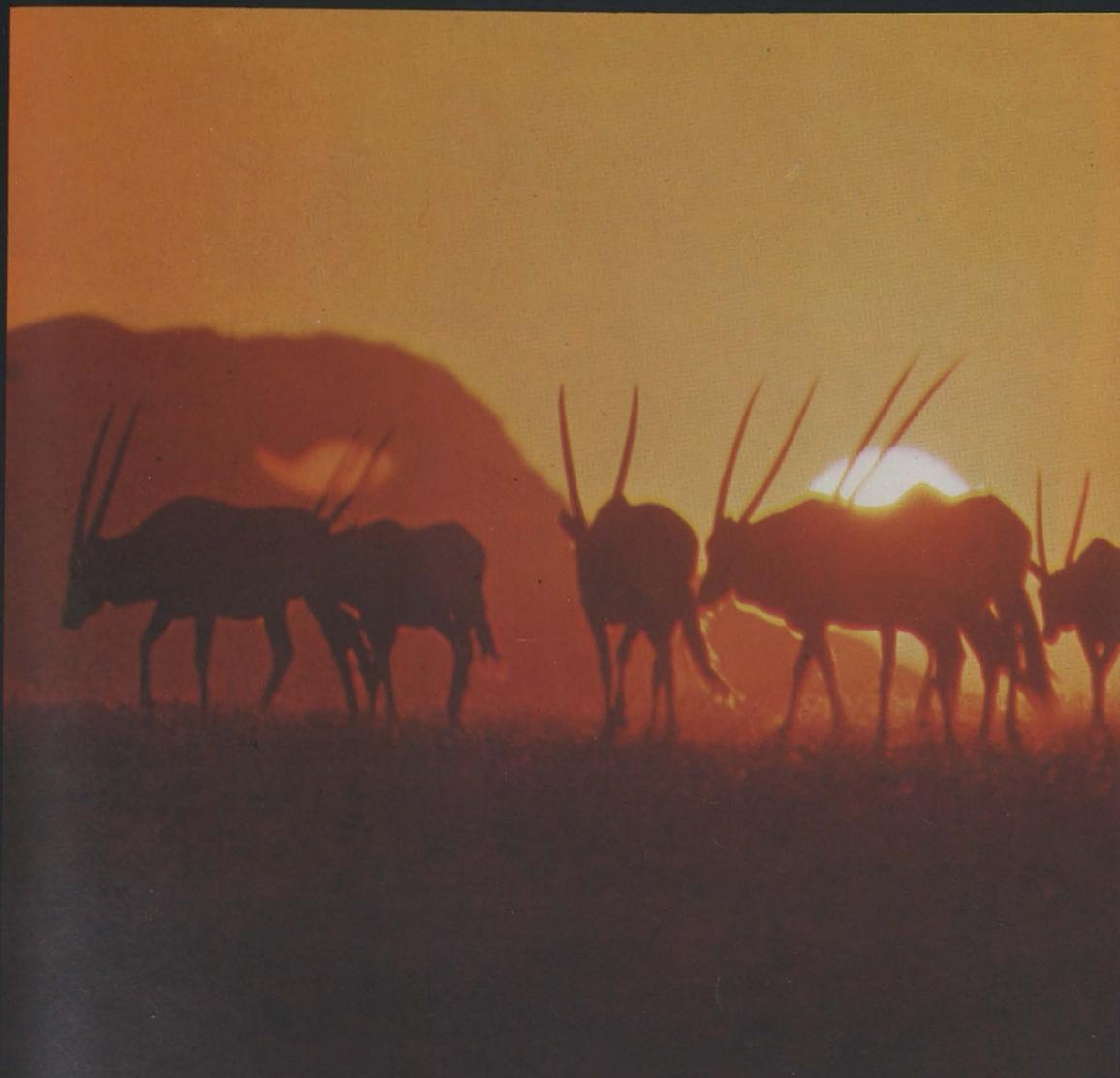
Nessas condições, o que o país rico em questão gastaria com o que compra no Terceiro Mundo não seria apenas equivalente a 3% de seu Produto, mas a 30%. No caso, as transferências efetivamente representariam 27% do Produto Nacional do país rico, um aporte decisivo. As transferências dos países pobres não estão assim dentro dos 3%, mas por fora deles. Não aparecem nas estatísticas, mas se dão intensamente, empobrecendo ainda mais a uns, e enriquecendo ainda mais a outros.

A manutenção dos baixíssimos salários no Terceiro Mundo é, portanto, essencial para a manutenção das economias de desperdício nos países ricos. E, por isso, é também essencial que a população dos países pobres seja mantida na ignorância dessa realidade. Uma nova ordem mundial será inevitável, se a consciência dessa realidade for difundida.

*Celso W. Bueno, durante dez anos membro da equipe técnica das Nações Unidas para o desenvolvimento sócio-econômico, é hoje professor da Fundação Getúlio Vargas em S. Paulo e o autor de “Desenvolvimento e Convergência”

ANGOLA

terra da liberdade



TAAG - Av. Presidente Vargas 542/1603
telefones: 263-9711, 263-4988, 263-4911
telefones Aeroporto Internacional: 398-3112 e 398-3113

LUANDA / RIO:

SÁBADO:

Saída / Luanda: 12:30

chegada / Rio: 17:00

RIO / LUANDA:

DOMINGO:

Saída / Rio : 16:30

Chegada / Luanda: 04:30

(dia seguinte)



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

A Serviço da Reconstrução Nacional

RIO



Rio do mar, do sol,
do verde da mata,
da Pedra, da praia,
dos shoppings, do chopp,
do Cristo, do bondinho,
da cidade menina
cheia de beleza.

RIO - A MARCA DO TURISMO POR NATUREZA.

RIO Prefeitura
da Cidade